



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
(UNIRIO)

JULIA DE OLIVEIRA GÓES GUIMARÃES

DANDO NOME AOS BOIS: fascismo e a nova extrema direita

RIO DE JANEIRO
2020

Catálogo informatizada pelo(a) autor(a)

G963 Guimarães, Julia de Oliveira Góes
DANDO NOME AOS BOIS: fascismo e a nova extrema
direita / Julia de Oliveira Góes Guimarães. -- Rio
de Janeiro, 2019.
113

Orientador: Guilherme Simões Reis.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política, 2019.

1. Fascismo. 2. Novas Direitas. I. Reis,
Guilherme Simões , orient. II. Título.

JULIA DE OLIVEIRA GÓES GUIMARÃES

DANDO NOME AOS BOIS: fascismo e a nova extrema direita

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa Pós-Graduação como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política. Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Política Mundial

Aprovado em: _____

Banca examinadora:

Prof. Guilherme Simões Reis (Orientador)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Fabício Pereira da Silva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Jorge Chaloub
Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF

RESUMO

GUIMARÃES, Julia de Oliveira Góes. **Dando Nome aos Bois: fascismo e a nova extrema direita.** Orientador: Prof. Guilherme Simões Reis.. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – , Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 20.

Observa-se nos últimos anos a ascensão de movimentos, figuras e partidos de extrema direita em escala global. Apesar de possuírem características próprias e especificidades locais, esses projetos políticos da “nova direita” possuem uma série de importantes elementos comuns entre eles, os quais levantam um debate sobre a possibilidade ou não de caracterizar a “nova direita” como fascista. Por meio de um estudo do estado da arte sobre o tema, explorou-se as análises acadêmicas sobre o fascismo clássico e sobre as experiências autoritárias periféricas, e particularmente as latino-americanas com traços fascistas. O trabalho analisou também as características compartilhadas pelas diferentes ocorrências da nova direita no âmbito internacional, dando ênfase ao caso brasileiro. Observou-se que dentre os elementos recorrentes nos projetos contemporâneos de extrema direita encontram-se um nacionalismo exacerbado, uso da violência, obscurantismo e desinformação, defesa de um modelo de sociedade patriarcal, fundamentalismo religioso. A pesquisa sugere que as referidas características conferem à “nova direita” traços fascistas, em variados graus de intensidade. Observou-se também traços fortemente fascistas na parcela brasileira representada pelo bolsonarismo, não se restringindo, entretanto, a ele.

Palavras-chave: Fascismo; Extrema direita; Nacionalismo

ABSTRACT

GUIMARÃES, Julia de Oliveira Góes. **Naming names: fascismo and the new far-right**. Academic Advisor: Prof. Guilherme Simões Reis. 113 f. Dissertation (Masters in Political Science) –, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

In recent years there has been an increase in movements, leader and extreme right-wing parties on a global scale. Despite having their own characteristics and local specificities, these "new right" political projects have a number of important elements common to each other, which has raised a debate about whether or not to characterize the "new right" as fascist. Through a study of the state of the art on the subject, academic analyzes of classical fascism and peripheral authoritarian experiences were explored, and particularly those of Latin America with fascist traits. The work also analyzed the characteristics shared by the different occurrences of the new right at the international level, emphasizing the Brazilian case. It was observed that among the recurring elements in contemporary extreme right projects there is an exacerbated nationalism, use of violence, obscurantism and disinformation, defense of a model of patriarchal society, religious fundamentalism. The research suggests that these characteristics give the "new right" fascist traits, in varying degrees of intensity. Strong fascist traits were also observed in the Brazilian portion represented by Bolsonarism, not being restricted, however, to it.

Keywords: Fascism; Far right; Nationalism

Sumário

1. INTRODUÇÃO	6
2. O FASCISMO CLÁSSICO	9
2.1. AS (MUITAS) DEFINIÇÕES DE FASCISMO.....	9
2.2. CONTEXTO HISTÓRICO E ORIGEM.....	13
2.3. O FASCISMO ENQUANTO IDEOLOGIA?.....	19
2.4. A NAÇÃO: MITO, VITIMIZAÇÃO E GUERRA.....	22
2.5. O ATAQUE À ESFERA PRIVADA, À CULTURA E AO INTELECTUALISMO.....	25
2.6. A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA ENTRE FASCISMO E LIBERALISMO.....	28
2.7. UM POSSÍVEL FASCISMO NA ATUALIDADE?.....	30
3. FASCISMO PERIFÉRICO: EXPERIÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS	33
3.1. INTEGRALISMO.....	34
3.1.1. A Ação Integralista Brasileira.....	36
3.1.2. Doutrina Integralista.....	38
3.1.3. Integralismo no Estado Novo e pós-Guerra.....	40
3.2. PERÓN E VARGAS.....	42
3.3. DITADURAS MILITARES LATINO-AMERICANAS.....	47
3.3.1. Fascismo dependente.....	50
3.3.2. Críticas ao enfoque fascista.....	53
3.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	57
4. A NOVA DIREITA	60
4.1. CONTEXTO E EMERGÊNCIA.....	60
4.1.1. Contexto global.....	60
4.1.2. O baso brasileiro.....	63
4.1.2.1 <i>De Junho de 2013 a Outubro de 2018</i>	65
4.1.2.2 <i>A reorganização da direita brasileira</i>	69
4.2. CARACTERÍSTICAS DA NOVA DIREITA.....	73
4.2.2 Nacionalismo.....	73
4.2.3 Extremismo religioso.....	75
4.2.4 Idealismo punitivo.....	80
4.2.5 O uso da violência.....	84
4.2.6 Obscurantismo.....	86
4.2.7 Neoliberalismo.....	89
4.2.8 A luta “contra a corrupção”.....	93
4.2.9 Rejeição da esquerda e o fantasma do comunismo.....	96
4.3 AFINAL, É FASCISMO?.....	98

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos pode-se observar ao redor do mundo a emergência de campanhas conservadoras e o impressionante fortalecimento de projetos políticos da direita, reorganizados sob novas lideranças, bandeiras e estratégias. No plano internacional, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, o afastamento do Reino Unido da União Europeia e os governos de Viktor Orbán e Recep Erdoğan são, em diferentes medidas e formatos, exemplos do fenômeno que vem sendo conhecido como “onda conservadora”, “reacionarismo” ou “nova direita”¹. No Brasil, os últimos 5 anos foram marcados pela deposição ilegítima da presidenta Dilma Rousseff, uma intervenção militar no estado do Rio de Janeiro, durante a qual foi assassinada a vereadora Marielle Franco, a prisão do ex-presidente Lula e a proibição de sua participação nas eleições, e uma série de outros acontecimentos que culminam em 2018 na chegada de Jair Bolsonaro à presidência da república.

Conforme aponta Guilherme Simões Reis, o caráter altamente personalista, antiesquerdista e autoritário com discurso nacionalista (ou pseudonacionalista), pautado no medo e no ódio irracionais são comuns a todos os projetos políticos dessa “nova direita”, mostrando que ela “se trata de um fenômeno mundial que não pode ser ignorado ou tratado como simples detalhe conjuntural”². A ascensão de outsiders políticos com a promoção de campanhas antissistemas (mesmo que só no nome); a expansão de expressões de intolerância étnica, sexual e religiosa; a transformação dos padrões de comunicação e o boom dos problemas envolvendo desordem informacional são outras características comuns às experiências da onda neoconservadora. Segundo Manuel Castells (2018), esse processo tem suas origens em uma dupla crise: de um lado uma crise identitária e de outro uma crise de representação, ambas decorrentes do processo de globalização.

Em um movimento de resistência às investidas de tais líderes e governos de direita com tendências, ou mesmo patentemente totalitários, pensadores e ativistas do campo progressista vêm denunciando a natureza fascista da retórica desenvolvida pelos projetos políticos supracitados. Entretanto, é crescente o número de vozes tanto na mídia quanto na literatura acadêmica que optam por nomear os projetos da “nova direita”. No Brasil, por exemplo, o

¹ Solano (2018), p. 11.

² Reis (2019), p. 1.

neoconservadorismo se expressa em um aglomerado ideológico heterogêneo, com interesses em parte destoantes, mas conectados por um projeto reacionário no que diz respeito a relações sociais e culturais, e neoliberal em aspectos econômicos.

Se, por um lado, a guinada para a direita dada de forma generalizada pela política mundial e a ascensão de líderes cujo discurso se assemelha assustadoramente àquele propagado na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler torna o debate sobre o fascismo hoje tão atual quanto na década de 30; por outro, é preciso evitar um uso superficial do conceito de fascismo pois, no momento em que o termo passa a ser usado mais como palavra de ordem do que analisado criticamente, corre o risco de ter seu significado político esvaziado.

Nesse sentido, Leandro Konder já na década de 70 alertava para o perigo de reduzirmos o termo fascista a um “epíteto injurioso contra a direita” e sustenta que “o uso exclusivamente agitational pode impedir a esquerda, em determinadas circunstâncias, de utilizar o conceito com o necessário rigor científico”³. Tal esvaziamento teórico incorre no risco de ignorarmos as particularidades dos fenômenos atuais e de subestimarmos as estratégias daqueles que os defendem, bem como suas perigosas implicações práticas. Mas quais são os parâmetros adequados para determinar o que é o fascismo? Em que medida as “novas direitas” se enquadram nesses critérios? No presente trabalho tentaremos, a partir de uma discussão teórica, apresentar respostas, mesmo que parciais, a essas perguntas.

No primeiro capítulo, abordaremos o fascismo clássico da década de 30, mais especificamente dos regimes Italiano e Alemão. Através de um estudo do estado da arte sobre o tema, faremos uma análise do contexto histórico em que o fascismo clássico se formou, buscaremos determinar os elementos fundamentais do fascismo e identificar como eles se refletiram na prática na Europa na primeira metade do século XX.

Destinamos o segundo capítulo à análise da experiência periférica, mais especificamente latino-americana. A partir da revisão bibliográfica com enfoque em contribuições latino-americanas, e de uma análise comparada com os fenômenos estudados no capítulo, iremos analisar os debates sobre o potencial caráter fascista de experiências como o Integralismo brasileiro, os governos de Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón, bem como as ditaduras militares do Cone Sul.

³ Konder (1995), p. 25.

Por fim, no terceiro capítulo, iremos analisar o processo de ascensão de figuras e movimentos de extrema direita em curso atualmente. Buscaremos identificar as características comuns a esses movimentos, dando especial atenção ao caso brasileiro, e assim entender de que maneira eles se aproximam e diferenciam do conceito de fascismo construído ao longo dos capítulos anteriores.

2. O FASCISMO CLÁSSICO

2.1. AS (MUITAS) DEFINIÇÕES DE FASCISMO

Muitos foram os esforços feitos para se definir o fascismo e muitos foram os diferentes resultados dessa empreitada nos últimos quase 100 anos. Desde os discursos dos próprios líderes fascistas clássicos, passando por marxistas, seus contemporâneos e ferrenhos opositores; autores que buscaram analisar o fenômeno já após o fim da guerra e da queda dos regimes. Hoje, uma nova leva de pesquisadores mais uma vez se debruça sobre o tema na expectativa de encontrar respostas para problemas atuais.

Mas o quanto evoluiu o debate ao longo deste centênio? Será que chegamos, em algum momento, próximos de cunhar uma definição universal do que seria o fascismo? Dedicaremos o primeiro capítulo do presente estudo a desemaranhar alguns dos principais esforços em definir o fascismo, desde seu surgimento até os dias atuais, passando por diferentes correntes de pensamento, na expectativa de alcançar, ou talvez de forma menos ambiciosa e mais realista, aproximar-nos, de um entendimento sobre a natureza definidora desse objeto.

Clara Zetkin foi uma das primeiras pensadoras a se dedicar à análise do fenômeno fascista. Já em 1923, apenas um ano após à chegada de Mussolini ao poder, Zetkin alertava para a dificuldade enfrentada “não apenas entre as amplas massas proletárias, mas também no interior da vanguarda revolucionária, entre os comunistas”⁴ de compreender a essência do caráter fascista e suas formas de expressão. Buscando entender a natureza fascista, a Internacional Comunista se organizou em 1922 para discutir o tema. A resposta dessa empreitada, entretanto, “não foi particularmente frutífera”, e o relatório elaborado:

ao mesmo tempo em que descrevia importantes aspectos do movimento de Mussolini na Itália, não era tão bem sucedido no que diz respeito a revelar a natureza do fascismo, enfatizando antes as similitudes entre o fascismo e a democracia burguesa, prevendo ainda que o fascismo italiano não duraria muito tempo⁵.

⁴ Zetkin (2019), p. 33.

⁵ Taber e Ridell (2019), p. 17.

À época, o fascismo estava em plena formação e, portanto, “como acontece com a maioria dos novos fenômenos sociais, não estava visível aquilo que se desenvolvia”⁶. O período em questão fora marcado por uma série de episódios de violência contra-revolucionária que ficaram conhecidos como “terror branco”. Como resultado, conforme colocou a própria Zetkin aos líderes da *Comintern* no ano seguinte, “a princípio, a visão predominante era a de que o fascismo não passava de um terror burguês violento”⁷⁸.

Segundo a autora, apesar de se tratar de dois fenômenos que empregava “os mesmos métodos sanguinários e terroristas, que atingem o proletariado da mesma forma, a essência histórica dos dois fenômenos é inteiramente diferente”. Nesse sentido, Zetkin reforçava a importância de entender “as diferenças essenciais” para que fosse possível “lidar com o fascismo de forma bem sucedida”⁹.

Dois grandes diferenças são apontadas por ela no que diz respeito aos dois fenômenos. Primeiro, o fato de que o fascismo teria alcançado “amplas camadas sociais”, incluindo o proletariado. Outra estava no “terror branco” ter emergido como uma vingança contra uma “luta revolucionária que inicialmente obteve sucesso”. O fascismo, entretanto, não seria “de forma alguma a vingança da burguesia contra o levante militante do proletariado”, mas muito mais uma “punição pelo fato de que o proletariado não tenha sustentado e aprofundado a revolução que foi iniciada na Rússia”¹⁰.

A ênfase de Zetkin ao diferenciar o fascismo de outras empreitadas contra-revolucionárias, porém, não fez com que o entendimento da autora sobre o que seria o fascismo ficasse limitado a um modelo amarrado em um tempo e espaço definidos. Segundo ela, o fascismo poderia se desenvolver em diferentes cenários apresentando, assim, características distintas dependendo de circunstâncias específicas do lugar e tempo em que surgissem. No entanto, Zetkin defende que, independente das particularidades de cada evento, o fascismo seria sempre “um amálgama de violência terrorista e brutal unida a uma fraseologia revolucionária

⁶ Ibid., p. 16.

⁷ Zetkin (2019), p. 33.

⁸ Cabe ressaltar que Zetkin diferencia explicitamente o governo de Horthy na Hungria da experiência fascista clássica. Entretanto, Horthy, além de desenvolver uma política de perseguição dos partidos comunistas, formou uma aliança com Hitler e é considerado por muitos como uma figura fascista, o que serve para mostrar o quanto a definição era de fato complexa.

⁹ Zetkin (2019), p. 34.

¹⁰ Ibid.

enganadora que se liga demagogicamente com as necessidades e os ânimos de largas massas de produtores”¹¹.

Décadas depois, outro marxista, o brasileiro Leandro Konder, debruçava-se sobre o tema, o qual (mesmo passado tanto tempo) ele considerava como um dos “temas quentes” das ciências sociais. Enquanto Zetkin (como outros marxistas da época) escrevia sob a ameaça eminente de um fenômeno em ascensão, o texto de Konder, produzido durante a década de 70 já após a queda dos regimes fascistas clássicos, baseava-se em um estudo do estado da arte buscando analisar e polemizar as leituras até então realizadas sobre o tema.

Konder definiu o fascismo como uma tendência política criada durante o imperialismo capitalista, o qual busca se fortalecer através do capitalismo monopolista de Estado. É um movimento guiado por um pragmatismo radical que, disfarçado sob uma máscara “modernizadora”, utiliza-se de mitos irracionistas e procedimentos formais manipuladores. O autor ressalta o caráter antidemocrático, antiliberal, antissocialista e chauvinista da política fascista, e sustenta que o seu crescimento pressupõe condições históricas tais como o enfraquecimento de forças potencialmente antifascistas, o advento da sociedade de massas de consumo dirigido, bem como do capital financeiro¹².

Outra contribuição da qual fazemos uso no presente capítulo é aquela feita por Umberto Eco escrita junto ao aniversário de 50 anos da queda fascista na Itália. Escrevendo em parte a partir da própria experiência por ter crescido na Itália de 30, Eco busca delimitar uma lista de onze características daquilo que o autor vai denominar como Ur-Fascismo ou fascismo eterno. São características que, segundo o próprio autor, “não podem ser organizadas em um sistema” pelo simples fato de muitas serem contraditórias entre si. Entretanto, Eco diz sobre esses elementos que “é suficiente que um deles esteja presente para permitir que o fascismo coagule em torno”¹³.

Mais recentemente, o filósofo americano Jason Stanley, em seu livro “Como Funciona o Fascismo” (2018), instigado, como tantos, pela eleição de Donald Trump e outros episódios contemporâneos de retrações democráticas, propôs uma série de princípios fundamentais para o fascismo. A partir de um resgate de uma série de experiências históricas, o autor enumera dez

¹¹ Ibid., p. 44 e 79.

¹² Konder (2009), p. 53.

¹³ Eco (2019), p. 7.

elementos constitutivos de uma política de tipo fascista, quais sejam: (1) defesa de um passado mítico; (2) uso intenso de propaganda; (3) anti-intelectualismo; (4) irrealidade; (5) hierarquia; (6) vitimização; (7) valorização da lei e da ordem; (8) ansiedade sexual e defesa do patriarcado; (9) denúncia às grandes cidades cosmopolitas como centros de corrupção política e moral; (10) valorização do trabalho árduo.

Apesar de conceder, logo na introdução do seu livro, que a generalização do fenômeno fascista ser “sempre problemática”¹⁴, o autor sustenta que ela é igualmente necessária para o momento atual. Com isso em mente, ele se utiliza do rótulo ‘fascismo’ para tratar de “qualquer tipo de ultranacionalismo (étnico, religioso, cultural), no qual a nação é representada na figura de um líder autoritário”.

Já Robert Paxton sustenta que o fascismo pode ser definido como uma forma de “comportamento político marcado pela preocupação obsessiva com o declínio da comunidade, humilhação, ou vitimização”, no qual um “partido de massa, composto por comprometidos militantes nacionalistas, trabalha em uma colaboração inquieta, porém eficaz, com elites tradicionais” abandonando as liberdades democráticas na busca violenta pela limpeza interna e expansão externa, sem qualquer restrição legal ou ética.¹⁵

A importância de Paxton para o tema se estende para muito além da definição supracitada, a qual o autor fornece nas páginas finais do seu livro e com certa resistência. O autor inicia sua obra com uma advertência às inerentes limitações da busca por uma definição estática de um fenômeno que melhor se pode observar em movimento e o que melhor se pode compreender como um processo. Neste sentido, ele propõe uma divisão do processo fascizante em cinco etapas essenciais: “1) a criação de movimentos; 2) seu enraizamento no sistema político; 3) a obtenção do poder; 4) o exercício do poder; 5) e, finalmente, o longo período durante o qual o regime fascista opta pela radicalização ou entropia”¹⁶.

Paxton, de maneira eloquente, coloca em xeque a comum tendência de se buscar estabelecer um “mínimo fascista” a partir do qual poder-se-ia analisar um determinado fenômeno e carimbá-lo ou não com o termo definitivamente. Seguiremos aqui o conselho de Paxton tentando nos afastar de definições engessadas, optando, ao invés, por favorecer uma

¹⁴ Stanley (2018), p. 14.

¹⁵ Paxton (2004), p. 218.

¹⁶ Paxton (2004), p. 53.

discussão teórica a respeito do fascismo, combinando a literatura “clássica” sobre ele, com o estado da arte contemporâneo sobre o tema.

2.2. CONTEXTO HISTÓRICO E ORIGEM

Para além da condenação às atrocidades cometidas pelos regimes fascistas, um dos poucos pontos acordados sobre o tema na literatura é que o fascismo se originou como um projeto político viável na Itália durante o início do século XX. O regime de Mussolini, com sua liturgia militar, vestimenta e folclore colocou-se à época como uma novidade, uma “alternativa levemente revolucionária à ameaça comunista”, que serviu posteriormente de arquétipo para os regimes semelhantes.¹⁷ A origem etimológica do termo precede o evento político aqui estudado e tem sua gênese no termo italiano *fascio*, que significa um “maço” ou “feixe”¹⁸. O vocábulo, o qual era usado no século XIX por organizações populares para evocar o princípio de solidariedade entre militantes, foi transformado e adotado por Benito Mussolini como *fascismo* ao final da Primeira Guerra Mundial.

Entretanto, conforme aponta Konder em “Introdução ao Fascismo”, para além dessa primeira experiência concreta “em escala histórico-mundial”, “o tema das origens do fascismo é excepcionalmente amplo”, com alguns autores identificando elementos de sua ideologia no renascimento através de Maquiavel, na Idade Média ou até mesmo na Antiguidade¹⁹. Para o autor, “todo o pensamento de direita que, ao longo do século 19, se empenhou na ‘demonização’ da esquerda, desempenhou um papel significativo na preparação das condições em que o fascismo pôde, mais tarde, irromper”²⁰. A primeira experiência significativa precursora ao fascismo, entretanto, seria a *Action Française*, que surge na França na virada do século. Todavia, conforme explica o autor, ela foi marcada pela falta de coerência e desunião e consequente carência de agilidade política, fatos que minoram a significação do seu pioneirismo²¹.

Em uma análise mais recente, Paxton, por sua vez, apesar de reconhecer que muitos

¹⁷ Eco (2019), p. 4.

¹⁸ Konder (2009), p. 63.

¹⁹ Ibid., p. 59.

²⁰ Ibid., p. 60.

²¹ Konder (2009), p. 61.

enxergam na França um ponto inicial, defende que o primeiro fenômeno político que pode funcionalmente ser conectado ao fascismo seja o surgimento da Ku Klux Klan nos Estados Unidos ao final da Guerra Civil. A milícia que constituía uma autoridade civil alternativa, com seus uniformes e técnicas de intimidação, pode ser considerada um *preview* do que os movimentos fascistas viriam a ser no século seguinte²². Conforme ele coloca, independente de qual das visões se defenda, “não deveria ser surpreendente, afinal, que as democracias mais precoces - Estados Unidos e França - tenham gerado reações precoces contra a democracia”²³. Todavia, por mais importante que seja a análise dos movimentos precursores ao fascismo, para este estudo vamos estipular como ponto de partida as experiências Italiana e Alemã.

Um dos pontos que parece estar em comum acordo na literatura é o de que o fascismo pressupõe um momento de crise, que no passado esteve conectado com o pós-Primeira Guerra Mundial. Em uma das primeiras tentativas marxistas de analisar o fascismo, Zetkin já colocava que a Guerra destruíra a economia capitalista, o que ficara evidenciado pelo empobrecimento do proletariado e pela proletarização das massas pequeno e médio burguesas. Estas sofrem com uma piora assustadora de suas condições socioeconômicas, chegando a ser esmagadas e, frente à própria decadência se põem em busca de alternativas para garantia de segurança alimentar e manutenção da sua posição social.²⁴

Escrevendo à década de 70, o historiador francês Henri Michel faz uma análise bastante similar à da marxista alemã sobre o cenário de formação do fascismo. Conforme ele coloca, durante o fim do século XIX, a evolução do capitalismo liberal é marcada pela formação de trustes e cartéis, a partir dos quais se fundiam o capital bancário e o industrial. Se por um lado esse processo foi responsável por um significativo aumento de produção, por outro tratava-se de um contexto de intensa desumanização das relações trabalhistas pela generalização do taylorismo e aprofundamento das desigualdades econômicas “entre as imensas riquezas de uns e a miséria da maioria”. Observa-se um êxodo das populações rurais para as grandes cidades onde encontram condições precárias de existência²⁵.

²² Paxton (2004), p. 49,

²³ Ibid.

²⁴ Zetkin (2019), p. 37-39.

²⁵ Michel (1977), p. 11.

Esse cenário leva a um profundo abalo nas relações de classe, principalmente no que dizia respeito à classe média. Diante do desenvolvimento da grande indústria, pequenos proprietários, produtores e comerciantes viam-se ameaçados pela poderosa produção em massa que, inundando o comércio com mercadorias mais baratas, colocava-lhes sob o risco de expropriação e proletarização.²⁶ Apesar de intimidados pela modernização capitalista, as camadas médias, temerosas da degradação de sua própria posição social, recusavam-se a firmar união com o proletariado em sua luta contra o capital, com receio de que esta os privasse dos poucos bens que possuíam:

O seu anticapitalismo era reacionário; tinham saudades de uma economia pouco dinâmica, rotineira, se não mesmo entorpecida; não imaginavam outra forma de propriedade que não a privada e recusavam qualquer coletivização que lhes tiraria a personalidade; condenando a luta de classes, da qual temiam ser as vítimas, sonhavam com um Estado acima das classes: os poucos bens que possuíam e não queriam perder levaram-nos a recear qualquer perigo que ameaçasse a pátria, com a qual se identificavam²⁷.

Se por um lado os inúmeros progressos na ciência (não apenas nas ciências exatas, mas também no avanço em campos como a filosofia e a psicanálise) emanaram promessas de melhora nas condições de vida, por outro eles foram responsáveis também por uma “instabilidade crescente”, um medo da “mudança no ritmo de vida”, uma sensação de insegurança “perante a descoberta de um mundo ilimitado”, o que leva a um “recrudescimento religioso, ou mais amplamente, místico”²⁸.

O fascismo clássico se desenvolveu, assim, em meio a um ambiente de crise e tensão social. No caso italiano, na crise provocada pela Primeira Guerra Mundial, enquanto o nazismo ascendia em meio à grande depressão dos anos 30, após o *crash* da bolsa de Nova York. Na Itália, após o fim Grande Guerra, os antigos combatentes que voltavam para casa encontram dificuldades para se reinserir na sociedade. Especialmente junto à classe média, que sofre com a depreciação monetária, os veteranos de guerra têm a “impressão de terem baixado de classe

²⁶ Ibid., p. 11-12.

²⁷ Ibid., p. 12.

²⁸ Ibid.

social”, e nutrem um forte rancor por aqueles que lucraram com o conflito. Acumulava-se assim uma “onda de cólera” da qual resultaria uma “explosão de violência”²⁹.

Ao mesmo tempo, o período de intensa crise social pelo qual passa o país conta também com a ascensão do movimento de massas operárias que, avançavam na luta militante em meio a à crise capitalista do pós guerra. Em setembro de 1920, o movimento atinge seu ápice quando centenas de milhares de trabalhadores ocupam fábricas por todo o país e greves se espalham entre diferentes grupos, abrindo-se “uma situação revolucionária, com a possibilidade da conquista do poder político na ordem do dia”³⁰. Nesse contexto nasce o fascismo que, sem objetivos claros a princípio, logo se posicionou como defensor da pátria e da ordem..

Apesar de ter durado um mês, o Partido Socialista Italiano, bem como “a principal federação sindical sob sua influência”, subestimaram o movimento revolucionário, considerando-o “uma simples luta sindical”. Mediante uma série de promessas vazias por parte dos “patrões capitalistas”, convenceram os proletários a liberarem as fábricas, levando à uma desmoralização generalizada na classe trabalhadora. Ao mesmo tempo, os *Fasci di Combattimento*, criados por Benito Mussolini no ano anterior, intensificam suas iniciativas de recrutamento (chegando a juntar 300 mil membros ao fim de 1922)³¹ e, contando com o financiamento de grandes capitalistas e a proteção policial, dão início a uma série de ataques ao movimento trabalhador.³²

Aqui, cabe apontar um dos elementos considerados por uma série de autores (de diferentes correntes de pensamento) como responsável por gerar um ambiente favorável ao desenvolvimento fascista: a divisão interna da esquerda que, não percebendo a força do movimento em ascensão, deixa um espaço político aberto pelo qual o fascismo emerge.

Em “A Anatomia do Fascismo”, publicado em 2004, Paxton sustenta que uma das pré-condições para o surgimento do fascismo está na cisão da esquerda em 1848 entre democratas e socialistas, e na perda do seu posto como o recurso natural daqueles em busca de transformação. Isso ocorreria, segundo ele, tão logo a esquerda socialista tenha amadurecido o suficiente a ponto de chegar ao poder, ou pelo menos compartilhá-lo, e assim ter,

²⁹ Michel (1977), p. 22.

³⁰ Taber e Ridell (2019), p. 14-15.

³¹ Michel (1977), p. 23.

³² Taber e Ridell (2019), p. 16.

inevitavelmente, decepcionado uma parcela de sua clientela trabalhadora e intelectual³³

Essa foi uma temática de grande importância para a produção marxista da época. Zetkin fazia essa análise ainda na década de 20 sustentando que a traição do socialismo reformista que, depositando na “democracia” a esperança de uma mudança global, teria impulsionado políticas de coalizão cujos custos recaíram sobre os mais baixos níveis da pequena burguesia. Assim, segundo a autora, quando a esperada mudança não veio, estes, por carecerem de um compromisso socialista enraizado em uma verdadeira educação histórica, teórica ou política, perderam a confiança não apenas na direção reformista, mas no socialismo como um todo.³⁴

Trótski, de forma similar, descreveu o fascismo como “produto imediato da traição cometida pelos reformistas contra o levante do proletariado italiano”³⁵. Para o autor, em setembro de 1920, “a ditadura do proletariado era um fato real; tudo que faltava era organizá-la e tirar daí as conclusões necessárias”. A social-democracia, entretanto, “teve medo e recuou (...)”. Em setembro, o avanço revolucionário estacionou, e novembro testemunhou a primeira grande manifestação dos fascistas (a tomada de Bolonha)³⁶.

Ambos, entretanto, propõem (com um espaçamento de uma década) autocríticas aos partidos comunistas, cuja desconexão com as massas (à exceção do russo), nas palavras de Zetkin, permitiu que houvesse no interior do próprio proletariado pessoas igualmente desiludidas.³⁷ Não só isso, mas conforme apontou posteriormente Trótski:

as mesmas condições que detiveram o desenvolvimento do Partido Comunista que, não se dando conta da dimensão exata do perigo fascista, deixou-se embalar por ilusões revolucionárias; era irremediavelmente antagônico à política de frente ampla. Em resumo, foi acometido por todas as moléstias infantis. Não espanta! Tinha apenas dois anos.³⁸

Segundo o marxista, nenhum companheiro italiano, à exceção de Gramsci, “sequer aventava a possibilidade de os fascistas tomarem o poder”³⁹. Em novembro de 1931, pouco mais de um ano antes de Hitler assumir como Chanceler, Trótski escreveu em carta a um

³³ Paxton (2004), p. 43.

³⁴ Zetkin (2019), p. 39-40.

³⁵ Trótski (2019), p. 57.

³⁶ Ibid., p. 57-58.

³⁷ Ibid., p. 37-39.

³⁸ Trótski (2019), p. 60.

³⁹ Ibid.

companheiro inglês, “é preciso admitir, contudo, que o Partido Comunista alemão também pouco aprendeu com a experiência Italiana”.

Na Alemanha também o nazismo surge em meio a um contexto de crise, marcado por uma sensação de humilhação nacional em função da derrota de 1918, a qual era por muitos “atribuída à traição dos socialistas e dos judeus”. O país estava assolado pela inflação, pelo desemprego e por uma queda vertiginosa na produção (que em 1929 caiu para 30% do volume do que fora antes da crise), situação que se refletia na “ruína das classes médias, a miséria do proletariado” e que “atomizava” a sociedade alemã⁴⁰.

O Partido Operário Nacional-Socialista nasce em 1921 como um grupo que não aceitava a democracia, tampouco a recente derrota. Ainda com implantação pouco expressiva, o partido tenta um golpe em Munique em 1923, que fracassa e leva à prisão de Hitler. O partido passa alguns anos ainda fraco, mas cada vez melhor estruturado e, com a chegada da década de 1930, vai ganhando cada vez mais apoiadores (e representantes legislativos) em medida proporcional ao crescimento do desemprego nacional.⁴¹

Ainda sobre a ascensão nazista na Alemanha, Trótski, na mesma carta, criticou que a liderança do Partido Comunista alemão reproduzia em 1931 “quase literalmente a posição da qual os comunistas italianos partiram” mais de uma década antes:

o fascismo nada mais é do que a reação capitalista; do ponto de vista do proletariado, a distinção entre os diferentes tipos de reação capitalista é irrelevante. Esse radicalismo vulgar é menos desculpável ainda porque o partido alemão é muito mais velho do que o italiano era num período correspondente; além disso, o marxismo está enriquecido agora pela trágica experiência na Itália.⁴²

Segundo o autor, o proletariado só seria capaz de inspirar fé a partir de “sua força, com a firmeza de suas ações, com uma ofensiva competente contra o inimigo, com o sucesso de sua política revolucionária. Mas aí de todos se o partido revolucionário não se mostrar à altura da situação”. Conforme ele explica, a “luta diária do proletariado” causaria uma crescente instabilidade da sociedade burguesa. A pequena burguesia, por sua vez, só seria capaz de

⁴⁰ Michel (1977), p. 33-34.

⁴¹ Ibid., p. 34.

⁴² Trótski (2019), p. 61.

“tolerar temporariamente as crescentes privações”, mas se o partido revolucionário for incapaz de “unir a classe operária, se vacilar, ficar confuso, se cair em contradições, a pequena burguesia perderá a paciência e começará a culpar os operários revolucionários pela sua própria desgraça”⁴³. É nesse contexto, “quando a crise assume uma intensidade intolerável, um partido específico surge em cena com o objetivo direto de incitar a pequena burguesia e dirigir seu ódio e desespero contra o proletariado”⁴⁴. Essa capacidade de manejar os sentimentos de frustração, raiva e desesperança vai ser característica essencial ao fascismo, conforme veremos mais adiante.

2.3. O FASCISMO ENQUANTO IDEOLOGIA?

Conforme vimos, um movimento fascista não chega a uma situação análoga à da Alemanha da década de 40 do dia para a noite. De forma similar a Paxton, que estipulou cinco estágios para as experiências fascistas, o historiador Henri Michel buscou explicar o processo de desenvolvimento do fascismo em três grandes etapas. O primeiro fascismo surge em meio a uma “crise de movimentos extremistas oriundos da classe média, que lutam ao mesmo tempo contra as forças revolucionárias e contra o capital”⁴⁵. Trata-se de uma “reação irracional das classes médias contra uma proletarização que as ‘radicaliza num sentido reacionário’”⁴⁶.

A segunda fase do fascismo seria marcada por uma aliança entre o primeiro fascismo e “o grande capital industrial e agrário”, com o apoio (tanto financeiro quanto moral) das classes dominantes e do aparelho estatal. Forma-se assim um “bloco de poder”, composto por duas alas: uma conservadora e outra ‘revolucionária’, que se unem para fazer frente a um inimigo comum.⁴⁷ A terceira fase, segundo Michel, é o exercício do poder pelo próprio fascismo.

Muito se pesquisa e escreve sobre as origens das fases iniciais do fascismo, principalmente porque a maior parte dos movimentos nunca chegou a ultrapassar esse estágio incipiente e nesse sentido é preciso estar atento e diferenciar a retórica da prática fascista.

O trabalho dos pensadores fascistas e a análise dos “elementos ideológicos” do fascismo

⁴³ Trótski (2019), p. 75.

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Michel (1977), p. 17.

⁴⁶ Ibid.

⁴⁷ Ibid.

são muito mais úteis para entender as etapas iniciais dos seus movimentos. Entretanto, as poucas iniciativas fascistas que chegaram a superar os estágios incipientes de formação e lograram êxito em estabelecer raízes efetivas no sistema político tradicional, para eventualmente alcançar o poder (restringindo esse título às experiências alemã e italiana), foram aqueles capazes de se adaptar de modo pragmático, adequando certos discursos iniciais e adotando outros, a fim de crescer e se encaixar no espaço político disponível.⁴⁸

As experiências fascistas que chegaram a se desenvolver por completo apenas o fizeram na medida em que seus líderes e praticantes foram capazes de abandonar alguns de seus princípios iniciais no intuito de formar coalizões necessárias à obtenção do poder. O pragmatismo comum aos movimentos de Mussolini e Hitler, motivado justamente por esse objetivo, foi o que os permitiu ter sucesso, ao passo que outras iniciativas priorizavam manter-se puras e, conseqüentemente, marginais⁴⁹.

Focar uma análise do fascismo em seus pensadores, seu programa e doutrina é partir do pressuposto de que o fascismo pode ser caracterizado como ideologia, tal qual os demais sistemas políticos que marcaram o mundo moderno, como o conservadorismo, o liberalismo e o socialismo. Entretanto, enquanto estes foram filosofias formadas em um período no qual, segundo Paxton, a política era um negócio de cavalheiros, conduzida por homens bem educados e pautada na obra de pensadores sistemáticos (por isso faria sentido focar em seu aspecto programático), o fascismo surge no período da política de massas⁵⁰. Este último não se baseou em um sistema filosófico claro, pautado na verdade de determinadas premissas, mas se constituiu, sobretudo, de paixões, e reuniu, de maneira eclética, elementos de diversas linhas de pensamento reacionárias, abstendo-se de desenvolver uma linha de reflexão filosófica com rigor e coerência⁵¹.

Nesse sentido Umberto Eco reforça a fraqueza filosófica da ideologia fascista, afirmando que o regime seria “um totalitarismo difuso, uma colagem de ideias filosóficas e políticas diferentes, uma colmeia de contradições”. Para exemplificar seu ponto, o autor comenta a transformação de Mussolini, que começa sua investida política como um ateu

⁴⁸ Ibid., p. 63-64.

⁴⁹ Ibid, p. 40 e 56.

⁵⁰ Michel (1977), p. 16.

⁵¹ Konder (2009), p. 59.

militante e acaba sendo chamado de “Homem da Providência”, citando Deus em seus discursos. De forma similar, ele aponta para a contradição de o partido fascista nascer com um discurso revolucionário, mas ser “financiado pelos mais conservadores entre os latifundiários que esperavam dele uma contra-revolução”⁵².

Konder explica que o fascismo saqueia conceitos do socialismo, desfigurando-os para poder usá-los em seu favor. Dentre os conceitos corrompidos, um dos mais relevantes foi o princípio formulado por Marx de *unidade da teoria e da prática*, segundo o qual toda produção intelectual ou cultural está invariavelmente ligada às condições sociais e materiais de onde surge. Em sua extrema flexibilidade ideológica, a “teoria fascista” deturpa essa ideia para assassinar a verdade, relativizando-a de acordo com sua utilidade circunstancial e construindo-se como uma “movimento super-relativista”⁵³.

O relativismo absoluto, no entanto, não leva ao engajamento; pelo contrário, ele desmobiliza. Para o fascismo era essencial, portanto, cunhar um ou mais princípios sagrados que pudessem guiar de forma clara e permanente seus seguidores. Assim, conforme colocado por Eco, “o fascismo estava filosoficamente fora do comum, mas emocionalmente estava firmemente preso a algumas fundações arquetípicas”⁵⁴.

Os arquétipos usados pelo fascismo para manobrar as massas são o que hoje Paxton denomina de “Paixões Mobilizadoras”. Esses afetos incendiários que levam as massas à ação eram sustentados por mitos e símbolos, os quais não eram inventados pelos fascistas para compor sua retórica mas que, muitas vezes, já existiam dentro do repertório cultural nacional, e que eram selecionados por servirem aos propósitos do movimento⁵⁵. Destinamos as próximas sessões do presente capítulo a um passeio por esses arquétipos, começando por aquele que aparece como mais evidente.

Para obter sucesso era preciso que o fascismo determinasse um ideal acima de qualquer debate, uma paixão que não precisasse ser realidade, um mito: a *Nação*⁵⁶. A nação em si existe, o mito está na versão idealizada e unificada que o fascismo constrói a partir dela, conforme veremos a seguir.

⁵² Eco (2019), p. 4-5.

⁵³ Konder (2009), p. 31-35.

⁵⁴ Eco (2019), p. 5-6

⁵⁵ Paxton (1998), p. 39-41.

⁵⁶ Konder (2009), p. 5 e 35-36

2.4. A NAÇÃO: MITO, VITIMIZAÇÃO E GUERRA

Ao escrever “A Doutrina do Fascismo”, Mussolini resumiu as contradições da Itália pós-Primeira Guerra em uma única luta, a da nação vs. antinação, apagando uma série de outras clivagens sociais. Algo similar vai acontecer posteriormente na Alemanha, onde observa-se uma “absorção do *social* pelo *nacional*”, em que o regime nazista incentiva os trabalhadores a enxergarem seus compatriotas capitalistas como colegas vítimas de um modelo de exploração internacional, ao invés de beneficiários de um sistema de exploração interna⁵⁷.

O uso da nação como materialização da comunidade que os indivíduos tanto anseiam integrar é considerada como uma das características fundamentais do fascismo desde de seu surgimento, tendo sido não apenas defendida por seus líderes, mas identificada imediatamente pelos marxistas⁵⁸. Zetkin, em seu relatório à Comintern, já observava que o fascismo propunha como caminho para a superação da crise que o eleva a união dos “desabrigados políticos, os socialmente desenraizados, os destituídos e desiludidos” em torno de uma comunidade: a nação⁵⁹.

A nação fascista, no entanto, é um objeto idealizado, protagonista de um passado intencionalmente fetichizado a partir de acontecimentos inventados e do apagamento de todos os seus pecados históricos⁶⁰. Não apenas isso, mas o passado mítico fascista remete a uma “versão extrema da família patriarcal” em que o líder soberano é análogo ao pai, o provedor, cuja autoridade deriva da sua força.

O anseio por um passado hierárquico mítico baseado em um sistema patriarcal cria naqueles que poderiam se beneficiar de tal sistema uma expectativa irreal, um anseio nostálgico por um mundo passado em que “homens acreditavam que poderiam simplesmente tomar seu lugar na elite da nação”⁶¹. Esse mundo nunca existiu e, no entanto, quando essas expectativas não são satisfeitas, o sentimento gerado no grupo que se enxerga como dominante por direito é o de vitimização. Nesse sentido, qualquer ameaça à família tradicional, seja através da

⁵⁷ Ibid., p. 37.

⁵⁸ Ibid., p. 45.

⁵⁹ Zetkin (2019), p. 41.

⁶⁰ Stanley (2018), p. 21-29.

⁶¹ Ibid., p. 104.

emancipação feminina (econômica, reprodutiva, política, etc.) ou de qualquer expressão sexual que fuja à heteronormatividade, é usada para cultivar ansiedade e pânico sobre o eminente desmantelamento do papel masculino tradicional⁶².

A misoginia e ansiedade sexual, entretanto, representam apenas uma faceta do caráter mais amplo que o processo de autovitimização assume na política fascista. Apesar de venerar a nação, o fascista é incapaz de amá-la em seu formato real, complexa e imperfeita, repleta de clivagens internas. Ele a idealiza como algo artificialmente homogêneo e vai buscar essa desejada união na exploração e exacerbação do medo natural da diferença⁶³.

Dentre as paixões mobilizantes enumeradas por Paxton está a crença de que o grupo ao qual pertence o fascista está em declínio, sob a ameaça dos “efeitos corrosivos do liberalismo individualista, do conflito de classes, e de influências estrangeiras”. O grupo é uma vítima sitiada, logo, qualquer ação contra seus inimigos é considerada válida como legítima defesa, sem qualquer tipo de restrição legal ou moral⁶⁴.

A vitimização coletiva ajuda na criação de uma identidade em comum em oposição ao “*ethos* cosmopolita e ao individualismo da democracia liberal”. O nacionalismo fascista, assim, é formado a partir da criação de um inimigo, de um “eles” perigoso para se opor ao “nós”; um “eles” que deve ser combatido e controlado a fim de que se restaure a segurança e dignidade do grupo, do “nós”⁶⁵. A demonização do outro, do “eles”, e sua consequente desumanização é uma das mais marcantes características da política fascista, que justifica o uso da violência, e durante momentos de exercício de poder e radicalização leva a consequências como prisões em massa, repressão de liberdades, chegando até mesmo ao genocídio.

Konder, todavia, ressalta a importância de se diferenciar a natureza do nacionalismo fascista em oposição a outros tipos de nacionalismo cujas origens não poderiam ser mais opostas. O sentimento de revolta nacionalista de povos oprimidos pela exploração colonial surge “de baixo pra cima”, orientado pelo princípio da igualdade. Ele se fortalece a partir da mobilização popular de um povo explorado pelo capital estrangeiro e é essencialmente defensivo. O nacionalismo fascista, por outro lado, é construído a serviço da dominação, a fim

⁶² Ibid., p. 104-105 e 127.

⁶³ Eco (2019), p. 8.

⁶⁴ Paxton (1998), p. 219.

⁶⁵ Stanley (2018), p. 15-17.

de conquistar ou manter uma posição superior de poder e status social⁶⁶. Esse pretensão nacionalismo, construído “de cima pra baixo”, limita a participação popular a partir da manipulação das massas por um discurso artificial de “lealdade à tribo, à identidade étnica, à religião, à tradição ou, em uma palavra, à *nação*”⁶⁷.

O nacionalismo defensivo, por nascer da necessidade de resistência, pode circunstancialmente hostilizar uma influência estrangeira. Seu objetivo, no entanto, não se encontra em pregar a superioridade do grupo oprimido, mas defender-se contra a demonização de sua própria identidade. Ele “não se afirma em contraposição à humanidade em geral e não nega os valores de outras nações”⁶⁸. Seu sentido não é oposto à liberdade, pelo contrário, ela é seu objetivo. O nacionalismo fascista, por sua vez, serve como ferramenta para privar a população de uma identidade social clara, e apagar outras clivagens, reunindo seu público-alvo em torno de um privilégio em comum. Para sustentar esse nacionalismo, estabelece-se um enredo obsessivo de ameaça internacional com apelo xenofóbico, que faz com que seus seguidores se sintam sitiados e justifica ambições imperialistas e uma constante rejeição ao pacifismo.

Recordando-se de sua própria infância em uma Itália tomada pelo fascismo, Umberto Eco escreveu “Em maio ouvimos dizer que a guerra acabou. A paz me deu uma sensação curiosa. Disseram-me que a guerra permanente era a condição normal para um jovem italiano”⁶⁹. Essa passagem deixa evidente outro arquétipo central de qualquer política fascista ao longo do seu desenvolvimento: o estado de guerra e violência.

O próprio Mussolini sustenta em “A Doutrina” que o fascismo é incompatível com a possibilidade, ou mesmo a utilidade, da paz perpétua. Nos seus momentos iniciais, pós Primeira Guerra, os movimentos fascistas se embasaram na exaltação da violência, a qual constitui um elemento essencial para a disciplina, coesão e energia dos regimes em formação. Uma vez instaurados os regimes, a guerra demanda medidas extremas, bem como se justifica sua implementação e aceitação frente à opinião pública.

Nesse sentido, Paxton afirma que tanto Hitler como Mussolini escolhem a guerra, o

⁶⁶ Konder (2009), p. 39-41 e Paxton (1998), p. 99-101.

⁶⁷ Stanley (2018), p. 101.

⁶⁸ Konder (2009), p. 40.

⁶⁹ Eco (2019), p. 2 e 8.

fortalecimento interno da sociedade e a conquista do espaço vital a ela atrelado, deliberadamente, como uma estratégia para atingir o potencial total de seus regimes. Usando como motor e justificativa o conflito, os fascistas se veem livres para “solucionar problemas” os quais não poderiam ser confrontados em condições normais de temperatura e pressão⁷⁰. Por ser necessária a guerra ao seu desenvolvimento, o fascismo “descarta o pacifismo como um manto para a renúncia covarde e complacente, em contraste com o auto-sacrifício”⁷¹. Uma vez usado de forma tão enfática, o elemento retórico da guerra deixa de ser apenas um símbolo e passa a ser um imperativo. Conforme explica Paxton, o regime nazista se pautou em preparar a nação alemã tanto material como psicologicamente para a guerra, portanto não usar a energia e capacidade bélica levaria eventualmente a uma perda fatal de credibilidade⁷².

O avanço tecnológico inerente ao estado de guerra fascista coloca em evidência, porém, uma das mais complexas contradições fascistas, que reside em sua relação com a modernidade. Uma das características primárias do fascismo é o culto à tradição, e para Umberto Eco, esse tradicionalismo implicaria necessariamente na rejeição da modernidade.

Paxton, entretanto, enxerga essa relação como mais complexa. Como muitos dos valores de um movimento fascista incipiente, o ressentimento antimoderno vai aos poucos sendo canalizado e neutralizado para dar lugar a uma forma alternativa de modernidade: “uma sociedade tecnicamente avançada, na qual as limitações e divisões modernas são sufocadas pela integração e controle fascista”⁷³.

O próprio Eco ressalta que, apesar de valorizar a tecnologia e suas realizações industriais, o apelo do moderno ao fascista se limita àquilo que pode auxiliar sua ideologia de “sangue e terra”. Para Eco, o fascismo, no entanto, consegue mascarar sua rejeição ao mundo moderno com um discurso anticapitalista, o qual comentaremos mais adiante.

2.5. O ATAQUE À ESFERA PRIVADA, À CULTURA E AO INTELECTUALISMO

Mussolini caracterizou o fascismo como “anti-individualista”. Uma concepção de vida

⁷⁰ Paxton (2004), p. 155.

⁷¹ Mussolini (2019), p. 24-26.

⁷² Paxton (2004), p. 156.

⁷³ Paxton (2004), p. 13.

que enfatizava a importância do Estado e na qual o indivíduo só tem relevância na medida em que seus interesses estão alinhados com aqueles do Estado. Nesse sentido, em 1931, Trótski colocou:

Quando um Estado se torna fascista, isso não significa apenas que as formas e métodos de governo mudam de acordo com os padrões estabelecidos por Mussolini - as Mudanças nessa esfera, afinal têm papel modesto -, mas significa em primeiro lugar, e basicamente, que as organizações dos trabalhadores serão aniquiladas; que o proletariado será reduzido a um estado amorfo e que será criado um sistema de administração que penetre fundo nas massas e sirva para frustrar a cristalização independente do proletariado. Precisamente aí reside a essência do fascismo...⁷⁴

A absorção de tudo que é privado pela esfera pública é considerada por muitos como um dos pontos fundamentais que diferencia um regime fascista de outros projetos autoritários. Nos Estados fascistas não há espaço para o pensamento individual independente ou a existência de subcomunidades autônomas (como sindicatos, igrejas, partidos políticos, classes sociais), uma vez que todas eram suspeitas de debilitar a vontade nacional⁷⁵. Segundo Mussolini:

a concepção fascista do Estado é totalmente abrangente; fora dele inexistem valores humanos ou espirituais (...). O fascismo é totalitário, e o Estado fascista - uma síntese e uma unidade inclusiva de todos os valores - interpreta, desenvolve e potencializa toda a vida de um povo⁷⁶.

Para construir esse Estado todo poderoso, o fascismo coloca o medo e a raiva no lugar onde deveria estar o debate fundamentado, destruindo o espaço da informação com a repetição incessante de mentiras e teorias conspiratórias. Nesse sentido, a desconfiança ao intelectualismo se apresenta como a característica marcante, e a educação e a cultura representam uma séria ameaça a construção de um regime fascista, na medida em que permitem o desenvolvimento de pensamento crítico. Se para o fascismo “o desacordo é traição”⁷⁷, a arma usada por ele para pulverizar qualquer traço de dissenso é a propaganda.

Em seu exercício de identificar as circunstâncias que permitiram o êxito do fascismo em

⁷⁴ Trótski (2019), p. 57.

⁷⁵ Trótski (2019), p. 144.

⁷⁶ Mussolini (2019), p. 17.

⁷⁷ Stanley (2018), p. 37.

1920, Konder afirma que o fascismo foi o movimento conservador pioneiro no uso de métodos modernos de propaganda frente à construção da “sociedade de massas de consumo dirigido”⁷⁸. O linguista judeu alemão, Victor Klemper, sobrevivente do holocausto e conhecido por ter registrado a vida sob o domínio nazista em um conjunto de diários, explicou com linguagem bastante viva o poder da propaganda. Esta, segundo o autor, infiltra-se na linguagem cotidiana da população, na medida em que os nazistas usavam as palavras como “pequenas doses de arsênico”, que “penetrava a carne e o sangue do povo”, envenenando e corrompendo a cultura através de expressões idiomáticas repetidas à exaustão e internalizadas de modo mecânico⁷⁹.

Em 1943, George Orwell, escrevendo sobre a verdade e a teoria nazista, expressou que esta última seria responsável por destruir a base comum de concordância social que é a existência de fatos mais ou menos detectáveis. Para o nazismo, não existiria a *verdade*, pois esta seria tão relativa e fragmentada que se abriria um caminho para que alguém, ou algum grupo dominante, determinasse aquilo no que a população deveria acreditar. A política fascista, assim, substitui a realidade pelos pronunciamentos de um grupo ou indivíduo⁸⁰ ou, nas palavras de Orwell: “se o líder diz que determinado evento ‘nunca aconteceu’ - bem, aquilo nunca aconteceu”⁸¹.

Ainda no âmbito da propaganda, outra estratégia fascista foi a substituição da imagem tradicional de políticos conservadores com fraques, cartolas e oratória formal pela imagem de um líder cheio de vitalidade e com discurso enérgico. Para Stanley, o papel da propaganda se encontrava em “ocultar os objetivos claramente problemáticos de políticos ou de movimentos políticos, mascarando-os com ideais amplamente aceitos”⁸². Aqui a imagem do líder fascista, difundida ao vivo massivamente em comícios e reverberando pelo rádio, chamava a atenção para a forma em detrimento do conteúdo, fixando a atenção das massas no estilo novo e dinâmico utilizado enquanto disfarçava o conteúdo essencialmente conservador do discurso fascista⁸³.

⁷⁸ Konder (2009), p. 47.

⁷⁹ Kakutani (2018), p. 113.

⁸⁰ Stanley (2018), p. 66.

⁸¹ Kakutani (2018), p. 64-65.

⁸² Stanley (2018), p. 37.

⁸³ Konder (2009), p. 47-48.

2.6. A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA ENTRE FASCISMO E LIBERALISMO

Conforme supramencionado, o fascismo se baseia mais em paixões do que em uma ideologia bem estruturada. Conforme coloca o historiador Henri Michel, o fascismo era pautado pela negação, pela “rejeição do liberalismo, da democracia e do marxismo”⁸⁴. Propomo-nos aqui a tecer breves considerações sobre a relação do fascismo com esses elementos.

Mussolini dedica uma sessão da “Doutrina” à sua rejeição ao liberalismo “tanto na esfera política quanto na econômica”⁸⁵. Na prática, entretanto, o discurso inicial anticapitalista foi bastante diluído, podendo-se dizer que o âmbito econômico foi aquele no qual os fascistas mais cederam em favor de seus aliados conservadores e, portanto, o tema no qual a retórica fascista em seus estágios iniciais mais se difere da prática que a seguiu.

Para entender essa dinâmica, precisamos antes observar que um dos principais elementos do fascismo é o seu caráter de massas. O fascismo clássico de Mussolini foi um movimento interclasses, tendo permeado todos os setores da sociedade italiana, mas extraindo grande parte de sua força da pequena burguesia.

Conforme mencionado anteriormente, Henri Michel divide o fascismo em três etapas, sendo a terceira o exercício de poder. Além da mobilização da pequena burguesia, o fascismo só é capaz de ascender diante do apoio das classes dominantes que o fazem “para que este aplicasse os planos que eles não podiam pôr em execução, com a esperança de o domar e dominar”⁸⁶. Se a chegada do fascismo ao poder implica à burguesia a necessidade de fazer algumas concessões, ela não afeta seu status e posição dominante. Essas concessões, inclusive, consolidam “as estruturas existentes em seu favor, e acumulam honras e proveitos”. É nesse cenário em que a pequena burguesia, essencial à ascensão do fascismo, é descartada e “sacrificada aos ‘grandes interesses’”⁸⁷.

Na Itália, isso pode ser observado através das concentrações de empresas que prejudicavam a pequena burguesia, por exemplo. Assim, apesar do seu discurso antiliberal, “o fascismo prosseguiu a política da Itália liberal; aumentou até a ajuda ao capitalismo, reprimindo

⁸⁴ Michel (1977), p. 21.

⁸⁵ Mussolini (2019), p. 29.

⁸⁶ Michel (1977), p. 15.

⁸⁷ Ibid., p. 17-18.

os sindicatos e proibindo greves”⁸⁸.

Na Alemanha, Hitler empenhou-se em apaziguar as desconfianças do capital com o regime nazista sob o argumento de que “o capitalismo estava ‘doente’, mas os fascistas não queriam ‘destruí-lo’ e sim ‘curá-lo’”⁸⁹. Para isso, o nazismo fazia uma distinção entre os bons e maus capitalistas, dividindo o capital entre *raffendes* e *shcaffendes*. O primeiro era associado com o campo financeiro e comercial (e consequentemente com os judeus) não servindo, assim, a qualquer propósito digno. O último, por sua vez, remetia ao capital industrial e produtivo (ou mesmo patriótico) o qual refletia, segundo os nazistas, os valores e virtudes alemãs e era necessário para o funcionamento saudável da sociedade e economia. Essa divisão entre bons e maus capitalistas é considerada por Sheri Berman um golpe de mestre por parte do Partido Nazista, pois permitiu a ele assumir sua postura anticapitalista sem, contudo, assustar os empresários cujo apoio político e financeiro eventualmente viria a buscar⁹⁰.

Nesse sentido, a produtividade é extremamente valorizada pelo discurso fascista que “despreza uma vida ‘fácil’” e defende ferrenhamente a meritocracia através da qual “cabe ao homem obter para si mesmo um lugar demasiadamente valioso, antes de tudo se preparando (física, moral, intelectualmente) para se tornar o instrumento necessário para obtê-lo”⁹¹. Essa premissa é aplicada não apenas para o indivíduo, mas também para a nação e se reflete em um verdadeiro darwinismo social. Nesse sentido, o fascismo rejeita o Estado de Bem-Estar Social, o qual privaria os indivíduos de atingir sua real independência econômica ao redistribuir as riquezas dos cidadãos trabalhadores à minorias “preguiçosas”⁹².

Mais ainda, os fascistas rejeitavam a doutrina do materialismo histórico que explica através da luta de classes as mudanças na sociedade⁹³. Para Mussolini, o valor estaria na “santidade e no heroísmo, ou seja, em atos que não tenham qualquer motivação econômica - remota ou imediata”⁹⁴. Já Hitler repelia o marxismo como “uma doutrina primitiva da inveja”⁹⁵.

Os sindicatos, assim, representavam um verdadeiro obstáculo para o tipo de cisão “nós

⁸⁸ Ibid., p. 29.

⁸⁹ Konder (2009), p. 84-85.

⁹⁰ Berman (2006), p. 141-142.

⁹¹ Mussolini (2019), p. 141-142.

⁹² Stanley (2018), p. 154.

⁹³ Mussolini (2019), p. 26.

⁹⁴ Ibid.

⁹⁵ Konder (2009), p. 79.

vs. eles” do fascismo, na medida em que representavam organismos de solidariedade de classe, fontes de cooperação e de comunidade, o que não poderia ser aceito no Estado absoluto fascista. Esmagados os sindicatos e apagada a consciência de classe, os trabalhadores seriam obrigados a “se virar sozinhos no mar do capitalismo”, ficando muito mais suscetíveis à dependência de um partido ou líder⁹⁶.

Hannah Arendt argumenta que “a irrealidade fascista é um prelúdio da política fascista”. Em um modelo político que mede o valor pela produtividade, a dicotomia falaciosa entre nós “que trabalhamos duro” versus o eles “preguiçosos” serve como base retórica para rebaixar hierarquicamente minorias indesejadas, justificando a implementação de políticas públicas que eventualmente transformam em realidade, “alguma base do mito outrora estereotipado”, sobre a condição socioeconômica dos grupos atacados em uma espécie de profecia autocumprida⁹⁷.

2.7. UM POSSÍVEL FASCISMO NA ATUALIDADE?

Muitos autores, conscientes da natureza idiossincrática que faz do fascismo algo tão ameaçador, empenharam-se em distingui-lo de outras formas de autoritarismo. Konder afirmou de forma categórica:

nem todo movimento reacionário é fascista. Nem toda repressão - por mais feroz que seja - exercida em nome da conservação de privilégios de classe ou casta é fascista. O conceito de fascismo não se deixa reduzir, por outro lado, aos conceitos de ditadura ou de autoritarismo⁹⁸.

Trótski, igualmente, já em 1940 alertava para o equívoco que residia em não se diferenciar o fascismo de outros regimes autocráticos. Segundo o autor, a ditadura de guerra, da máquina militar, do capital financeiro, “é simplesmente uma instituição burocrática, fortalecida pela máquina militar e baseada na desorientação do povo e na sua submissão”. Esta, afirmava ele, pode ser superada com o passar do tempo, na medida em que os sentimentos do povo mudam e este se rebela. A ditadura fascista, por outro lado, se constrói a partir do desespero das

⁹⁶ Stanley (2018), p. 165.

⁹⁷ Ibid., p. 155-157.

⁹⁸ Konder (2009), p. 25-26

massas (dos fazendeiros, desempregados, pequenos empresários, soldados, etc.) frente à incapacidade da vanguarda operária em levar o povo à vitória⁹⁹.

Para Paxton, embora a militarização seja característica de diversos formatos ditatoriais, o fascismo se caracteriza pelo impulso de reduzir a esfera privada a zero. De fato, muitos outros modelos autoritários são capazes de passar por cima de direitos e liberdades, demonstrar brutalidade e buscar um Estado forte. Entretanto, regimes autoritários não fascistas aceitam outros domínios reais da vida privada (tais quais cartéis econômicos, associações, igrejas, etc.) para além do Estado (ou partido único), que servem como grandes agentes de controle social. Eles preferem uma população passiva e desmobilizada e se apegam ao *status quo* enquanto o fascismo proclama um novo mundo através do engajamento e excitação de seu público¹⁰⁰.

Tendo nas últimas páginas analisado uma série de elementos que compuseram as experiências fascistas clássicas, bem como aquelas que o distinguem de outros fenômenos, fica a pergunta: o fascismo ainda existe? Grande parte da literatura concorda, pelo menos em certa medida, que o fascismo nunca chegou a acabar de fato. Eco, em 1995, advertia seus leitores a manterem-se alertas, pois o fascismo estaria ao nosso redor, mesmo que às vezes à paisana, escondido sob “o mais inocente dos disfarces”¹⁰¹.

Quase dez anos depois, Paxton reafirmou que movimentos fascistas em estágios iniciais poderiam ser encontrados em todas as principais democracias¹⁰². Mais recentemente, no entanto, Paxton vem se mostrando resistente a usar o termo para se referir a políticos contemporâneos com tendências autoritárias e discurso nacionalista. Quando perguntado a respeito da possível reascensão do fascismo nos EUA na figura de Donald Trump, o autor comentou o caráter coletivista do fascismo clássico como ponto de divergência. Segundo Paxton, os projetos fascistas do século XX buscaram solucionar problemas na Itália e na Alemanha através do fortalecimento do Estado, subordinando os interesses individuais conflituosos ao interesse coletivo. Entretanto, o autor defende que atualmente impera nos Estados Unidos um individualismo extremo, uma total negação a qualquer tipo de disciplina comunitária, seja para a proteção do meio ambiente, da classe trabalhadora, etc. o que seria o

⁹⁹ Trótski (2019), p. 93-94.

¹⁰⁰ Paxton (2004), p. 216-217.

¹⁰¹ Eco (2019), p. 10.

¹⁰² Paxton (2004), p. 205.

oposto do fascismo¹⁰³.

De todo modo, parece ser consenso na literatura que o fascismo, caso venha a ascender (ou esteja ascendendo) novamente, não seguirá um passo a passo da experiência de Hitler ou Mussolini. Conforme Eco coloca com humor ácido, identificar novas formas de fascismo seria mais simples se alguém dissesse que quer reabrir Auschwitz e organizar um desfile de camisas pretas pelas praças, mas, como continua o autor, “a vida não é tão simples assim”¹⁰⁴. Qualquer nova incursão fascista, já apontava Zetkin menos de um ano após a marcha sobre Roma, inevitavelmente apresentará aspectos diferentes dependendo do tempo e lugar onde ocorrer¹⁰⁵.

Nesse sentido, Paxton sustenta que os sinais de alerta tão bem conhecidos (dentre eles o nacionalismo extremado, crimes de ódio e propaganda, por exemplo) são necessários, porém não suficientes. É preciso que estejamos munidos de conhecimento histórico sobre o funcionamento do fascismo para que sejamos capazes de reconhecer o fascismo quando o avistarmos. Se o presente trabalho tiver contribuído em qualquer pequena parcela nesse sentido, ele terá cumprido seu objetivo.

¹⁰³ Democracy Now (2016).

¹⁰⁴ Eco (2019), p. 10.

¹⁰⁵ Zetkin (2019), p. 79.

3. FASCISMO PERIFÉRICO: EXPERIÊNCIAS E CONTRIBUIÇÕES LATINO-AMERICANAS

O fascismo clássico, analisado no capítulo anterior, foi um fenômeno que, apesar de ter ocorrido em potências coloniais de segunda ordem¹⁰⁶, desenvolveu-se em um contexto de metrópole, muito diferente daquele em curso no sul global.

Na América Latina, mais especificamente, o debate acerca do tema se inicia na década de 30. Enquanto o fascismo ascendia no velho continente, alimentados por um clima de “radicalização ideológica nos meios intelectuais e políticos”, eclodiram no Brasil movimentos políticos os quais, em sua maioria, viriam a se fundir na criação da Ação Integralista Brasileira¹⁰⁷. Esse contexto faz florescer no continente latino-americano a discussão sobre a possibilidade ou não de existência de um fascismo na região. Seriam as manifestações observadas exemplos de “mimetismo político-ideológico” do fascismo europeu ou tratar-se-iam de “autênticos movimentos políticos nacionais”¹⁰⁸?

Trinta anos depois, o golpe de 1964 no Brasil marca o início de uma nova fase de intervenções militares e projetos autoritários na América Latina. Durante a década de 70, em face à série de rupturas democráticas no Cone Sul, novas expressões passam a ser cunhadas para tentar caracterizar os regimes em ascensão, como fascismo dependente, fascismo *sui generis*, fascismo atípico ou neofascismo, o uso das quais produzia opiniões divergentes¹⁰⁹.

Na segunda etapa do presente estudo, faremos uma análise da experiência e do debate acerca do fascismo na periferia, a partir de um enfoque latino-americano, e com especial atenção ao caso brasileiro. Examinaremos o desenvolvimento do movimento Integralista brasileiro, liderado por Plínio Salgado; comentaremos muito brevemente o debate sobre o uso do termo fascismo que envolve os governos de Vargas, no Brasil, e Perón, na Argentina; e por fim, trataremos do debate acadêmico-político sobre as categorias analíticas usadas para classificar as ditaduras militares do Cone Sul.

Em sua análise dos regimes militares latino-americanos dos anos 60-70, Ruy Mauro

¹⁰⁶ Santos (2018), p. 12-13.

¹⁰⁷ Trindade (1974), p. 105.

¹⁰⁸ Trindade (2001), p. 1.

¹⁰⁹ Ibid.

Marini sustenta que tais fenômenos constituíram “formas particulares da contrarrevolução burguesa” e busca “seguir os ensinamentos dos marxistas europeus” os quais, anos antes, ao analisar o fascismo, usaram o ponto de referência do qual dispunham em relação à contrarrevolução burguesa: o Bonapartismo¹¹⁰. A ideia de Marini não era assumir que se tratavam de fenômenos idênticos, mas estabelecer as especificidades do processo sob análise e das “formas de dominação e do Estado a que este dava lugar”¹¹¹.

Buscaremos aqui fazer algo parecido. Não se trata de tentar encaixar a experiência latino-americana nos moldes do fascismo clássico analisado no capítulo anterior. Nosso objetivo será usar o conhecimento construído sobre este último como ponto de partida para melhor compreender as especificidades dos casos periféricos e os eventuais limites do conceito construído para o fascismo europeu na América Latina.

3.1. INTEGRALISMO

A década de 20 dá início no Brasil a um período de intensa transformação. No campo socioeconômico, o pós-Grande Guerra é marcado pela transição de uma economia de modelo exportador-primário, para um modelo de substituição de importações. O Brasil, até então predominantemente agrário-exportador, sofre com o impacto da crise de 29, o que acarreta a decadência do sistema sobre o qual estava baseada a Velha República¹¹². Essa conjuntura abre espaço para um fortalecimento da indústria nacional, fazendo com o que polo dinâmico da economia se deslocasse “na direção do mercado interno, reforçando o desenvolvimento industrial e urbano”¹¹³.

Isso se reflete também em um processo de urbanização e impulsionamento das camadas médias e a formação de um proletariado urbano nas grandes cidades¹¹⁴. Esse operariado, constituído em grande parte pela imigração estrangeira e sob influência das vanguardas operárias anarquistas, começa a buscar uma unificação em órgãos sindicais e partidos

¹¹⁰ Marini (2018), p. 2.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Trindade (1974), p. 19.

¹¹³ Ibid, p. 17.

¹¹⁴ Ibid, p. 19-24.

socialistas, dando-se início a um período de violenta luta social¹¹⁵.

Apesar da eclosão de greves e reivindicações proletárias, o movimento operário terá uma participação marginal no processo de transformação política em 1930. O mesmo pode se dizer da burguesia, que tampouco desempenha um papel importante no período em questão. A disputa política é orientada basicamente por duas fontes de tensão: de um lado os conflitos internos da oligarquia rural dominante, responsável pela política do “café com leite”, geralmente em torno da sucessão presidencial; de outro, insurreições protagonizadas por “jovens oficiais contestadores”¹¹⁶ do movimento tenentista, os quais, apoiados pelas classes médias urbanas oriundas da burocracia, pequenas empresas e exército, revoltam-se contra o sistema político existente em busca de uma renovação dos costumes políticos. Sua intenção era a de “provocar, através de um golpe de Estado, mudanças no seio do Estado” sem, contudo, abrir espaço para que as massas populares pudessem intervir no processo político¹¹⁷.

Um dos traços mais evidentes da evolução ideológica no período pós-guerra é o renascimento de um sentimento nacionalista, o qual, no campo da cultura, vai alimentar o movimento modernista. Ao mesmo tempo em que observou-se, em paralelo, uma forte tendência à exaltação do civismo e militarismo. Trata-se, também, de um nacionalismo carregado de uma dimensão econômica antiimperialista, uma vez que a guerra revelou a situação de dependência econômica por parte das nações periféricas em face ao sistema capitalista internacional, o que dá início a uma “luta pela proteção da indústria nacional contra a concorrência estrangeira”¹¹⁸. Essa é a atmosfera política que vai modelar o pensamento do jovem escritor paulista Plínio Salgado que, em 1932, fundaria o movimento integralista.

A formação intelectual de Plínio Salgado, durante sua fase pré-integralista, tem como um de seus principais elementos constituintes sua participação na Semana de Arte Moderna de 1922, e sua posição de liderança junto ao movimento Verde-Amarelo, o qual se articulou em torno de um nacionalismo ufanista¹¹⁹. Ao mesmo tempo em que participava ativamente na vanguarda da revolução estético-cultural, Salgado possuía estreitos laços com o Partido Republicano Paulista (PRP), elemento da política tradicional da Velha República, na qual seu

¹¹⁵ Trindade (1974), p. 16-23.

¹¹⁶ Ibid., p. 24.

¹¹⁷ Ibid., p. 25.

¹¹⁸ Ibid., p. 31.

¹¹⁹ Calil (2013), p.34.

pai ocupava uma posição de chefia local¹²⁰. Essas duas tendências fazem com que a ação política de Salgado durante sua juventude seja marcada por fortes contradições.

Em abril de 1930 Salgado parte em viagem para a Europa, desiludido com a política brasileira e frustrado com suas tentativas malsucedidas de renovação do PRP. Essa viagem vai marcar o rompimento de Salgado com o modelo tradicional de política, especialmente a partir da influência que passa a exercer sobre ele o fascismo italiano¹²¹, e o início de sua intenção em formar um novo movimento.

Antes que pudesse tomar medidas concretas nesse sentido, Salgado vê seu projeto temporariamente frustrado pela eclosão, em outubro do mesmo ano, da Revolução de 30. Apesar de ser inicialmente crítico à inspiração liberal da revolução, Salgado adota rapidamente uma atitude de aceitação e até mesmo apoio ao governo provisório de Getúlio Vargas. Sua mudança de atitude se fundamentava no “caráter irreversível do processo revolucionário”¹²² e na expectativa de que o novo governo promoveria a tão ansiada “renovação” na política, destruindo o sistema da Velha República.

3.1.1. A Ação Integralista Brasileira

A expansão de ideias fascistas no continente europeu durante a década de 30 se reflete na ascensão de movimentos radicais de direita no Brasil. A maioria destes, no entanto, conseguiu alcançar no máximo implantação regional, “reunindo um pequeno grupo de indivíduos e com audiência política restrita, cuja relevância é ter precedido e reforçado a convergência ideológica de direita”¹²³. Deste modo, a fundação em 1932 da Ação Integralista Brasileira não se configura como fato isolado, mas sim como o resultado da cristalização de um radicalismo de direita em construção. Além disso, a importância histórica da criação da A.I.B. fica evidente, por ser ela o primeiro partido político brasileiro com implantação nacional, chegando a reunir meio milhão de aderentes¹²⁴.

A estrutura social integralista era muito similar àquela dos fascismos europeus, e pode

¹²⁰ Trindade (1974), p. 42.

¹²¹ Calil (2013), p.34-35; Trindade (1974), p. 82-85.

¹²² Ibid., p. 89-90.

¹²³ Ibid., p. 11.

¹²⁴ Ibid., p. 9.

ser enxergada como uma pirâmide constituída de três extratos. A camada superior, composta pelos dirigentes nacionais, era integrada exclusivamente por membros da elite intelectual, composta por membros da burguesia e média burguesia. A camada média, dos dirigentes regionais, era composta preponderantemente por membros da média burguesia, e a camada inferior, dos militantes locais, era composta em 75% por membros da pequena burguesia e de camadas populares. Héglio Trindade faz uma analogia interessante sobre a estratificação social da A.I.B. com a estrutura paramilitar de milícias, nas quais “as elites intelectuais detêm o ‘comando’ e as camadas médias e populares não intelectualizadas constituem a ‘tropa’”¹²⁵.

O movimento integralista era marcado por um clima comunitário, o qual Trindade explica a partir do elemento mais comum entre seus militantes e dirigentes: a juventude¹²⁶. Outro traço importante da construção identitária integralista estava na religiosidade, sendo quase a totalidade dos militantes integralistas cristãos (e em sua maioria católicos).

A A.I.B. possuía uma organização interna de estrutura complexa e hierarquizada, com inúmeros códigos, símbolos e rituais de inspiração nacionalista. Embasada nos modelos fascistas da Europa, a organização integralista era liderada por um Chefe Nacional, o qual possuía autoridade absoluta, indivisível e permanente¹²⁷. O princípio hierárquico integralista pressupunha que “todo o poder emana do Chefe e só em seu nome será exercido”, pois esse seria “mais do que uma pessoa”, mas a encarnação da ‘ideia’ integralista¹²⁸.

Nesse sentido, é impossível dissociar ideologia e organização, havendo uma “relação explícita entre a estrutura desta e o conteúdo da outra”¹²⁹. No caso da A.I.B., sua rígida organização possuía uma função tripla de: 1) proporcionar ao Chefe recursos para liderar o movimento; 2) realizar em nível organizacional uma experiência pré-estatal do modelo teórico de Estado Integral, e 3) servir como meio de socialização político-ideológico¹³⁰.

No que diz respeito à terceira função, de forma muito semelhante ao que se pode observar no nazismo alemão, a organização integralista cumpria um papel importante de formação ideológica e difusão doutrinária. Essa atuação se dava através de órgãos de

¹²⁵ Trindade (1974), p. 145.

¹²⁶ Trindade aponta que em 1933 a maioria dos membros da AIB tinham menos de 25 anos e que $\frac{3}{4}$ dos dirigentes nacionais e regionais tinham menos de 30.

¹²⁷ Trindade (1974), p. 172.

¹²⁸ Ibid., p. 173-179.

¹²⁹ Ibid., p. 169-170.

¹³⁰ Ibid., p. 169.

propaganda e organizações de iniciação da juventude voltadas para a “preparação dos futuros cidadãos do Estado Integralista”, além de uma série de atividades e rituais desenvolvidos para moldar o comportamento de seus seguidores¹³¹¹³².

3.1.2. Doutrina Integralista

Esboçada no Manifesto de Outubro, a doutrina integralista era marcada por um nacionalismo anti-cosmopolita e, conseqüentemente, antiliberal e anticomunista; no humanismo espiritualista, e em uma “concepção de vida social que aspira a um retorno do ideal medieval de uma sociedade harmoniosa”¹³³.

O Manifesto explicita, ainda, uma concepção de Estado que coloca em primeiro lugar “os direitos do homem e da família”, cuja liberdade moral seria o sustentáculo do próprio Estado. Dentro da ética integralista, de inspiração Cristã, o trabalho é considerado sagrado, por ser entendido como uma cooperação entre o homem e Deus, sendo o valor daquele ser avaliado pelo “seu sacrifício em favor da família, da Pátria e da sociedade”, que culmina no lema “Deus, Pátria e Família”¹³⁴. Nesse sentido, o Integralismo se aproximava em muito do fascismo de Mussolini para o qual, conforme vimos no capítulo anterior, a religião ocupava um lugar central¹³⁵.

O nacionalismo é um tema que permeia o discurso integralista em toda a sua história, mas é um também objeto marcado por transformações e contradições. Em um primeiro momento, o nacionalismo integralista, apesar de representar um eixo central no discurso do movimento, não é claramente definido e limita-se muito a valorização de símbolos culturais. De forma similar ao fascismo europeu, trata-se de um nacionalismo marcado pelo anticosmopolitismo, com forte valorização das “tradições nacionais” e do “homem simples do interior”¹³⁶.

Com o desenvolvimento do movimento, o nacionalismo passa a ser reproduzido também

¹³¹ Os mais notórios seriam o uniforme verde, a saudação “Anauê” (“você é meu irmão”) e o símbolo sigma, que remete à ideia de totalidade, conforme Calil (2013), p.36.

¹³² Trindade (1974), p. 196-199.

¹³³ Calil (2013), p.36; Trindade (1974), p. 208-209.

¹³⁴ Ibid., p. 209-210.

¹³⁵ Mussolini (2019), p. 15 e 36-37.

¹³⁶ Calil (2013), p.36.

na defesa de um ordenamento radicalmente centralizado com prejuízo para as unidades federativas e partidos regionais, os quais são vistos como um obstáculo à unidade e como responsáveis pelo enfraquecimento da nação.

O discurso integralista é pautado também por um sentimento anticapitalista, o qual, entretanto, de modo similar aos fascismos clássicos, não questiona as bases do sistema capitalista: a propriedade privada dos meios de produção e o lucro. Nesse sentido, o nacionalismo integralista não se reflete na construção de políticas econômicas concretas, limitando-se novamente ao âmbito do discurso em uma crítica genérica ao capitalismo internacional¹³⁷. Fazia assim uma oposição a um mal definido “capitalismo internacional, o qual opunham a um capitalismo nacional, supostamente justo e harmônico.”¹³⁸

Nesse sentido, o integralismo propunha-se a reformar o capitalismo a partir de três pontos principais: 1) rompimento com o referido capitalismo financeiro internacional e subordinação da produção aos interesses nacionais; 2) estabelecimento da economia sob o controle do Estado; 3) introdução de uma “finalidade ética” ao desenvolvimento da economia, fazendo com que a mesma assuma uma “função eminentemente social”¹³⁹. Tratava-se, portanto de “transformar o capitalismo liberal clássico num capitalismo nacional e social controlado pelo Estado Integral.”¹⁴⁰

Para além do seu combate ao capitalismo internacional, a ideologia integralista se pauta também na oposição ao liberalismo e ao socialismo. A posição integralista com relação ao liberalismo é clara: “guerra de morte a liberal-democrata!”. Para o integralismo a liberal-democracia seria uma fonte de opressão ao homem, pois a liberdade que ela promete nada mais é do que “uma conquista burguesa para a burguesia”, e só é alcançável pelos mais privilegiados¹⁴¹. O antagonismo ao socialismo, por sua vez, se constrói na medida em que o integralista o enxerga, tal qual o liberalismo, como uma expressão do materialismo, o qual deve ser rejeitado em favor de uma concepção filosófica espiritualista.

Nesse sentido, a doutrina integralista enxerga o mundo sob uma ótica maniqueísta, de uma batalha constante do bem (espiritualismo) contra o mal (materialismo). Aqui, nota-se mais

¹³⁷ Ibid.

¹³⁸ Ibid, p. 36-37.

¹³⁹ Trindade (1974), p. 245.

¹⁴⁰ Ibid.

¹⁴¹ Ibid., p. 238.

uma vez a influência de Mussolini, segundo o qual “o fascismo concebe a vida como uma luta”, na qual apenas através do autopreparo e sacrifício indivíduo, nação e humanidade são capazes de alcançar uma existência nobre¹⁴².

Um elemento que distancia a ideologia integralista daquela da Alemanha de Hitler é na questão racial. Salgado expressa uma preocupação nacionalista racial, mas diferentemente do “arianismo”, ele não prega a pureza de uma raça no país, mas idealiza a construção de uma raça una, tupi, de uma nacionalidade unificada a partir da convergência¹⁴³. Miguel Reale, um dos principais ideólogos da A.I.B., nesse sentido, sustentava que o integralismo deveria incorporar certos aspectos do fascismo clássico: o conteúdo “revolucionário”, o nacionalismo, sua base sindical-corporativa, o princípio de solidariedade social. Entretanto, para Reale, os fundamentos fascistas deveriam ser adaptados às “condições de meio” em que os camisas verdes se encontravam, não devendo assimilar condições locais do fascismo Europeu, “dentre as quais estaria a tese de superioridade racial de Hitler¹⁴⁴.

3.1.3. Integralismo no Estado Novo e pós-Guerra

Do período que antecedeu a implantação do Estado Novo, a posição integralista era de apoio a Vargas e, uma vez concretizado o golpe, havia entre militantes e dirigentes a expectativa de que o movimento teria um papel importante na nova ordem. Entretanto, os integralistas rapidamente se frustraram com Vargas, ao verem a A.I.B. incluída no rol de partidos políticos proibidos. Não apenas o registro da A.I.B. foi cancelado, mas iniciou-se uma “campanha sistemática contra os camisas-verdes”. As ações incluíram o fechamento das sedes integralistas, a proibição de suas reuniões, o encarceramento de militantes e culminou com o exílio de Plínio Salgado em 1939¹⁴⁵.

No exílio, Salgado afirmava publicamente sua expectativa de alcançar um acordo com Vargas. No entanto, a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial coloca o líder integralista em uma difícil posição, pois qualquer aproximação com o integralismo seria contraproducente ao

¹⁴² Mussolini (2019), p. 13-15.

¹⁴³ Trindade (1974), p. 169-170.

¹⁴⁴ Ibid., p. 261-262.

¹⁴⁵ Calil (2010), p. 66-70; Calil (2013), p. 37.

regime. Uma vez estabelecida a posição brasileira contra as potências do Eixo, o movimento integralista não tem outra alternativa que não apoiar o governo¹⁴⁶. Essa postura é, no entanto, contraditória com as atitudes de Salgado na Europa e sua colaboração com agentes italianos e alemães¹⁴⁷. De toda forma, desse momento em diante a postura pública de Salgado passa a ser de subordinação a Vargas até o fim do regime estadonovista.

Em 1945 o Estado Novo entra em colapso e o novo sistema “democrático” nasce marcado por uma atuação fortemente conservadora, e pela promulgação de uma constituição que, apesar de formalmente liberal, abre caminho para um rígido controle social e uma centralização de poder através de ampla regulamentação de questões fundamentais através de leis complementares¹⁴⁸.

Em função da participação do Brasil na Segunda Guerra, esse período é marcado por “um forte sentimento antifascista, o qual, muitas vezes, desdobrava-se em veemente oposição ao integralismo”, especialmente com as crescentes denúncias da colaboração integralista com o fascismo europeu. Nesse contexto, é fundado o Partido de Representação Popular (PRP), o qual reunia, ainda sob liderança de Plínio Salgado, os ex-membros da A.I.B.¹⁴⁹

Obrigados a lidar com o rejeição do projeto integralista, Salgado e outros líderes do movimento se viram obrigados a repaginar seu discurso, aderindo a uma concepção peculiar de “democracia cristã” e colocando em segundo plano outros temas que pudessem gerar algum incômodo, como o corporativismo e o antiliberalismo. O conceito de “democracia” do PRP era um no qual a prática democrática era inviável. Defendiam a tese de que à tradição histórica brasileira eram inerentes princípios sagrados e imutáveis, os quais em nenhuma hipótese poderiam ser submetidos ao “arbitrio das massas”¹⁵⁰.

A estrutura do PRP, entretanto, em muito guardava semelhanças àquela da A.I.B, sendo extremamente hierarquizada. O partido extraía sua capacidade de mobilização do anticomunismo, propagando um discurso inflamatório de ameaça de uma iminente revolução social e de um “plano comunista de dominação mundial”. O discurso ‘PRPista’ contava também com forte conteúdo espiritual, tecendo severas críticas à “degradação de costumes” e à

¹⁴⁶ Calil (2010), p. 80-83.

¹⁴⁷ Calil (2013), p. 38-39.

¹⁴⁸ Calil (2000), p.124.

¹⁴⁹ Ibid., p.125-126.

¹⁵⁰ Ibid., p.131.

“libertinagem”. Ainda, o partido buscava se diferenciar dos demais, acusando-os de vícios da “politicagem”¹⁵¹.

A relação do PRP com os demais partidos da época era contraditória e pautada por oportunismos. De um lado, era conveniente para os principais partidos atacarem o PRP, para se aproveitarem da popularidade de um discurso antifascista, mesmo que na prática houvesse uma proximidade de interesses e pautas. Ao mesmo tempo, para o PRP convinha politicamente a aproximação com os demais partidos e uma adequação ao sistema vigente. No entanto, era preciso mitigar as alterações em andamento no discurso para a militância, a qual se sentia frustrada com o afastamento cada vez maior do partido com sua perspectiva insurrecional em busca de uma maior institucionalidade que permitisse aos dirigentes participação em pequenos espaços decisórios¹⁵². Conforme explica Gilberto Calil:

Em síntese, é possível definir que com a fundação do PRP, o integralismo deixou de ser um movimento insurrecional nos moldes fascistas, que agia visando à construção de um “Estado Integral” totalitário, e transformou-se em um partido de extrema direita autoritário e anticomunista, mas plenamente adaptado ao sistema vigente.¹⁵³

Apesar de suas raízes na A.I.B., o PRP nunca chegou a alcançar a mesma capacidade de mobilização da sua organização predecessora, tendo muitos dos ex-integralistas se filiado a outras organizações partidárias. O partido apoiou o movimento que levou ao golpe de 64, mas veio a ser extinto em 1965, com a publicação do Ato Institucional nº 2, o qual acabou com o pluripartidarismo. No intuito de manter alguma aparência democrática, o regime permitiu a existência de apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido do governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que reunia a oposição. Não surpreendentemente, a grande maioria dos membros do PRP se juntou à ARENA.

3.2. PERÓN E VARGAS

Contemporaneamente ao crescimento do movimento Integralista, a implementação do

¹⁵¹ Calil (2000), p.129.

¹⁵² Ibid., p.133-137.

¹⁵³ Ibid., p.137.

Estado Novo no Brasil em 1937 e a eleição de Juan Domingo Perón em 1946 também figuraram nos debates entre especialistas sobre a questão fascista.

Segundo Trindade, “a questão fascista na América Latina sempre esteve mais associada ao caso Argentino do que o Brasileiro”, parte em função do importante “processo de mobilização popular e de reorganização sindical”, resultado da ascensão de Perón à Secretaria do Trabalho em 1943, e muito em vistas às acusações de conexão entre o regime argentino e as potências do Eixo¹⁵⁴. Isso fez com que, por muito tempo, e especialmente nos Estados Unidos, o governo peronista tenha sido o regime fora da Europa mais acusado de ser fascista¹⁵⁵.

A partir da década de 50, as contribuições de Germani e Lipset trazem novas categorias de análise para o peronismo. Enquanto Germani distingue o peronismo dos casos Alemão e Italiano, denominando aquele de *nacional-populismo*, Lipset cria uma categorização de fascismo a partir de um espectro que desloca-se entre direita e esquerda, a partir da composição de sua base social, definindo tanto o peronismo como o varguismo como *fascismos de esquerda*.

Lipset rejeita a ideia de que fascismo e comunismo representam as extremidades de um contínuo político em que “os extremistas de cada extremo do continuum político convertem-se em advogados e defensores da ditadura, ao passo que os moderados do centro continuam defendendo a ditadura¹⁵⁶”. Para ele, as ideologias extremistas e os grupos que as promovem devem ser analisados e classificados tal qual seus respectivos paralelos democráticos, ou seja: com manifestações à direita, à esquerda e ao centro.

Nessa lógica, o fascismo clássico corresponderia ao extremismo de centro. Lipset sustenta que, apesar de aparentemente antiliberal, a ideologia fascista se assemelha ao liberalismo em alguns pontos importantes, quais sejam: oposição a sindicatos e ao Estado socialista; desafeto pela religião e outras formas de tradicionalismo; e contaria com um eleitorado muito mais similar àquele liberal do que o conservador¹⁵⁷.

No polo à esquerda se encontrariam os comunistas, grupo de natureza claramente revolucionária, adversário às classes dominantes cuja base está nas classes inferiores. Entretanto, Lipset defende que exista uma segunda forma de extremismo de esquerda,

¹⁵⁴ Trindade (2001), p. 8.

¹⁵⁵ Paxton (2004), p. 195.

¹⁵⁶ Lipset (1967), p.137.

¹⁵⁷ Lipset (1967), p.138.

amplamente representada nos países subdesenvolvidos, cuja ideologia apela aos estratos inferiores, em oposição às classes médias e altas. Essa forma de extremismo de esquerda, no qual ele categoriza o peronismo, distinguir-se-ia do comunismo pela sua natureza nacionalista e militarista, e por um projeto de destruição dos estratos superiores, privilegiados e corruptos, os quais consideram responsáveis pela manutenção das massas em situação de pobreza¹⁵⁸.

O autor coloca que o extremismo das massas trabalhadoras (seja o comunismo, peronismo, anarquismo ou socialismo revolucionário) tende a se desenvolver em “sociedades submetidas a uma rápida industrialização, ou naquelas em que o processo de industrialização não resultou numa sociedade predominantemente industrial”, ao passo que o extremismo de classe média ocorreria em “países caracterizados, ao mesmo tempo, por um capitalismo em larga escala e por um movimento trabalhador poderoso”. O extremismo de direita, por sua vez, seria mais comum em “economias menos desenvolvidas, em que as forças conservadoras tradicionais, ligadas ao Trono e o Altar, permanecem fortes”¹⁵⁹.

Lipset argumenta que os países mais prósperos da América Latina na década de 70 têm uma situação comparável àquela da Europa do século XIX. Ou seja, estão em um processo inicial de desenvolvimento industrial, ao passo que suas classes trabalhadoras ainda não são suficientemente organizadas e o conservadorismo permanece vivo nos setores rurais. Ele sustenta que as classes médias nesses países teriam uma tendência democrática e, portanto, que a base social para o advento de uma política extremista estaria não na classe média, “mas na crescente e ainda desorganizada classe trabalhadora, que está sofrendo as tensões inerentes a uma rápida industrialização”. Esses proletários forneceriam a base a partir da qual ascenderam “os únicos movimentos ‘fascistas’ (de esquerda) em grande escala registrados na América Latina: os de Perón, na Argentina, e Vargas, no Brasil”¹⁶⁰.

O Estado Novo também foi acusado de ser fascista, dada sua personalização na figura carismática de Vargas. No entanto, mesmo tendo editado uma importante legislação trabalhista considerada por parte dos pesquisadores como de inspiração fascista¹⁶¹. Mais especificamente, muitos apontam para notáveis semelhanças entre a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e

¹⁵⁸ Ibid., p. 138-139.

¹⁵⁹ Ibid., p.143.

¹⁶⁰ Ibid., p.144 (parênteses nossos).

¹⁶¹ Carneiro e Almeida (2013) e Narloch (2017).

a *Carta del Lavoro*, enquanto outros sustentam que a historiografia mostra que as influências da CLT estão muito mais no Direito Social Católico e nas normas da OIT. A terceira fase da Era Vargas foi marcada pelo seu caráter desmobilizador, que leva, conforme vimos anteriormente, à dissolução da A.I.B. e do projeto integralista.

Theotônio dos Santos, apesar de se referir aos governos de Vargas e Perón como “cópia dos fascismos” europeus, afirma que aqueles “nunca conseguiriam se identificar com esses regimes. Isso porque, apesar de possuírem um impulso nacionalista e industrializante similar aos fascismos clássicos, possuíam bases sociais distintas¹⁶². Nas palavras do autor:

as formas corporativistas para as quais tendia o Estado latino-americano refletiam, portanto, um ideal libertador e não reacionário, mas ao mesmo tempo alienavam o movimento operário ao capital industrial e a uma ideologia nacionalista burguesa, autoritária e desmobilizadora da classe num sentido revolucionário¹⁶³

Foram justamente essas ambiguidades dos regimes em questão que fizeram com que eles fossem identificados por alguns como fascismo, e “reabilitados historicamente”, chegando a ser considerados por outros, especialmente no caso de Vargas, como “campeões da democracia, do antifascismo e do antiimperialismo”. Para o autor, entretanto, ambas as visões seriam equivocadas e ignorariam a natureza ambígua que caracterizava os regimes, “com seus vacilos e oscilações políticas”¹⁶⁴.

Robert Paxton, em “A Anatomia do Fascismo” também analisa os dois regimes. No que diz respeito ao Estado Novo, o autor o caracteriza como uma “democracia modernizante com alguns aspectos progressistas”¹⁶⁵. Ele comenta o papel de Vargas na centralização de poder e enfraquecimento das velhas oligarquias regionais, promoção de serviços sociais, educação e industrialização. Para Paxton, as políticas protecionistas do Estado Novo remetem muito mais às estratégias usadas por outros governos da década de 30 para lidar com a Grande Depressão do que a políticas fascistas. Ainda, ele aponta para a personalidade de Vargas, que era “um homem

¹⁶² Santos (2018), p. 14.

¹⁶³ Ibid., p. 14.

¹⁶⁴ Ibid., p. 14-15.

¹⁶⁵ Paxton (2004), p. 193.

esguio, que odiava falar em público e admitia que andar a cavalo machucava suas costas”¹⁶⁶, e essas características se afastavam em muito da figura do Chefe fascista.

Paxton sustenta que qualquer semelhança entre o peronismo e o fascismo é apenas superficial. Os fascismos de Mussolini e Hitler ascenderam em meio a democracias caóticas que viviam um processo de abertura do direito ao sufrágio. Já Perón chegara ao poder em oposição a uma “estreita base militar, conservadora e oligárquica”¹⁶⁷, para então ampliar o poder de participação popular, alcançando maiorias eleitorais em diversas oportunidades. Um elemento que o diferencia em muito das experiências europeias é a participação ativa de Evita Perón no governo e sua imagem junto à população, que destoava do caráter machista e patriarcal dos governos fascistas clássicos. Paxton sustenta que, apesar de usar ferramentas de repressão policial e censura, o peronismo não possuía o elemento fascista de um inimigo demonizado e não demonstrava interesse na expansão militarista.

No que diz respeito à Argentina, todavia, é importante destacar a heterogeneidade do peronismo, dentro do qual existam diversos setores com tendências diferentes, as vezes em oposição. Merece especial atenção a ação da *Triple A* (Aliança Anticomunista Argentina), grupo ativo durante meados da década de 70. A organização atuava na perseguição de indivíduos suspeitos de ser ou reconhecidamente comunistas. Seu *modus operandi*, além de assassinatos e atentados com bombas, incluía a publicação de listas com nomes daqueles que pretendiam assassinar, fazendo com que muitos dos mencionados, em grande parte intelectuais de esquerda, fugissem do país.

A tentativa de definição da natureza da *Triple A* gera bastante debate. Apesar de não ter sido propriamente um apêndice das forças armadas, era conhecida por parte dos militares, alguns dos quais inclusive a compunham. Ao mesmo tempo, segundo Julieta Rostica (2011) a *Triple A* não pode ser considerada como uma organização paramilitar, por lhe faltarem a estrutura e disciplina tipicamente militares.

A relação da organização com o governo também é tema de discussão. A *Triple A*, começou a atuar de forma mais sistemática apenas após a morte de Perón¹⁶⁸. Entretanto, o fato de José López Rega, ministro de Bem Estar Social do presidente, ter criado e liderado o grupo demonstra a proximidade da *Triple A* com o aparelho estatal e alimenta a discussão entre

¹⁶⁶ Ibid.,

¹⁶⁷ Ibid.

¹⁶⁸ Rostica (2011), p.27

especialistas sobre a participação de Perón, e Isabelita, junto ao grupo.

De toda forma, a existência e atuação da *Triple A* favoreceram a construção e uma lógica de guerra ideológica e o “imaginário de um suposto confronto entre extremos que assediavam a sociedade”¹⁶⁹, contribuindo para a “criação de uma situação de tensão e crise da democracia que levou vastos setores da sociedade argentina a endossar o golpe de 1976”¹⁷⁰.

3.3. DITADURAS MILITARES LATINO-AMERICANAS

Para além da experiência integralista e dos questionamentos sobre eventuais características fascizantes do governo Varguista, uma análise da história da extrema direita brasileira não seria completa sem que se examinasse o período de autoritarismo iniciado com o golpe de 64.

O golpe militar Brasileiro “inaugura uma nova fase no padrão das intervenções militares na América Latina”¹⁷¹, que vai afetar também a Argentina em 1976, o Uruguai em 1973 e o Chile em 1973. Isso vai implicar no “reexame das categorias analíticas utilizadas pelos especialistas, muitos dos quais sofriam na própria carne os efeitos excludentes desses regimes” e que remontam ao conceito de fascismo para explicar o cenário de agravamento de crise política no Cone Sul¹⁷²

Não nos propomos, aqui, a fazer uma ampla análise das condições econômico-sociais do período que levou ao regime militar brasileiro (ou de outras experiências no continente), nem mesmo fazer uma análise detalhada da ditadura de 64, tema que já foi objeto de estudos muito mais extensos e ambiciosos do que a presente dissertação. Iremos nos ater, pois, ao debate sobre o caráter fascista ou não dos regimes ditatoriais no Brasil e vizinhança.

Com a memória dos regimes fascistas europeus, derrotados há menos de duas décadas, ainda vivos na memória coletiva, é inevitável que se tenham levantado comparações entre as ditaduras americanas da segunda metade do século XX e os fascismos que as antecederam. As

¹⁶⁹ Ibid., p. 48

¹⁷⁰ Ibid., p. 48

¹⁷¹ Trindade (2001), p.2.

¹⁷² Trindade (2001), p.2.

conclusões tiradas na academia latino-americana sobre o tema, entretanto, não foram unânimes, havendo autores que se posicionam de formas opostas em suas indagações sobre a possível existência do fascismo na América Latina.

Em um artigo de 2001, intitulado “Fascismo e Neofascismo na América Latina”, Hélio Trindade faz um apanhado das principais correntes de pensamento sobre o enfoque fascista aplicado às ditaduras latino-americanas desenvolvidas à época das mesmas e sustenta que existiram três importantes vertentes sobre o tema¹⁷³.

A primeira sendo a dos que resistiam à ampliação e ao uso do termo fascismo em seu significado original, para tratar de fascismo como projeto ou processos de fascistização. A segunda vertente, por sua vez, defenderia o uso do conceito para explicar os acontecimentos na América Latina nas décadas de 60 e 70, mas a partir da utilização de algum tipo de qualificativo: fascismo atípico, fascismo dependente, etc. Por fim, a terceira seria a vertente que adota um conceito de fascismo *lato sensu*, “dissociando-o de qualquer condicionante das análises do fenômeno na Europa e fazendo-o brotar da própria especificidade da dinâmica das formações sociais latino-americanas”¹⁷⁴.

Dentre aqueles que compunham a primeira vertente, Trindade destaca Agustín Cueva e Zavaleta Mercado. A posição de Mercado, além do conceito de fascismo aos “condicionantes históricos europeus”, vai propor “uma tríplice distinção na configuração do fenômeno fascista: ao lado das concepções tradicionais ao fascismo como movimento de massas e como estrutura do poder, acrescenta uma terceira: o fascismo como projeto ou proposição social”. Para Mercado, o aparato de Estado nas ditaduras latinas não se sustentou em um movimento de massas e, portanto, não resultou em uma “estrutura fascista de poder”¹⁷⁵.

Por sua vez, Cueva, admite que a “América Latina vem sendo vítima de um processo de fascistização, com tal dose de terror e barbárie, que se diferencia pouco do fenômeno análogo ocorrido nos países mais adiantados”¹⁷⁶. Assim, ele não rejeita o uso da palavra fascismo para falar sobre as ditaduras militares, mas sim o uso do conceito original fechado. Nas palavras do autor:

¹⁷³ Haveria ainda, segundo o autor, hipóteses baseadas em uma “conspiração fascista internacional manipulada pelo imperialismo americano” (TRINDADE, 2001, p.3).

¹⁷⁴ Trindade (2001), p. 3.

¹⁷⁵ Trindade (2001), p. 3.

¹⁷⁶ Ibid..

Os dois casos principais considerados pelo autor são o do Brasil e o do Chile. O primeiro como exemplo de dominação militar tecnocrática, com indiscutíveis traços fascistóides e inequivocamente ao serviço do império, o segundo como produto da reação do capital monopolista diante do "avanço da classe operária chilena que, na fase de fascistização anterior ao golpe, aplicou uma linha de massas, mobilizando amplos setores da pequena burguesia e das camadas médias."¹⁷⁷

Outra contribuição de Cueva sobre o assunto pode ser encontrada em um artigo publicado em 1978 na revista mexicana Cuadernos Políticos, que reuniu também as opiniões de Ruy Mauro Marini e Theotônio dos Santos e Pío García a respeito da existência ou não de um fascismo latino-americano.

Logo no início de sua explanação, Cueva pontua que a caracterização como fascista dos regimes em análise de forma alguma impediria a observação de particularidades nacionais, pois a própria perspectiva marxista sobre o fascismo entende como “uma categoria aberta à historicidade”¹⁷⁸. O autor cita Dimitrov ao sustentar que esse processo vai assumir diferentes formas em diferentes países, a depender de “condições históricas, sociais e econômicas, particularidades nacionais e a posição internacional de cada país”¹⁷⁹. Para ele, a caracterização de um regime como fascista de forma alguma encerraria a necessidade de estudo do mesmo, mas apenas constitui um ponto de partida para tal¹⁸⁰.

Cueva sustenta que, antes de ser o resultado de “fontes externas”, o fascismo latino americano seria o efeito regional do desenvolvimento desigual e das contradições do próprio sistema capitalista imperialista e seus “componentes básicos de dominação: coerção e hegemonia”. A própria ordem capitalista, dentro de suas articulações e contradições internas, é responsável por gerar situações tais em que a dominação burguesa monopolista só poderia se sustentar através de uma abordagem terrorista. Isso ocorreria nos chamados “elos mais fracos” do sistema capitalista: a periferia.

Para corroborar essa explicação, Cueva resgata a representação leninista do sistema capitalista, e seu desenvolvimento heterogêneo, como uma “cadeia” composta por “elos” de

¹⁷⁷ Ibid..

¹⁷⁸ García (1978), p. 6.

¹⁷⁹ García (1978), p. 6, tradução nossa.

¹⁸⁰ Ibid..

diferentes espessuras. Nos países centrais, em que o sistema possui maiores “reservas”, a burguesia é capaz de administrar eventuais crises, permanecendo hegemônica, mesmo frente a possíveis concessões democratizantes, às quais impedem tornar-se revolucionárias. A América Latina (assim como outras zonas periféricas), por sua vez, seria um desses “elos fracos” onde um conjunto exacerbado de contradições capitalistas abrem espaço para “verdadeiras situações de ruptura” acentuando possibilidades revolucionárias¹⁸¹.

O autor sustenta que existe de um “modelo” econômico propriamente fascista, dado que o fascismo seria uma categoria política, mas aponta para a existência de uma política econômica fascista, “que deriva do seu conteúdo de classe” e forma de exercício de dominação. Para Cueva, o terror fascista seria capaz de acelerar inúmeras tarefas econômicas antes “obstruídas” pela luta de classes.

O fascismo seria, assim, responsável por acelerar e aprofundar a acumulação do capital a partir do empobrecimento absoluto das massas trabalhadoras, em um processo de transnacionalização das economias periféricas. Esse processo não implicaria em um “suicídio” por parte da burguesia local, que se beneficia de melhores condições de exploração da mais-valia. Cueva nega assim que o fascismo latino se articule em torno de uma “burguesia burocrática”, mas a partir do predomínio de uma fração interna do capital transnacional.

Ele resgata também a posição de Eberhardt Hackethal, que distingue os regimes autoritários em tela daquelas ditaduras dos anos 20 e 30 (no Brasil o Estado Novo). Estas, apesar de terem empregado métodos fascistas, “não se apoiavam em um grupo monopolista nativo da burguesia”.

3.3.1 Fascismo dependente

A segunda vertente no debate sobre o caracterização das ditaduras militares sul-americanas levantada por Trindade, é aquela que incorpora explicitamente o conceito de fascismo, sendo Theotônio dos Santos seu principal representante. Para ele, os regimes ditatoriais latino-americanos representavam “uma primeira fase de um processo de fascistização

¹⁸¹ Ibid., p. 8.

de longo prazo”, o qual pretendia a instauração definitiva de “um regime totalitário de caráter fascista”¹⁸².

O autor faz uma importante distinção entre o movimento político fascista e a formação de um Estado fascista. Essa diferenciação será também empregada no presente trabalho. Dos Santos afirma que é possível admitir “a existência de um Estado fascista que não tenha sido gerado por um movimento fascista, mas sim por uma ocupação ou golpe militar”. No entanto, levanta também outra hipótese de maior interesse para o presente trabalho, qual seja “o ascenso ao poder de um movimento fascista em posição subordinada”, o qual não chega a estabelecer um Estado fascista, “mas apenas formas parciais do mesmo”¹⁸³.

Em parte, explica o autor, essa diferenciação é necessária pois “o regime fascista não é uma aplicação à *outrance* dos ideais confusos e demagógicos do movimento que lhe dá origem e não obedece necessariamente a um padrão rígido”. Os regimes concretos, cuja subsistência seria inviável caso buscassem a aplicação mecânica das ideias do movimento, são o produto do compromisso pragmático entre tais ideias e condições objetivas¹⁸⁴.

Segundo o autor, o movimento fascista costuma surgir em meios pequeno-burgueses. Entretanto, o mesmo só consegue acumular força suficiente para chegar ao poder, e nele se manter, “quando atrai os interesses do grande capital”, o qual se apoia no movimento fascista para combater a ameaça comunista da revolução popular¹⁸⁵. No caso latino-americano, dos Santos defende que os regimes militares se constituíram “contra os herdeiros do populismo anterior ou de expressões mais conscientes do reformismo e da revolução operária” e são resultado do fracasso do projeto populista que os antecede¹⁸⁶.

Ele afirma que é a partir da base ideológica fundamentada na doutrina de segurança nacional que o modelo do fascismo dependente se constrói e unifica a maioria militar para combater o processo revolucionário em amadurecimento no continente. Esta, segundo Santos, possui um conteúdo fascista muito claro, apesar de distinto do clássico. Com exceção do caso chileno em que Pinochet ficou no poder por quase 20, a figura do chefe é substituída por “uma elite teocrática militar e civil, e a do partido pelo aparato burocrático nacional militar”. No

¹⁸² Santos (2018), p. 8.

¹⁸³ Ibid., p. 10.

¹⁸⁴ Ibid., p.11.

¹⁸⁵ Santos (2018), p. 10.

¹⁸⁶ Ibid., p. 15.

entanto, mantém-se a lógica tipicamente fascista de “repressão e ordem como fatores do desenvolvimento nacional da força da nação”.¹⁸⁷

Essas especificidades, para o autor, implicariam em algumas diferenças do fascismo dependente para o clássico. Em primeiro lugar, diferente do que ocorre na Europa, os regimes autoritários do continente latino são constituídos por “um Estado imposto por cima”, ao invés de formados pela mobilização das massas, o que fortaleceria mais o capital internacional do que o doméstico. Segundo, no fascismo atípico, pode-se identificar certo grau de autonomia entre movimento (relativamente débil) e Estado (“dominado por uma elite empresarial, militar e tecnocrata”).

Em terceiro lugar, dos Santos aponta que as contradições internas inerentes aos fascismos dependentes viabilizam a sobrevivência política do movimento popular, fazendo com que seus regimes tenham que se apoiar em uma “interminável ação repressiva que busca resolver pela força a falta de legitimidade ideológica”. Por fim, os fascismos atípicos se sustentariam mais pela apatia política de setores pequeno-burgueses do que pela sua capacidade de conseguir o apoio ativo deles, sendo assim mais débeis politicamente do que os modelos clássicos¹⁸⁸.

Outro autor representante da segunda vertente proposta por Trindade é Armando Cassigoli, que distingue os fascismos entre uma categoria típica, composta pelos casos europeus dos anos 30, e o fascismo atípico, que enquadraria o caso latino-americano. Cassigoli não se estende muito sobre as particularidades dos regimes latino-americanos, mas traça um paralelo entre os fatores históricos que viabilizaram os dois modelos.

O fascismo típico se caracterizaria por ser um "fenômeno político, fundamentalmente europeu, inerente à fase de desenvolvimento da acumulação capitalista que Lenin denominou imperialismo", de natureza anti-proletária, antissocialista, antibolchevique, anti-internacionalista e verbalmente anticapitalista¹⁸⁹. O fascismo atípico, em desenvolvimento na América Latina, possuía semelhanças formais com o anterior, mas teria sua ascensão em um contexto distinto de internacionalização do capital (marcado pela expansão de multinacionais) e cuja ideologia seria “a defesa do mundo livre, da cultura ocidental, o hemisfério, isto é, o sistema capitalista

¹⁸⁷ Ibid., 16-17.

¹⁸⁸ Ibid., p. 17-18.

¹⁸⁹ Trindade (2001), p. 4.

mundial.”¹⁹⁰

A terceira posição é representada por Marcos Kaplan, o qual busca identificar em que circunstâncias “aparece e tende a desenvolver-se uma forma *sui generis* de fascismo latino-americano?”¹⁹¹. Para ele, a “brecha para o fascismo latino teria sido aberta com a “crise de dominação oligárquica”, a partir da contradição entre as “exigências do modelo de crescimento utilizado e do tipo de economia e de sociedade que se pretende conservar e expandir; e, de outro, nas características e efeitos da crise de hegemonia e da situação de frequente instabilidade política”¹⁹².

Ele elenca as características essenciais do novo modelo fascista, que seriam: a consolidação política da própria elite oligárquica; intervencionismo estatal reforçado; ideologia desenvolvimentista; uso de forte simbolismo como fonte de poder; reestruturação do sistema educacional; cooptação de setores da tecnoburocracia; universalização da coerção e estabelecimento de uma nova ordem política¹⁹³.

3.3.2 Críticas ao enfoque fascista

Nem todos os especialistas da época, no entanto, admitiam a utilização de um enfoque fascista para a caracterização dos regimes militares latino-americanos. Trindade identificou duas posições, ambas construídas a partir de uma abordagem marxista, que desqualificaram a tese do fascismo para explicar os “novos padrões de dominação militar” no continente.

A primeira, defendida por Hugo Zemelman, sustenta que para negar ou afirmar o caráter fascista dos regimes latino-americanos, seria necessário primeiro estabelecer quais são os elementos teóricos básicos do fascismo. Para ele, “a organização do Estado fascista teria como traço básico a sua unidade monolítica que exige submissão da própria burguesia”, desvinculando o aparato estatal de qualquer interesse de classe¹⁹⁴.

Outro elemento do fascismo seria a estruturação de suas bases sociais em torno de um “movimento de massas extremamente antiliberal”, o qual, através de um Estado corporativo,

¹⁹⁰ Ibid.

¹⁹¹ Ibid., p. 5.

¹⁹² Ibid.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Trindade (2001), p.5-6.

seria capaz de “impulsionar a burguesia a impor a ditadura dos grandes interesses monopolistas e dos grandes proprietários agrícolas”¹⁹⁵. Para Zemelman, a dinâmica de evolução fascista se daria inicialmente por uma ampla mobilização de massas heterogêneas, a qual atingiria certo grau de independência das classes dominantes para, por fim, articular-se com a grande burguesia¹⁹⁶.

O autor levanta, assim, a ausência de um movimento de massas que legitime a nova forma de dominação; a ausência de um partido central e supremo, papel esse que foi desempenhado pelas forças armadas; falta de figuras carismáticas, capazes de mobilizar forças pequeno-burguesas, e a implementação de uma política econômica focada em favorecer o capital transnacional¹⁹⁷.

Outro autor com uma das críticas mais radicais ao uso do fascismo como conceito para explicar os regimes militares latinos é Boron. Sua contribuição parte de uma pergunta fundamental: qual seria a funcionalidade analítica do conceito de fascismo para um melhor diagnóstico sobre a natureza dos regimes militares latino-americanos? Sua rejeição ao uso do conceito se baseia principalmente em uma diferenciação entre as conjunturas históricas da Europa na primeira metade do século XX e a América Latina na segunda. O autor pontua também a ausência de uma base de massas na construção dos regimes em questão e na construção de uma ideologia totalitária. Ele concede que certas mobilizações dos setores médios no continente latino-americano possuíam caráter fascistóide, mas que faltaria na América Latina uma “reestruturação comparável à que teve lugar nas experiências do fascismo clássico”¹⁹⁸.

O continente latino americano estaria passando nas décadas de 60 e 70 por uma fase do capitalismo monopolista em que “o processo de internacionalização dos mercados internos (...) soluciona o problema da realização do capital de uma forma distinta da que haviam tentado as burguesias em atraso na Itália e Alemanha”¹⁹⁹. Boron, por fim, levanta a questão das forças armadas como alternativa ao partido central, tema que é resgatado por Rouquié. Este ressalta que a lógica de tomada de decisão e de agregação e articulação de interesses das forças armadas em muito se difere daquela de partidos políticos. Para ele, os regimes militares latino-

¹⁹⁵ Ibid., p.6.

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ Ibid.

¹⁹⁸ Trindade (2001), p. 7.

¹⁹⁹ Ibid., p. 6.

americanos, carentes de um partido único e de uma base de massas não politizam, e pelo contrário, despolitizam a população, incitando “retorno ao privado”. Nesse sentido, diferente dos regimes fascistas clássicos, os Estados militares latinos não teriam como objetivo a fundação de uma nova ordem política, mas a supressão da política como um todo²⁰⁰.

Passemos à posição de de Ruy Mauro Marini, o qual sustenta que as ditaduras latino-americanas são fruto de um processo com três vertentes. A primeira sendo “a mudança de estratégia global norte-americana” entre os anos 50 e 60, motivada pelos crescentes processos revolucionários ao redor do mundo (Argélia, Congo, Cuba, Vietnã) que representavam uma ameaça à estrutura de dominação imperial-capitalista e implicavam em um maior equilíbrio na balança de poder entre EUA e URSS²⁰¹

Dentre as consequências da referida mudança de estratégia, o autor destaca a formulação da *doutrina de contrainsurgência*, a qual estabelecia uma linha de enfrentamento aos movimentos revolucionários a partir de três frentes: aniquilamento, conquista de bases sociais e institucionalização²⁰².

A concepção de luta política dentro da doutrina de contrainsurgência possui um enfoque militar, similar ao do fascismo, em que o adversário político é visto não apenas como oponente, mas como inimigo que deve ser derrotado, aniquilado.²⁰³ O movimento revolucionário é entendido, assim, como algo externo à sociedade em que se desenvolve (análogo a um vírus ou tumor), uma “subversão provocada pela infiltração do inimigo”, o qual deve ser eliminado²⁰⁴. Após a eliminação do elemento externo ameaçador, durante o período de exceção, a contrainsurgência pretende o restabelecimento institucional da democracia burguesa.

Marini observa que, se de um lado a doutrina de contrainsurgência se assemelha ao fascismo no que diz respeito a militarização da visão política e à negação do processo revolucionário como parte da sociedade em que ocorre, de outro, diferentemente do fascismo, “a contrainsurgência não questiona em nenhum momento a validade da democracia burguesa, tão

²⁰⁰ Ibid., p. 7.

²⁰¹ Marini (2018), p. 2-3.

²⁰² Ibid., p. 3.

²⁰³ “Normalmente, na sociedade burguesa, a luta política tem como propósito derrotar o oponente, mas este segue existindo como elemento derrotado e pode inclusive atuar como força de oposição.” (MARINI, 2018).

²⁰⁴ Ibid.

somente estabelece sua limitação ou suspensão durante a campanha de aniquilamento”²⁰⁵.

A segunda vertente da contrarrevolução latino-americana, segundo Marin, é a “transformação estrutural das burguesias nativas” através da integração dos sistemas latino-americanos de produção ao capital estrangeiro, argumento que traz semelhança ao levantado por Cuevas. Marin sustenta que esse processo de integração imperialista unido à superexploração do trabalho implica na “proletarização da pequena burguesia”, provocando uma ruptura na política de Estado “para a toda burguesia”, característica da região.

A terceira vertente levantada pelo autor é o “ascenso do movimento de massas” na metade do século XX, que culminou na revolução cubana e vai gerar uma reação do imperialismo e da burguesia: o processo contrarrevolucionário.

Manin concede que os processos contrarrevolucionários latino-americanos em tela extraíram do fascismo europeu uma de suas características gerais: “o recurso pela fração vitoriosa ao terrorismo de Estado para dobrar seus oponentes, desde as frações rivais até, e muito especialmente, a classe operária”²⁰⁶. O autor, entretanto, sustenta que, se analisados o modo como se realiza e para onde se conduzem as contrarrevoluções latinas, não se poderia identificá-las com o fascismo clássico²⁰⁷.

Segundo ele, as contrarrevoluções latino-americanas, apesar de possuírem características distintivas próprias, passaram no geral por uma série de etapas semelhantes. A primeira é marcada por processo de desestabilização, ou preparação para o golpe, no qual “forças reacionárias tratam de agrupar em torno de si o conjunto da burguesia e de semear no movimento popular a divisão”²⁰⁸. Esse momento é seguido por um golpe de Estado pelas Forças Armadas, e pela instauração de uma ditadura militar.

Na fase inicial, pode-se observar traços fascistas, notadamente o uso pela burguesia contrarrevolucionária de propaganda e intimidação (até mesmo através de grupos armados) para desmoralizar movimentos populares e ganhar força. Entretanto, o autor pontua que, por tratar-se de sociedades periféricas e “baseadas na superexploração do trabalho”, as forças contrarrevolucionárias não são capazes de chegar a um claro triunfo político (não chegando,

²⁰⁵ Ibid., p. 4.

²⁰⁶ Ibid., p.5.

²⁰⁷ Ibid.

²⁰⁸ Marini (2018).

muitas vezes, sequer à estruturação de um partido político). Necessitam, assim, assumir o Estado através da força e usar de seu terrorismo para enfrentar o movimento popular²⁰⁹.

Aí se encontra umas das principais diferenças do fascismo europeu para a contrarrevolução latino-americana. Enquanto o primeiro “foi capaz de arrastar amplas massas pequeno-burguesas e abocanhar inclusive o proletariado, ganhando certo grau de apoio entre trabalhadores”, a burguesia monopolista latina foi incapaz de atrair para seu campo setores significativos do movimento popular²¹⁰. Esta se utiliza do Estado e das forças armadas para “aplacar a luta de classes”, enquanto que o fascismo almeja a “conquista de uma força política própria superior à do movimento revolucionário”²¹¹.

Marini sustenta que o Estado de contrainsurgência é um “Estado corporativo da burguesia monopolista e das Forças Armadas (...) independentemente do regime político vigente”, ou seja, podendo ocorrer através de uma ditadura, ou não. Para o autor, apesar de apresentar semelhanças formais com o Estado fascista, o Estado de contrainsurgência possui em sua essência e estrutura corporativa uma especificidade que o distingue do anterior²¹².

3.4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Conforme ficou evidenciado ao longo do capítulo, o Brasil (e a América Latina como um todo), tem um importante histórico de experiências autoritárias. No que diz respeito ao Integralismo, concordamos com a grande maioria da literatura, que considera essa como a experiência brasileira mais próxima do fascismo clássico. Essa conclusão não é especialmente surpreendente tendo-se em vista que o Integralismo foi contemporâneo às experiências europeias as quais influenciaram diretamente a formação intelectual de Plínio Salgado.

O culto à tradição e à família patriarcal, a estrutura extremamente hierarquizada da A.B.I., a tendência a uma organização social militarista e o culto à figura do Chefe, o nacionalismo ufanista e idealização da vida no campo, e a própria concepção de um Estado integral são todos elementos muito conectados com o fascismo clássico e contemporâneo à

²⁰⁹ Ibid., p.6.

²¹⁰ Ibid.

²¹¹ Ibid., p. 6-7.

²¹² Ibid., p.8.

experiência integralista.

Se analisarmos à experiência integralista através do modelo de etapas de Paxton podemos dizer que o Integralismo passou pelas duas primeiras fases, tendo o próprio Paxton considerado a A.I.B. como a versão mais próxima de um partido fascista local na América Latina. A primeira fase, de formação de um movimento, ocorre no momento em que emerge uma nova forma de ver o mundo e diagnosticar seus problemas²¹³. Já a segunda, chamada por Paxton de “enraizamento”, é considerada por ele relativamente rara, mas fica evidenciada não apenas na formação da Ação Integralista Brasileira, mas no seu amplo alcance nacional. Paxton sustenta que todo movimento fascista capaz de se enraizar na sociedade como um agente político relevante, chegando assim próximo à etapa de aquisição de poder, inevitavelmente trai alguns e seus ideais originários²¹⁴. Isso fica claro, na história integralista, nas contínuas e frustradas tentativas por parte de Salgado de aproximação à Vargas e mais marcado ainda na posterior atuação do PRP.

No que diz respeito à Vargas e Perón, concordamos com aqueles que rejeitam o uso do termo fascista para caracterizar seus governos. Conforme colocado por Paxton, apesar dos aspectos autoritários que carregam, ambos tomaram o poder de oligarquias dominantes e promoveram a ampliação do sufrágio. Embora ambos tenham usado o aparato policial de forma repressiva, eles assim o fizeram contra inimigos individuais e não para a exterminação de grupos identitários. Podendo, no máximo, dizer-se que ambos possuíam um ou outro traço fascizante (e nesse caso, muito mais próximos da experiência italiana do que da alemã), mas que a natureza dos seus governos era outra. Deve ser feita aqui a ressalva à ação da *Triple A*, conforme mencionado anteriormente, cuja atuação principal era focada na perseguição de indivíduos e grupos comunistas.

Por fim, no que tange a natureza das ditaduras militares latino-americanas do fim do século XX, colocamo-nos junto aos críticos de sua caracterização como fascistas. Podemos mencionar, como feito anteriormente, a ausência, com exceção do caso chileno, da figura mítica do chefe e de um partido forte. Não negamos de forma alguma a violência utilizada por esses regimes, tampouco a existência de alguns elementos de tradição fascista como o anticomunismo.

²¹³ Paxton (1998), p. 11

²¹⁴ Ibid., p. 14.

Todavia, entendemos que a eles falta o caráter mobilizador de massas, tão essencial ao fascismo. Não se observa manipulação dos afetos e das “paixões mobilizadoras” de Paxton para gerar comoção social. Pelo contrário, conforme apontado por Rouquié, enquanto os fascismos se baseavam na agitação popular, as ditaduras do Cone Sul eram pautadas na supressão da atividade política e se sustentavam na apatia popular.

O caso chileno é um que merece uma análise própria. Em primeiro lugar, conforme já mencionado, a ditadura chilena se difere dos casos brasileiro e argentino pela importância da figura de Augusto Pinochet, e sua permanência no poder por quase vinte anos. O regime de Pinochet foi responsável também pela queima de dezenas de bibliotecas, uma atitude anti intelectualista que em muito remete à lógica fascista. Se as ditaduras militares latino-americanas possuíram traços fascizantes, o caso chileno parece ser aquele em que esses elementos aparecem com mais força. Uma caracterização definitiva sobre Pinochet e seu governo como fascistas, todavia, merece um aprofundamento que só seria possível mediante um estudo de caso o qual foge ao escopo do presente trabalho.

4. A NOVA DIREITA

4.1. CONTEXTO E EMERGÊNCIA

4.1.1. Contexto global

A ascensão de partidos e movimentos de extrema direita não é um fenômeno nacional brasileiro, mas uma tendência global que vem sendo objeto de estudo de inúmeros pesquisadores. Donald Trump, Matteo Salvini e Viktor Orbán são apenas alguns exemplos de candidatos que nos últimos anos ganharam eleições “capturando o sentimento de frustração e desesperança e se apresentando com discursos de renovação”²¹⁵. Ao coro de figuras políticas com tendências autoritárias podemos incluir Vladimir Putin na Rússia, Erdoğan na Turquia, Modi na Índia, e Rodrigo Duterte nas Filipinas atendo-nos apenas àqueles atualmente no poder.

Partidos tradicionais vêm perdendo cada vez mais espaço na medida em que são vistos pela população como culpados por uma série de crises econômicas e sociais. Frustrado com altos índices de desemprego, crises migratórias, insegurança pública e um geral “mal-estar causado sobretudo por uma nova etapa da revolução tecnológica”²¹⁶, o cidadão comum se utiliza do seu voto para demonstrar seu descontentamento, muitas vezes se apoiando em *outsiders* políticos e em discursos que o ajudem a explicar, de forma pouco complexa, as causas e soluções para seus problemas.

No caso brasileiro, o fato de Bolsonaro ter chegado à presidência pela via eleitoral, com aproximadamente 58 milhões de votos, faz parecer ao “observador imediatista e superficial”²¹⁷ que nada há de errado com a democracia brasileira. É importante, portanto, ressaltar que as eleições de 2018 ocorreram em um contexto de uma democracia já fragilizada.

Na última década, ou pouco mais, observou-se na América Latina a ascensão da direita seja por meios eleitorais, como Macri na Argentina (2015), Morales na Guatemala (2016), Moreno no Equador (2017), Piñera no Chile (2010 e 2018) e Duque na Colômbia (2018); ou através de golpes como foram os casos do de Honduras (2009), Paraguai (2012) e Brasil (2016).

²¹⁵ Solano (2019), p. 229.

²¹⁶ Solano (2019), p. 251.

²¹⁷ Chaloub et al (2018), p. 14.

Diferente daqueles das décadas de 60 e 70, realizados pelas forças armadas, a maior parte dos golpes latino-americanos do século XXI se caracterizam menos pela violência e mais pelo uso de ferramentas institucionais para sua execução. Esse fenômeno, denominado por Soler e Prego como ‘neogolpismo’ é marcado pela participação dos poderes judiciário, e especialmente do legislativo, de atores da sociedade civil, e por um discurso de que a intervenção em curso é necessária para preservar a democracia²¹⁸.

Os métodos utilizados para impetrar o golpe não foram os mesmos em todos os países. Enquanto os golpes paraguaio e brasileiro se desenrolaram sob a falácia de processos de impeachment constitucionais, o caso hondurenho, apesar de também ter sido realizado pelo legislativo, contou com o apoio mais ativo das forças armadas. Ainda, as deposições de Zelaya, em Honduras, e Lugo no Paraguai ocorreram com extrema velocidade, ao passo que o processo brasileiro foi mais longo e complexo²¹⁹.

Cabe destacar o importante papel cumprido pela mídia no neogolpismo na medida em que ela, junto com o judiciário, ajuda a legitimar os golpes e a “disseminar o tipo de ideologia que pode sancioná-lo”²²⁰. Nesse sentido, a grande mídia é responsável por construir uma narrativa segundo a qual a situação de crise política e social é tanta que justificaria a intervenção golpista. Conforme veremos mais adiante, um dos argumentos preferidos para tal é o baseado na corrupção²²¹.

Os casos de neogolpismo permitiram o retorno ao poder da direita política e assim, a restauração no continente da agenda neoliberal, tema que também será mais bem explorado à frente. Uma das características mais impressionantes desse fenômeno foi o tom de continuidade institucional alcançado pelas forças golpistas, que imediatamente após a derrubada presidencial nomeou presidentes provisórios para concluir o mandato enquanto organizavam as próximas eleições.

O caso mais recente, e que gerou intenso debate entre pesquisadores e veículos de comunicação, ocorreu há um ano na Bolívia com a renúncia e subsequente saída de Evo Morales do país. Os eventos recentes que levaram se iniciaram com as eleições presidenciais de outubro

²¹⁸ Soler e Prego (2020).

²¹⁹ Ibid.

²²⁰ Ibid. (tradução nossa)

²²¹ Ibid.

de 2019 ²²², quando o Supremo Tribunal Eleitoral (STE) suspendeu a contagem de votos. A apuração estava 83% concluída e indicava um provável segundo turno entre o presidente e Carlos Mesa. A apuração foi retomada no dia seguinte, acusando um total de 95% de votos contabilizados e apontando para uma vitória de Morales já no primeiro turno²²³.

A ação do STE levantou suspeitas e fez com que a oposição acusasse o tribunal de fraude. Uma auditoria por parte da Ordem dos Estados Americanos (OEA), de caráter vinculante aceito pelo governo, encontrou problemas com cédulas de votação adulteradas, desrespeito da cadeia de custódia dos votos e apontou para a improbabilidade estatística de que Morales tivesse vencido a eleição com a margem de 10% necessária evitar um segundo turno. A organização, por fim, recomendou que fossem realizadas novas eleições assim que pudessem ser garantidas condições necessárias para sua realização, incluindo a substituição da composição do órgão eleitoral²²⁴. Esse processo durou algumas semanas, período durante o qual a tensão crescia no país que já observada uma série de manifestações, greves e bloqueios de estradas.

Em observância ao resultado da auditoria da OEA, Morales convocou novas eleições. O anúncio, entretanto, não teve o esperado efeito de apaziguar os ânimos no país e pouco depois o comandante das forças armadas bolivianas foi a TV se pronunciar em favor da renúncia de Evo, sob o argumento de pacificar as ruas²²⁵. Pouco depois veio a renúncia do presidente, bem como do vice-presidente Álvaro Garcia, do presidente e vice do senado, bem como do presidente da câmara dos deputados. Deste contexto, Janine Áñez, segunda vice-presidente do senado, assumiu o poder em um ato de autoproclamação, seguido da emissão de um decreto que garantiu imunidade a soldados envolvidos no assassinato de “dezenas de apoiadores indígenas de Morales”²²⁶. O golpe foi comemorado por pelo secretário de Estado estadunidense Mik Pompeo e Áñez foi rapidamente reconhecida pelo governo brasileiro.

²²² A origem da questão, todavia, é bem mais antiga Morales assumiu como presidente pela primeira vez em 2006. Em 2009 foi aprovada uma alteração à constituição boliviana, permitindo a possibilidade de um presidente ser reeleito para dois mandatos consecutivos de 5 anos cada. Assim, Morales disputou e venceu as eleições de 2010 e 2014. Em 2016, durante o terceiro mandato de Morales, foi convocado um referendo que poderia modificar a constituição, permitindo que ele concorresse a um quarto mandato em 2019. A proposta foi, entretanto, rejeitada por uma margem estreita. Em 2017 o Tribunal Constitucional Boliviano determinou que a imposição de um limite de dois mandatos presidenciais seria uma violação de direitos humanos, autorizando que Morales se candidatasse nas eleições seguintes. Esse processo foi conturbado com a oposição acusando o tribunal de passar por cima do referendo (BBC, 2018a)

²²³ BBC (2019a),

²²⁴ Ibid.,

²²⁵ Colombo e Mello (2019)

²²⁶ Greenwald (2020)

O golpe boliviano se diferenciou um pouco dos demais, principalmente do brasileiro, primeiro pelo alto nível de violência empregado pelas forças de segurança, clara sensação de descontinuidade causada, mas principalmente pela sua vida curta. Em outubro de 2020, um ano após os acontecimentos que levaram à renúncia de Morales, Luis Arce, candidato do MAS (Movimento ao Socialismo), partido de Evo, conquistou a presidência ainda em primeiro turno com mais de 55% dos votos²²⁷. O MAS obteve também maioria nas duas casas do Poder Legislativo Boliviano.

4.1.2. O caso brasileiro

Conforme mencionado, a onda reacionária objeto do presente estudo obviamente não se forma em um vácuo. A história brasileira, particularmente, é marcada por permanências e continuidades autoritárias, uma longa trajetória essencial à compreensão da emergência das Novas Direitas e que, sem ser analisada, tornaria o surgimento daquelas tão inusitado “como um raio em céu azul”²²⁸.

O próprio processo de independência brasileira possui uma natureza notadamente conservadora. Esse processo, diferente do ocorrido nos demais países latino-americanos, foi marcado por uma “transição pactuada entre as elites locais e as da antiga metrópole”, o que permitiu por muito tempo a conservação de uma base monárquico-escravocrata. O período entre 1945 e 1964, considerado por uma parte da doutrina como a primeira experiência brasileira verdadeiramente democrática, é marcado por um direito ao voto limitado pelo requisito de alfabetização, que excluía a população rural, bem como pela cassação do Partido Comunista Brasileiro, o PCB²²⁹.

Consideramos também que a redemocratização da década de 80 não resultou em uma real ruptura com o autoritarismo militar, tratando-se, na verdade, de uma série de atualizações das estruturas dominantes, pactuadas e geridas pelo alto, a fim de atender às novas exigências do capitalismo internacional²³⁰. Cabe ressaltar que o destaque dado aqui para as permanências

²²⁷ Lott (2020)

²²⁸ Kaysel (2015), p. 49.

²²⁹ Ibid., p.62.

²³⁰ Casimiro (2018), p. 26

autoritárias da história brasileira não é feito sob uma perspectiva finalística do processo político. Não supomos que os diferentes eventos supracitados levariam inevitavelmente a um processo de esgotamento democrático, mas sim que o cenário atual só pode ser compreendido se observados os acontecimentos que o antecederam.

Concordamos com Bianchi et al que a Constituição de 1988 representou uma enorme conquista democrática no que diz respeito à inclusão de grupos previamente marginalizados no debate social, e uma positiva transformação na forma de fazer política brasileira²³¹. Entretanto, não subscrevemos da visão de que ela tenha sido uma “real derrota dos setores reacionários da sociedade brasileira”²³², pelo menos não por completo.

Baseamos nossa visão no fato de que o processo de democratização brasileira em muito pouco atendeu às dimensões fundamentais da Justiça de Transição, essenciais à consolidação (e quando esta não é possível, pelo menos uma aproximação) de uma ruptura com o passado autoritário. A Lei de Anistia, por sua vez, implicou em uma significativa lacuna no processo de transição brasileiro ao impedir a persecução penal dos abusos cometidos pelo regime, e a respectiva punição dos criminosos da ditadura militar.

A busca pela verdade e memória, segundo elemento chave da justiça de transição, apesar dos importantes esforços da Comissão Nacional da Verdade (bem como de outras iniciativas locais), a demora na sua instauração e a oposição de determinados setores, impôs severas limitações ao seu trabalho. No que tange o pilar ligado às reformas institucionais, ressaltamos a manutenção da Polícia Militar e a normalização dos altos níveis de violência empregados por ela até hoje, principalmente contra populações vulneráveis.

Dito isso, se por um lado a direita que hoje observamos em ascensão certamente carrega em si traços de autoritarismo histórico, por outro há inúmeros elementos novos e particulares nos quadros direitistas que se fizeram proeminentes nos últimos anos.

Desde o processo de transição, “a política brasileira podia ser entendida em uma única clivagem, baseada na disputa socioeconômica”, com a direita sendo liderada pelo PSDB, com sua ala mais “moderna”, que promovia uma agenda liberal economicamente e não

²³¹ Bianchi (2020).

²³² Ibid.

particularmente conservadora no âmbito dos costumes²³³. Com a memória da ditadura militar ainda fresca na sociedade brasileira, o rótulo “direita” carregou uma conotação negativa por muito tempo, motivo pelo qual intelectuais direitistas “insistiam repetidamente na necessidade de superar-se a dicotomia direita-esquerda no Brasil, isso quando não rejeitavam completamente qualquer afiliação com ideias de direita”²³⁴.

O cenário começa a mudar durante o final da década de 2000, com uma série de transformações não apenas no campo eleitoral, mas “nos mais diversos espaços, em amplo movimento de disputa da hegemonia que envolve dimensões estéticas, concepções religiosas e organizações da sociedade civil”²³⁵. Essas mudanças se tornam mais acentuadas a partir de um evento que usaremos como marco inicial, como foi feito por inúmeros trabalhos anteriores, as Jornadas de Junho de 2013.

4.1.2.1 De Junho de 2013 a Outubro de 2018

Segundo Sabrina Fernandes (2019), “mesmo para quem não o estuda, Junho é, de certa maneira, um ponto de partida”. Isso porque, para o bem ou para o mal, ele serve como uma baliza para uma nova forma de pensar e fazer política no Brasil. Conforme pontuam Guilherme Simões Reis e Giovana Soares, as “gigantescas mobilizações de rua (de 2013) destoaram das disputas institucionais que, mesmo com contradições, claramente estavam delimitadas no eixo direita-esquerda”²³⁶.

As manifestações, que inicialmente foram organizadas por grupos como o Movimento Passe Livre, logo viraram palco para demandas dissonantes, muitas vezes confusas e até mesmo contraditórias. Dessa forma, as interpretações sobre a natureza de Junho de 2013 são variadas, mas mantém-se um entendimento coletivo de que trataram-se de um fenômeno extremamente heterogêneo,

reunindo grupos tão díspares como esses anarquistas *black blocs*, neoliberais criminalizadores da política, movimentos sociais organizados, pessoas

²³³ Reis e Soares (2017), p. 53.

²³⁴ Bianchi (2020).

²³⁵ Chaloub et al (2018), p.9.

²³⁶ Reis e Soares (2017), p. 52.

despolitizadas ansiosas por se engajar, militantes de partidos de esquerda e [...] organizações libertárias de direita financiadas por capital internacional e por frações do empresariado brasileiro.²³⁷

Conscientes do potencial que a energia gerada pelas mobilizações teria para o futuro político, diversos grupos tentaram canalizá-la para atender a seus próprios interesses. Se por um lado à época ainda não eram totalmente evidentes os frutos colhidos pela direita nesse processo, por outro a esquerda organizada saíra dele claramente fracassada, desgastada por um crescente sentimento antipartidarista²³⁸.

Talvez um dos equívocos da esquerda radical tenha sido identificar a crise de representatividade, que se fazia mostrar naquele momento, como um problema de desconexão apenas do Partido dos Trabalhadores com sua base. Assim, entusiasmados com “a aparente redescoberta popular das ruas”, muitos enxergavam na crise uma oportunidade de preenchimento do vácuo representativo por uma esquerda não petista²³⁹.

Não foi isso o que aconteceu. Junho foi um sinal de alerta para a esquerda, tanto moderada quanto radical, quanto à sua própria fragmentação, bem como sobre os perigos da galopante despolitização mobilizante na sociedade brasileira. Daquele momento em diante, uma sucessão de protestos de caráter reacionário e golpista foram ganhando cada vez mais espaço, alimentados por grupos de direita ligados "a partidos golpistas e ultraconservadores estadunidenses"²⁴⁰.

O início do segundo mandato de Dilma se deu a partir de uma apertada vitória eleitoral, em meio a uma grave crise econômica e frente à oposição não apenas do PSDB, mas de determinadas parcelas do PMDB, partido que “passaria paulatinamente à condição de partido ‘subversivo’, ao mesmo tempo em que comandava diversos ministérios e ocupava o estratégico posto da vice-presidência”²⁴¹. O resultado apertado das eleições de 2014 evidenciou uma sociedade dividida, enquanto a recusa de Aécio Neves em aceitar a derrota nas urnas sob a acusação de fraude deixava claro o plano golpista da oposição.

²³⁷ Ibid.

²³⁸ Ibid., p. 52-53.

²³⁹ Fernandes (2019), p. 19-20.

²⁴⁰ Reis e Soares (2017), p. 54.

²⁴¹ Chaloub et al (2018), p. 15.

Conforme veremos mais a frente, 2015 foi marcado por manifestações sob o pretexto da luta anticorrupção e inflamado pelas frequentes revelações da Operação Lava Jato, as quais eram tratadas pela grande mídia como um grande espetáculo. O objeto real desses protestos, no entanto, era nitidamente de repúdio ao PT, e à esquerda como um todo. A solução para o problema, para esses grupos, estaria na cassação da presidenta. Assim, foram ganhando cada vez mais espaço protestos pela derrubada de Dilma Rousseff, evidenciando que o único objetivo dos organizadores era retirar o PT do poder²⁴².

Parece-nos importante aqui a atenção para uma questão. Indubitavelmente, no período que antecedeu o golpe, a nova extrema direita brasileira ganhava contornos cada vez mais claros. Entretanto, até aquele momento, ainda que mais de uma figura já aspirasse ocupar um papel de liderança para o movimento em ascensão, não parecia estar claro para os setores da direita tradicional o impacto que o sentimento coletivo de insatisfação teria para o *establishment* como um todo.

Em "Como as Democracias Morrem", Levinsky e Ziblatt explicam como a passividade e muitas vezes o oportunismo das classes políticas são diretamente responsáveis pela chegada ao poder de figuras autoritárias.

O teste essencial para a democracia não é se essas figuras surgem, mas, antes de tudo, se líderes políticos e especialmente os partidos políticos trabalham para evitar que eles acumulem poder, mantendo-os fora das chapas eleitorais dos partidos estabelecidos, recusando-se a endossar ou se alinhar com eles e, quando necessário, juntando forças com rivais para apoiar candidatos Democráticos²⁴³.

Segundo os autores, um erro comum das classes políticas tradicionais está em acreditarem que serão capazes de captar o *momentum* político do autoritário em ascensão, e nesse exercício controlá-lo²⁴⁴. Conforme explicam os autores, esse tipo de aliança fatídica propicia aos *outsiders* "respeitabilidade suficiente para se tornarem competidores legítimos pelo poder"²⁴⁵.

²⁴² Reis e Soares (2017), p. 60.

²⁴³ Levitsky e Ziblatt (2018), p. 18.

²⁴⁴ Ibid., p. 24.

²⁴⁵ Ibid., p. 26.

Esse erro de cálculo da direita tradicional brasileira não se limitou apenas à trajetória eleitoral de Bolsonaro à presidência, mas permeou todo o processo iniciado em 2013. Seguros de que seriam aqueles a colher os frutos da crescente insatisfação popular, partidos e figuras da direita tradicional não apenas engrossaram o coro de revoltados, mas estiveram à frente do movimento golpista que levou ao impeachment da presidenta, certos de que assumiram o controle em seguida. O tiro, entretanto, saiu pela culatra.

Finalizado o golpe, Michel Temer assume o poder, apoiado por uma grande coalizão que contava com o apoio de partidos como PSDB e o DEM, opositores de longa data dos governos petistas. Entretanto, apesar de apresentar baixos índices de aprovação e pouca legitimidade, Temer, consegue certas vitórias como a aprovação da reforma trabalhista. Ao mesmo tempo, o governo se vê incapaz de recuperar a economia brasileira, enquanto que, começam a aparecer cada vez mais denúncias contra o ex-“vice-decorativo” de Dilma, bem como contra Aécio Neves, inviabilizando “a projeção de uma vitória eleitoral governista em 2018”²⁴⁶.

Já nas eleições de 2016 é possível observar uma ascensão de *outsiders* políticos, como João Dória e Alexandre Kalil, evidenciando que o desgaste da opinião pública extrapolava o campo da esquerda política e incluía todo o *establishment*. É nesse cenário que Bolsonaro começa a se apresentar como uma liderança nacional, o que fica evidenciado nas eleições seguintes.

As eleições de 2018 foram marcadas por um péssimo desempenho por parte de partidos tradicionais. Geraldo Alckmin, candidato do PSDB, apesar de possuir quase metade do tempo de televisão destinado ao horário eleitoral, recebeu menos de 5% dos votos no primeiro turno²⁴⁷. O segundo turno foi marcado por uma grande parte dos partidos adotando, pelo menos oficialmente, um discurso de “neutralidade”, mesmo que na prática seus posicionamentos ficassem evidentes.

De um lado as lideranças da direita tradicional, ainda ressentidas com o desempenho desastroso do primeiro turno, podiam até não apoiar nominalmente Bolsonaro, mas seguiram com críticas ferrenhas ao PT. De outro, a esquerda moderada se limitou no máximo a oferecer

²⁴⁶ Chaloub et al (2018), p. 17.

²⁴⁷ Estadão (2018).

“apoio crítico” à candidatura de Haddad²⁴⁸, fazendo com que na prática o bloco democrático fosse para o segundo turno enfraquecido, e permitindo, assim, a vitória do capitão.

4.1.2.2 A reorganização da direita brasileira

Conforme apontam Chaloub et al:

a presença social cada vez mais forte da direita na cena política brasileira tem se realizado paralelamente a uma maior difusão, no plano cultural, das ideias conservadoras, mobilizadas e difundidas por diferentes intelectuais [...] portadores de uma retórica mais virulenta, combativa e militante, e que se assumem abertamente de direita²⁴⁹.

Tentaremos aqui analisar, mesmo que de forma superficial, o processo através do qual a direita brasileira se reorganizou nas últimas décadas, abrindo um espaço cada vez maior para um discurso radicalizado e hegemônico.

Flávio Henrique Calheiros Casimiro identifica que o processo de (re)organização das classes dominantes, o qual vai resultar, eventualmente, no que aqui estamos chamando de nova direita brasileira, inicia-se nas últimas décadas do século XX²⁵⁰. O período de transição democrática é marcado pela formação de uma série de organizações de bases sindical e popular, mas também por um movimento por parte de empresários e intelectuais de direita de formação de entidades empresariais que atuavam como organizações da sociedade civil. Essas organizações burguesas atuavam de forma muito pragmática, através do lobby e financiamento de campanhas eleitorais ao mesmo tempo em que possuíam um importante caráter doutrinário de difusão de valores²⁵¹.

A origem desse tipo de organização remonta aos Estados Unidos dos anos 60, quando são criados os primeiros *think tanks*. Em sua acepção original, *think tanks* são “instituições permanentes de pesquisa e análise de políticas públicas”, formadas por acadêmicos e técnicos especialistas em determinado tema, que buscavam realizar pesquisas “neutras” e divulgar ideias de forma autônoma e independente. Com o tempo, começaram a aparecer cada vez mais

²⁴⁸ Lucizano (2018).

²⁴⁹ Chaloub et al (2018), p. 9.

²⁵⁰ Casimiro (2018a), p. 27.

²⁵¹ Casimiro (2018a), p.464-465.

instituições semelhantes, porém claramente ligadas a grupos de interesses e cuja atuação se destinava a promover análises, políticas públicas, materiais de marketing e outras estratégias de comunicação que favorecessem sua orientação ideológica frente a grupos políticos específicos²⁵².

O modelo de *think tanks* chega com força na América Latina durante os anos 80 em meio à crise da dívida latino-americana²⁵³ e aos processos de redemocratização dos países do Cone Sul, usando argumentos de defesa do livre mercado. No Brasil, esse processo vai se refletir em uma investida estratégica das classes burguesas na multiplicação de “uma extensa gama de aparelhos de difusão”, que conferem aos “pressupostos da economia de mercado e de valores conservadores e/ou reacionários”, capilaridade e penetração em diversos espaços sociais. Nessa época são criados organizações como o Instituto Liberal (IL) e o Instituto de Estudos Empresariais²⁵⁴. Já nos anos 90, observa-se um movimento de “empresariamento de funções sociais do Estado”, a partir da criação de grupos que se propuseram a “articular e definir diretrizes de ação” de ONGs, fundações e associações sem fins lucrativos²⁵⁵, como o Instituto de Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas, GIFE²⁵⁶.

Usando a caracterização original dos *think tanks* que se propunham a ser “neutros”, grupos dominantes se organizaram em torno do argumento de que suas instituições possuíam caráter científico e “desinteressado”, sendo, portanto, mais confiáveis do que “outros *loci* de pesquisa e produção de ideias e políticas públicas”²⁵⁷. Sob o manto da “neutralidade” de suas organizações, grupos econômicos e industriais passaram a “mobilizar grande capital econômico e simbólico para a produção do consenso em torno das reformas neoliberais”. Aos poucos, assim, foram dando “organicidade a determinadas formas de atuação coletiva, na construção do consenso em torno de sua concepção de mundo e na operacionalização de objetivos político-ideológicos”²⁵⁸. Nesse contexto foram criados e atuaram organizações como o Instituto

²⁵² Rocha (2015), p. 263-265.

²⁵³ Cabe ressaltar que no caso do Chile essa influência foi precoce, tendo sido o país um “laboratório” neoliberal na América Latina sob a ditadura de Pinochet.

²⁵⁴ Casimiro (2018b), p. 42.

²⁵⁵ Ibid.

²⁵⁶ Ibid.

²⁵⁷ Rocha (2015), p. 263.

²⁵⁸ Casimiro (2018b), p. 42

Atlântico e o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial que, junto com as demais organizações supracitadas, serviram desde então como importantes instrumentos da direita tradicional na proposição de políticas públicas e naturalização de valores neoliberais.

Durante os anos 2000, com o surgimento de comunidades na internet, fóruns de discussão e blogs voltados à defesa do livre mercado e de valores cristãos, ocorre a abertura de espaço para um grupo cada vez maior de vozes conservadoras no debate político e uma crescente radicalização do discurso direitista. É nesse contexto que se sobressai Olavo de Carvalho, jornalista, escritor e eventual guru de uma parcela da direita brasileira, e quando é criada uma nova leva de *think tanks* ultraliberais²⁵⁹, como o Instituto Mises Brasil e posteriormente o Movimento Brasil Livre.

Essas novas organizações, entretanto, não eram cópias exatas dos institutos criados até a virada do milênio. Seu discurso é mais radicalizado, sua demografia abarca membros mais jovens, muitos dos quais universitários de classe média, os quais se propunham a uma atuação de maior militância e uma estrutura organizacional mais horizontalizada. Diferente de seus predecessores, essas organizações no seu início não contavam com o mesmo grau de financiamento de empresas nacionais, e buscaram novas formas de se manter, muito através de editais promovidos por *think tanks* estrangeiros, que organizavam também programas de treinamento²⁶⁰.

Ao mesmo tempo, observou-se uma presença cada vez maior de intelectuais assumidamente de direita na esfera pública, tanto na grande mídia tradicional, com “artigos e colunas em jornais de grande circulação nacional e a ocupação de espaços como o rádio”²⁶¹, quanto com um crescente domínio por parte desse setor em mídias digitais como Youtube, Twitter, Facebook, etc., e através da “expansão e na consolidação de um nicho específico do mercado editorial, voltado para a difusão de ideias de direita”²⁶².

As manifestações de 2013 proporcionam um cenário no qual os novos *think tanks* e intelectuais da direita radical são capazes de galgar cada vez mais espaço no debate público. Os

²⁵⁹ Hoje, dos 8.248 *think tanks* existentes no mundo, 1.023 se encontram na América Latina (227 na Argentina, sendo este o 5º país com maior número, e 103 no Brasil, que fica na 11ª posição). Dentre as organizações brasileiras mais proeminentes estão a Fundação Getúlio Vargas (5º lugar no ranking global), o CEBRI e o IPEA BRICS Policy Center ficam entre os 10 mais relevantes na América do Sul e Central.

²⁶⁰ Solano (2017).

²⁶¹ Chaloub et al (2018), p. 9-10.

²⁶² Ibid.

novos *think tanks*, já atuantes junto a “dezenas de grupos de estudo e chapas de centros acadêmicos Brasil afora”, começam a aparecer cada vez mais no cenário político nacional, através de candidaturas, em um primeiro momento fracassadas, mas com um alcance cada vez mais impressionante no mundo das mídias digitais²⁶³. As lideranças dessas organizações aos poucos se “distribuíram de maneira diversa” entre partidos como o Novo, PSL e PSC, com algumas atuando inclusive em partidos mais tradicionais de direita e centro-direita como DEM, Progressista e o próprio PSDB.

O papel dessas organizações no processo político brasileiro durante os últimos anos é inegável. Sua atuação no processo de impeachment de Dilma Rousseff foi, se nada mais, barulhenta. Já nas eleições de 2018, por exemplo, apesar de não ser oficialmente um partido, o MBL foi capaz de eleger seis candidatos para o poder legislativo federal, sendo quatro deputados (Kim Kataguirí, Jerônimo Georgen, Zé Mário e Sóstenes Cavalcante) e dois senadores (Marcos Rogério e Eduardo Girão)²⁶⁴.

A atuação dessas organizações incomoda a esquerda, seja pela participação de uma parcela daquelas no avanço de um grave projeto de desinformação, como veremos a seguir, seja pelo espaço e capacidade de mobilização que elas vêm demonstrando, especialmente junto à juventude, ou pela sua conexão com o grande capital internacional. De todo modo, seria um grave erro por parte da esquerda subestimar os *think tanks* e a militância de direita no geral, rotulando-os como inautênticos e manipulados por grupos de interesse político e econômico.

A base para o sucesso desses grupos junto à opinião pública não se limita à “posse de recursos financeiros e organizacionais”²⁶⁵, apesar destes certamente serem um importante elemento. A “construção da hegemonia da direita radical”²⁶⁶ foi possível a partir do empenho convergente dos intelectuais supramencionados, do protagonismo de empresários que permitiu o “fortalecimento de uma campanha massiva de divulgação desse ideário”²⁶⁷, bem como através de uma “militância de base, organizada sobretudo a partir de redes sociais”²⁶⁸.

²⁶³ Solano (2017).

²⁶⁴ Balloussier (2018).

²⁶⁵ Rocha (2018), p.48-52.

²⁶⁶ Chaloub et al (2018), p. 13.

²⁶⁷ Ibid.

²⁶⁸ Ibid.

Conforme colocam Chaloub et al (2018), “mais do que recairmos em uma falsa dicotomia entre trabalho de base e manipulação pelo alto, há que se perceber uma ação coordenada entre as duas dimensões, uma das quais dificilmente perduraria sem a outra”²⁶⁹. É preciso atentar para certos fatores que contribuíram para sua capacidade mobilizadora nos últimos anos, dentre os quais estão a construção de fortes laços e identidades coletivas, capacidade de mobilização de afetos, além de um domínio sobre o uso e a própria lógica das redes sociais”²⁷⁰, conforme iremos explorar mais adiante.

4.2. CARACTERÍSTICAS DA NOVA DIREITA

4.2.2 Nacionalismo

Os representantes da onda recente de extrema direita global possuem algumas características em comum, a primeira e mais evidente delas sendo um nacionalismo exacerbado, evidenciado, por exemplo, na retórica de “*America First*” de Donald Trump e sua cópia bolsonarista (“Brasil acima de todos”), bem como em uma maior representatividade de partidos nacionalistas no Parlamento Europeu²⁷¹.

Segundo Manuel Castells, o uso do nacionalismo (e de outros recortes identitários) como refúgio é um fenômeno mundial e uma “resposta à política de globalização”. Segundo o autor, ao mesmo tempo em que globalização permite às elites cosmopolitas, de maior poder aquisitivo e instrução, oportunidades perante o mercado mundial, para os setores populares o mesmo processo é responsável pela desvalorização de trabalhadores locais que, diante do deslocamento industrial, muitas vezes se veem “aleijados pela mudança tecnológica e desprotegidos pela desregulação trabalhista”²⁷².

Tem-se assim uma fragmentação das populações entre elites cosmopolitas que participam ativamente de (e dominam) fluxos transnacionais e aqueles que sofrem com os impactos negativos da globalização, e que ficam “mantidos à margem de decisões essenciais para sua vida, tomadas para além das instituições de representação direta”. Essa dinâmica de

²⁶⁹ Ibid.

²⁷⁰ Rocha (2018), p.48-52.

²⁷¹ BBC (2019b).

²⁷² Castells (2017), p. 18.

reforço de desigualdades se dá em um contexto no qual os Estados progressivamente abrem mão de parcelas de sua soberania em prol de uma rede supranacional, se dissociando cada vez mais das nações que representam, gerando uma crise dupla de representação de interesses e de identidade. Segundo Castells:

Quanto menos controle as pessoas têm sobre o mercado e sobre seu Estado, mais se recolhem numa identidade própria que não possa ser dissolvida pela vertigem dos fluxos globais. Refugiam-se em sua nação, em seu território, em seu deus. Enquanto as elites triunfantes da globalização se proclamam cidadãos do mundo, amplos setores sociais se entrincheiraram nos espaços culturais nos quais se reconhecem e nos quais seu valor depende da sua comunidade, e não da sua conta bancária.²⁷³

Para além do mero discurso ufanista, o nacionalismo da nova direita global está, portanto, intimamente ligado com um sentimento antiglobalização o qual possui uma série de graves implicações práticas, cujo maior exemplo pode ser encontrado na votação do *Brexit*, o qual foi, em primeiro lugar, uma reafirmação da soberania nacional britânica. Apesar de ter sido enquadrado em grande parte em termos econômicos, o debate sobre a saída do Reino Unido da União Europeia, em realidade, girou muito mais em torno da questão migratória.

Atrelado ao nacionalismo da extrema direita está uma crescente xenofobia, principalmente (mas não limitada aos) em países do centro capitalista que absorveram nas últimas décadas um crescente fluxo migratório.

O pânico xenofóbico se reflete não só nas relações sociais cotidianas, mas na adoção de políticas públicas discriminatórias contra imigrantes. Não apenas as políticas migratórias estão ficando mais restritas, mas nos últimos anos uma série de escândalos sobre o tema veio à tona, incluindo a separação de famílias pela imigração estadunidense e a detenção de crianças em jaulas²⁷⁴; a recusa por parte da Itália em permitir que embarcações com migrantes no Mediterrâneo atracassem ou mesmo recebessem ajuda humanitária²⁷⁵; detenção e deportação ilegal de migrantes da *Commonwealth* caribenha, e seus familiares, conhecidos como geração *Windrush*²⁷⁶.

²⁷³ Ibid.

²⁷⁴ Sacchetti (2019).

²⁷⁵ Horowitz (2019).

²⁷⁶ BBC (2018b).

No Brasil, o nacionalismo é usado de forma seletiva pela nova direita e, muitas vezes, com objetivo despolitizante. É o caso, como veremos mais à frente, do uso da camisa da CBF ou de slogans como “meu partido é o Brasil” em manifestações da direita. Trata-se de um nacionalismo de conveniência que aparece no uso recorrente pelo governo das cores da bandeira nacional como na infame Carteira Verde e Amarela, para tentar amaciar a redução de direitos trabalhistas ligados a ela e na tentativa de rebatizar o programa Minha Casa Minha Vida para Casa Verde e Amarela, ou no supracitado lema bolsonarista “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Este último merece especial atenção, na medida em que evidencia mais uma característica especialmente forte da nova direita brasileira, mas não exclusiva desta: o extremismo religioso.

4.2.3 Extremismo religioso

Conforme previamente mencionado, a nova direita brasileira é marcada por um discurso fortemente religioso, o qual é representado no Congresso Nacional pela chamada Bancada Evangélica. Essa característica não é peculiaridade nacional. Conforme aponta Lacerda, a direita Cristã representa o grupo cervical da coalizão neoconservadora norte-americana. A participação evangélica junto ao projeto político conservador tem sua origem na década de 70 e se deu em resposta ao avanço das pautas feminista e LGBT, bem como por um estímulo por parte da direita secular a qual, por sua vez, enxergou enorme potencial no poder eleitoral e capilaridade política dos grupos cristãos²⁷⁷.

A partir desse momento, a direita cristã estadunidense, que antes era pouco articulada, “passa a adquirir estrutura organizacional e poder de massa”. A pregação extrapola o ambiente dos cultos e ganha cada vez mais espaço em programas de televisão próprios, os quais oferecem “uma mistura harmoniosa de patriotismo, capitalismo e anticomunismo”²⁷⁸. Nesse mesmo período, as organizações evangélicas passam a cumprir um papel relevante na política internacional, e de forma destacada na América Latina, através de operações missionárias²⁷⁹.

²⁷⁷ Lacerda (2019), p. 30-31.

²⁷⁸ Ibid., p. 37.

²⁷⁹ Ibid., p. 35.

No Brasil, isso pode ser notado na crescente presença de políticos evangélicos no sistema legislativo nas últimas décadas. Somente na câmara dos deputados, o número de membros da bancada evangélica passou de cinco na 51ª legislatura (1999-2003) e chegando a setenta e quatro na 55ª (2015-2019)²⁸⁰, cenário que reflete uma realidade social mais ampla. Durante a década de 70, os evangélicos representavam apenas 5,2% da população nacional, subindo para 6,6% na década de 80 e chegando a 15,4% nos anos 2000. A partir desse momento, observa-se também uma diminuição de 12% da população Católica brasileira (até então maior grupo religioso em território nacional) e um crescimento de 44% da população evangélica. Dentre estes últimos, a maioria (60%) é de identidade Pentecostal.

Originada em 1986, a bancada evangélica teve, por anos, uma atuação sem um recorte claro no espectro político. Apesar de nunca ter tido uma “pauta progressista ou de esquerda”, a bancada era tampouco caracterizada por projetos particularmente “‘conservadores do ponto de vista sócio-político e econômico’ adotando em bloco posicionamentos reacionários apenas mais recentemente”²⁸¹. Por que, então, ocorre nos últimos anos um deslocamento tão evidente de seus representantes para a direita ultraconservadora?

Conforme mencionado no início deste capítulo, um argumento gira em torno do uso da religião como um refúgio para as consequências da globalização. O discurso fundamentalista manipula de forma eficiente importantes afetos em torno da religião e, conseqüentemente, do conceito de família patriarcal, heteronormativa e monogâmica a qual é enxergada como um “espaço idílico”, um oásis onde questões de hierarquia e autoridade, especialmente no que diz respeito aos papéis de gênero, não estão em disputa. Nas palavras do autor Luis Felipe Miguel, “em meio a uma sociedade antagônica, espera-se que a família cristã imponha a paz de uma ordem natural e, por isso, supostamente inquestionável do ponto de vista moral”²⁸².

O fundamentalismo religioso “trabalha com o conceito de verdade absoluta, inquestionável, eterna, imutável e para além da história”, construindo um “ambiente em que a dúvida é tomada como falta de reverência, temor e fé”²⁸³. Há uma conexão entre culpa e medo, usadas para promover um ideal de santificação, atrelado à “pureza” sexual que visa a

²⁸⁰ Ibid., p. 85-86.

²⁸¹ Reis e Soares (2017), p. 53.

²⁸² Singer (2020).

²⁸³ Vieira (2018), p.92.

domesticação dos instintos sexuais ao invés do “acolhimento de sua complexidade”²⁸⁴. Observa-se assim uma constante regulamentação e repressão dos desejos em uma busca de restabelecer uma estrutura patriarcal heterossexual. Nesse sentido, essa vertente da nova direita se aproxima inegavelmente do discurso integralista de Plínio Salgado, bem como daquele de Mussolini, os quais colocam a religião no centro da experiência em sociedade. Não só isso, fica evidente a “ansiedade sexual” apontada por Stanley como inerente ao fascismo, conforme visto no primeiro capítulo.

Dentre as incursões neoconservadoras cristãs em defesa da estrutura patriarcal podemos citar a proposta de Eduardo Cunha, que em 2006 tentava transformar o aborto em crime hediondo (PL 7443/06) e o projeto do Estatuto do Nascituro²⁸⁵, do ano seguinte. As investidas fundamentalistas contra os direitos reprodutivos ganharam as manchetes esse ano com o caso de uma menina de 10 anos que, após passar anos sendo estuprada por um familiar, teve que lutar na justiça pelo direito, previsto em lei, de terminar a gravidez não desejada. Mesmo após conseguir a autorização no Judiciário, a criança teve seus dados vazados pela militante de direita Sara Giromini, o que fez com que um grupo de extremistas se colocasse na frente do hospital, na tentativa de impedir a entrada da menina e de seu médico²⁸⁶.

A conduta dos ativistas, que passaram horas em frente ao hospital acusando a gritos uma criança violentada de ser assassina, é um retrato sintomático do que há de mais predatório no extremismo religioso em atuação no país. Nesse sentido, o padre Henrique Vieira faz uma diferenciação entre o fundamentalismo e o extremismo religioso. Ele sustenta que ambos “se alimentam da intolerância e a impulsionam”, ressaltando que o último se diferencia pelo uso da violenta radicalização do primeiro “em ações truculentas e em projetos de poder”, as quais visam “a retirada de direitos dos setores considerados inimigos”²⁸⁷. Aqui novamente observamos similaridades com o projeto fascista a partir da desumanização de adversários e da instigação à violência.

Dentre os principais alvos da bancada evangélica está a comunidade LGBT. Em 2011, com o julgamento no STF pela constitucionalidade da união estável homoafetiva, o discurso

²⁸⁴ Ibid., p.93.

²⁸⁵ A PL 478/2007 é um projeto de legislação que visa inviabilizar o aborto legal sob o argumento de que o feto é um sujeito de direito e, como tal, possui o direito inalienável à vida. A PL ainda está em tramitação para ser votada.

²⁸⁶ Mori (2020).

²⁸⁷ Vieira (2018), p.92.

conservador passou a ser ainda mais explícito em seus ataques homofóbicos. No mesmo ano, como reação às conquistas alcançadas em direção à promoção da diversidade perante o Judiciário, o então deputado Jair Bolsonaro cunha o esdrúxulo termo “kit gay” para falar sobre o recém-lançado Programa Escola Sem Homofobia²⁸⁸, o qual acabou por ser suspenso²⁸⁹. A partir de 2013 observa-se a ocupação de membros da nova direita em postos de importantes comissões, com a presidência do pastor Marco Feliciano na Comissão de Direitos Humanos e Minorias. Naquele mesmo ano, o tema da “ideologia de gênero”²⁹⁰ passa a fazer parte da agenda legislativa em meio ao debate sobre o Plano Nacional de Educação²⁹¹.

Em um estudo sobre a produção legislativa do congresso nacional, Lacerda aponta para um crescimento expressivo de iniciativas contra a agenda LGBT em 2015. Durante a 54ª legislatura, 60% das iniciativas voltadas para a promoção da família patriarcal são propostas por deputados evangélicos, uma contribuição desproporcional ao tamanho da bancada que nos anos referidos ocupava uma média de 12% das cadeiras da câmara. A autora observa, ainda, um grande predomínio por parte da Assembleia de Deus nesse cenário e pessoalmente um destaque do então deputado Jair Bolsonaro, o qual à época se identificava como católico "tradicional", e que durante o período estudado pela autora foi o membro da Câmara responsável pela maior quantidade de iniciativas para a família patriarcal²⁹².

É importante ressaltar que os projetos fundamentalistas são marcados também pelo racismo estrutural presente na sociedade brasileira, na medida em que ela persegue e marginaliza não apenas mulheres na busca por direitos reprodutivos e comunidades LGBTs, mas também religiões de matriz africana, estigmatizando “toda manifestação religiosa e cultural que tem relação direta ou indireta com a ancestralidade negra”²⁹³.

A questão da agenda moralista tem consequências para além do âmbito meramente religioso, na medida em que o avanço de pautas de gênero e sexualidade e a crescente libertação

²⁸⁸ Dentre os 47 discursos realizados na câmara dos deputados que usavam o termo “kit gay”, encontravam-se argumentos absurdos de que o programa em questão ensinaria pedofilia e promiscuidade.

²⁸⁹ Lacerda (2019), p. 70-71.

²⁹⁰ O conceito de "teoria de gênero" não foi inventado no Brasil, mas trata-se de um fenômeno transnacional organizado. Sua origem remete à década de 90 a partir de escritos de uma autora norte-americana, membro da Opus Dei ao lado de conselheiros do Vaticano (LACERDA, 2019, p. 77-78).

²⁹¹ Lacerda (2019), p. 71-74.

²⁹² Lacerda (2019), p. 79-83.

²⁹³ Vieira (2018), p.94.

feminista/feminina e LGBT ameaçam as soberanias social e econômica masculinas. Isso porque o desenvolvimento e multiplicação de medidas de bem-estar social ameaçam a dominação patriarcal por meio da família nuclear tradicional heterocêntrica.²⁹⁴

Entretanto, a relação da parcela fundamentalista da nova direita com as questões econômicas é complexa e contraditória. Com a expansão do discurso pentecostal, “uma parte da pregação das igrejas cristãs abandonou o registro da caridade ou da fragilidade em favor da ‘teologia da prosperidade’, em que a fé é um investimento a ser retribuído por Deus na forma de vantagens materiais”²⁹⁵. O lucro estaria, assim, relacionado ao projeto divino, e portanto, o capitalismo seria um sistema ético, correspondente à dádiva de Deus²⁹⁶. Entretanto, parte significativa dos fiéis evangélicos compõe “grupos sociais empobrecidos - carentes de proteção estatal”, fazendo com que haja uma clara tensão entre a adoção do discurso neoliberal pela bancada e os reais interesses de sua base²⁹⁷.

Nesse sentido, Miguel aponta que o fundamentalismo se constitui em um “discurso utilizado de acordo com o senso de oportunidade de seus líderes”²⁹⁸. Isso fica claro não apenas no que diz respeito à pauta econômica, mas também na contradição de uma mesma base política se dizer pró-vida, no que diz respeito à ansia pelo controle sobre os direitos reprodutivos, mas ser capaz de defender de modo igualmente fervoroso a pena de morte.

A atuação da bancada evangélica se faz presente também no âmbito da política externa, através de um projeto de aproximação com o Estado de Israel. Apesar de historicamente o cristianismo ter sido uma fonte de antissemitismo, há fundamentação confessional para a referida aliança, na medida em que a direita evangélica busca, através dessa aproximação, a “construção de uma Comunidade Internacional de fé a partir da Bíblia, particularmente do velho testamento”²⁹⁹.

O uso da religião como arma política não é estratégia exclusiva da nova direita brasileira, a religião usada, entretanto, nem sempre é a mesma. Na Turquia, Erdoğan vem promovendo políticas pró-Islã, enquanto a situação para a população cristã e de minorias

²⁹⁴ Lacerda (2019), p. 40-41.

²⁹⁵ Miguel (2018), p. 22.

²⁹⁶ Lacerda (2019), p. 35.

²⁹⁷ Lacerda (2019), p. 177-178.

²⁹⁸ Miguel (2018).

²⁹⁹ Lacerda (2019), p. 42-44.

religiosas, particularmente cristãs, vem se deteriorando. A perseguição religiosa se faz presente tanto no âmbito das políticas públicas com um domínio cada vez maior do ensino religioso islâmico nas escolas turcas, quanto através de atos simbólicos por parte do governo, como a transformação de igrejas e museus cristãos em mesquitas³⁰⁰.

Na Índia, Modi vem avançando uma agenda nacionalista hindu, em detrimento de outros grupos religiosos, tendo também promovido a desapropriação simbólica de locais de expressão religiosa, erguendo um templo hindu sob a ruína de uma mesquita histórica³⁰¹. Notadamente, uma das estratégias usadas pelo governo indiano foi a implementação de um sistema nacional de registro de cidadãos em um processo que priva milhões de pessoas da cidadania, a maioria das quais era muçulmana³⁰².

4.2.4 Idealismo punitivo

Uma das principais características da nova direita brasileira é o "idealismo punitivo"³⁰³, ou discurso "securitário-autoritário"³⁰⁴. Essa pauta tem sua origem na onda conservadora norte-americana da década de 70 e seus programas criminais repressivos, os quais foram exportados para a América Latina como "políticas exitosas de combate ao crime"³⁰⁵. A importação do conceito se deu com a criação de inimigos internos, que na época eram representados pelo terrorista comunista que ameaçava o regime militar. O processo de transição democrática, entretanto, traz a necessidade da definição de um novo inimigo, que passa ser o arquétipo do "jovem traficante dos bairros pobres"³⁰⁶.

Através da redução do Estado, precarização do trabalho e do controle de gastos públicos inerentes ao programa neoliberal, o neoconservadorismo dissolve instrumentos de solidariedade social em benefício do livre mercado. Segundo Lacerda, a diminuição das ferramentas de proteção social gera uma sensação de insegurança. Assim observa-se um crescimento de "sentimentos vingativos e pelo agravamento das políticas de segurança - e não por soluções

³⁰⁰ Butler (2018).

³⁰¹ Frayer e Pathak (2020).

³⁰² Shankar (2020).

³⁰³ Lacerda (2019), p. 100.

³⁰⁴ Faganello (2015), p. 153.

³⁰⁵ Lacerda (2019), p. 100.

³⁰⁶ Ibid.,

coletivas que enfrentassem a real natureza de problemas, centrada na brutal desigualdade e exclusão”³⁰⁷.

Dessa forma, cria-se um ciclo vicioso a partir da lógica do neoliberalismo familiarista. A redução da responsabilização do Estado pelo bem-estar e proteção social implica em uma maior atribuição de responsabilidade aos núcleos familiares, e essas famílias em sua grande maioria também “estão desprotegidas, sem garantias de emprego, saúde, moradia, entre outros”³⁰⁸. Uma contração nas políticas sociais e de redução de desigualdade contribui para a construção de uma realidade mais violenta e para a propagação de uma sensação de insegurança, muitas vezes não condizente com os índices reais de criminalidade. Essa última é, por sua vez, constantemente alimentada por uma cobertura midiática sensacionalista, instaurando um pânico social que encontra no enrijecimento de um direito penal, cada vez mais seletivo, uma “solução” que apenas pune em dobro as populações mais vulneráveis.

A extrema direita enxerga a criminalidade como uma opção individual, negando a existência de questões estruturais de naturezas política e socioeconômica relacionadas. Assim, amparado pela seletividade do direito penal, o neoconservadorismo promove a criminalização da pobreza, aumento da população carcerária e a reivindicação pelo direito de posse de armas para os "cidadãos de bem".³⁰⁹

O discurso positivista pressupõe uma cidadania cindida, que divide a população entre os “pais de família”, mercedores de todos os direitos civis e fundamentais previstos pela constituição, e o inimigo interno, composto pelos que “voluntariamente” abdicam dos seus direitos por cometerem crimes³¹⁰. Observa-se assim, ao mesmo tempo, a desumanização daquele que comete o delito, que perde sua identidade e passa a ser visto apenas como o “bandido”, “criminoso”, “vagabundo”, uma a divisão entre “nós” e “eles”, típico da retórica fascista.

Essa divisão é feita por cor e classe tanto no Brasil de Bolsonaro, onde se observa um crescente número de assassinatos por policiais³¹¹, 75% dos quais são cometidos contra pessoas negras³¹², bem como nos EUA de Trump onde os assassinatos de George Floyd e Breonna

³⁰⁷ Ibid., p. 47.

³⁰⁸ Cislighi e Saraiva (2015), p. 148.

³⁰⁹ Lacerda (2019), p. 46-47.

³¹⁰ Faganello (2015), p. 153.

³¹¹ G1 (2020).

³¹² Grellet (2020).

Taylor foram o estopim para uma sequência de protestos alimentados pela revolta há muito tempo latente na população³¹³.

Essa ideia ilusória de livre arbítrio absoluto, que ignora por completo as raízes sociais da criminalidade e violência, leva a uma defesa de medidas arbitrárias de repressão “geralmente orientadas para a eliminação física do sujeito sem nenhum tipo de proporcionalidade entre a conduta criminosa e o castigo aplicado”³¹⁴, afinal, “bandido bom é bandido morto”. Nesse mesmo sentido, glorifica-se a figura do policial, com a exaltação de seu heroísmo e virtudes guerreiras³¹⁵. A violência é vista, então, “como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutiva de problemas sociais”³¹⁶, em um discurso militarista de rejeição ao pacifismo o qual ecoa traços importantes do discurso de Mussolini³¹⁷.

No Brasil, esse viés da nova direita é personificado na “bancada da bala”, composta por “policiais, ex-policiais, delegados e famosos opositores de direitos humanos”³¹⁸, dentre os quais já em 2015 se sobressaía Jair Bolsonaro. Esse grupo foi um dos maiores protagonistas no apoio da PEC 171 que pretendia reduzir a maioria penal (proposta que sempre contou com apoio e impulsionamento de deputados evangélicos), colocando-se também grandes opositores ao Estatuto do Desarmamento, legislação responsável por salvar centenas de milhares de vidas³¹⁹.

Duas propostas que por lógica parecem contraditórias passam a fazer sentido quando se entende que ambas iniciativas beneficiam um mesmo grupo de interesses, o da indústria armamentista e daqueles que querem assumir a administração privada de presídios, ambos temas extremamente lucrativos para aqueles envolvidos. Apenas na legislatura de 2015, o Instituto Sou da Paz identificou que a indústria armamentista brasileira foi responsável pelo financiamento de 14 deputados federais, despendendo um total de 1,73 milhão de reais³²⁰.

Ainda nesse sentido, o primeiro presídio privado no país, por exemplo, inaugurado em 2013 em Ribeirão das Neves, Minas Gerais, foi licitado em um contrato superior a dois bilhões de reais. O complexo prisional, composto por cinco unidades capazes de abrigar mais de três mil

³¹³ Guardian (2020).

³¹⁴ Faganello (2015), p. 150.

³¹⁵ Faganello (2015), p. 150.

³¹⁶ Ibid., p. 151.

³¹⁷ Mussolini (2019), p. 24.

³¹⁸ Cislighi e Saraiva (2015), p. 152.

³¹⁹ Alessi (2015).

³²⁰ Cislighi e Saraiva (2015), p. 153.

detentos, é administrado por um consórcio de empresas que recebe 2,7 mil reais por preso por mês, quase 30% a mais do que custa em média um “preso público”. O contrato, estipulado por um prazo de 27 anos, prevê ainda que, caso a concessionária privada seja capaz de reduzir seus custos, possa embolsar a diferença³²¹.

Cabe ressaltar aqui uma forte articulação existente entre a bancada evangélica, analisada acima, e a bancada da bala. Ambas se conectam por uma base tanto estratégica quanto de valores. Do ponto de vista ideológico, tece-se um argumento de que a causa da violência está em um “enfraquecimento dos laços que ligam os homens com Deus”, dando ao controle da lei e da ordem um propósito messiânico “como se a guerra contra os bandidos fosse parte de uma luta espiritual entre o bem e o mal”³²². Do ponto de vista prático, trata-se de dois grupos minoritários que precisam do apoio recíproco e constroem uma agenda em comum³²³, na qual os “mecanismos de agregação social são a religião e a família” e cujo desvio “deve levar à punição rigorosa”³²⁴.

Se por um lado o envolvimento do presidente com a Bancada Evangélica e seu interesse pela agenda moralista é recente, sua identificação com a bancada da bala e o idealismo punitivo sempre fizeram parte de sua personalidade política. Ele foi o maior defensor dos autos de resistência, tendo sido o deputado com maior número de pronunciamentos acerca desse assunto; e o segundo parlamentar com maior número de pronunciamentos sobre a pena de morte, sendo o que mais se pronunciou em seu favor³²⁵. Seu discurso é nitidamente demofóbico e violento. “Enquanto não adotarmos no país a pena de morte, redução da maioria penal e controle da natalidade, não chegaremos a lugar algum”³²⁶.

Após a assinatura de portarias e decretos pelo presidente, índices de posse de arma de fogo no Brasil cresceram mais de 200%, se compararmos o primeiro semestre de 2020 (no qual foram observados aproximadamente 74 mil novos registros, 89% de todos os registros realizados no ano anterior) com o mesmo período do ano anterior. Simultaneamente, ocorreu também um preocupante aumento de 7% no número de homicídios, especialmente visto que o

³²¹ Ibid., p. 153-154.

³²² Faganello (2015), p. 158-159.

³²³ Lacerda (2019), p. 136.

³²⁴ Ibid., p. 143.

³²⁵ Ibid., p. 132.

³²⁶ Ibid.,

ano anterior representou uma queda histórica (2019 teve o menor número de homicídios em pelo menos 12 anos). A celeridade administrativa no processo de concessão de registro de armas de fogo demonstra ao menos uma de duas possibilidades: ou há uma alocação intensiva de recursos para a análise dos pedidos, ou a análise em questão não está sendo feita de forma devidamente criteriosa³²⁷, nada impede que sejam ambas.

Em abril deste ano, Bolsonaro deixou mais uma vez claras suas prioridades. Na reunião ministerial de 22 de Abril, que virou manchete em todos os jornais, o presidente disse “Eu quero todo mundo armado. Que povo armado jamais será escravizado”. Não bastasse a inexactidão e ignorância expressa na fala do presidente, ela representou uma clara alusão a uma frase similar de Mussolini³²⁸. O projeto de militarização da vida defendido pela nova direita fica ainda mais evidente na intervenção federal militar no Rio de Janeiro. Durante a intervenção, entre fevereiro e julho de 2018, aumentaram em 80% as ocorrências de chacinas no estado, observando-se um aumento de 128% no número de mortes nessas ocorrências, ao mesmo tempo em que a apreensão de armas caiu em 39%. Foi durante a intervenção que Marielle Franco e Anderson Gomes foram executados³²⁹. Marielle era vereadora no Rio de Janeiro, mulher, lésbica, negra, da periferia e militante de direitos humanos. Seu assassinato, ainda está em investigação, mas os acusados do crime são ambos ligados à polícia militar, o que nos faz entrar em mais um traço comum às novas direitas: o uso da violência.

4.2.5 O uso da violência

Um recurso comum à extrema direita é o uso da violência, seja por parte de sua militância ou do próprio aparato estatal. Em países nos quais o poder está nas mãos de um de seus representantes, são comuns os casos de violência policial e repressão estatal contra manifestações. No Brasil, isso ficou evidenciado nos últimos anos com o comportamento seletivo dos aparatos policiais nos que diz respeito a manifestações de diferentes naturezas. De um lado, eventos com pautas consideradas de esquerda, como manifestações antifascistas, contra a truculência policial, pela defesa das vidas negras ou em oposição ao governo, deparam-

³²⁷ Alessi (2020).

³²⁸ Cruz (2020).

³²⁹ Lacerda (2019), p. 129-130.

se com reações sistematicamente violentas por parte da polícia militar. De outro, manifestantes com temáticas pró-Bolsonaro, antiesquerda, ou “contra a corrupção”, recebem uma abordagem amistosa, chegando a tirar *selfies* com os policiais³³⁰.

Nos Estados Unidos, observa-se algo muito similar. As crescentes manifestações organizadas contra violência policial e em favor do movimento *Black Lives Matter* têm sido duramente reprimidas pela polícia estadunidense. Ao mesmo tempo, grupos civis de extrema direita fortemente armados autointitulados como milícias, vão às ruas durante os protestos supracitados sob o argumento de proteção do comércio local e são bem vindos por policiais. Em agosto deste ano, um adolescente de 17 anos, participante de um desses grupos, armado com um rifle semiautomático matou a tiros dois manifestantes³³¹.

Em março deste ano, o serviço de inteligência alemão colocou a Flugel, uma facção da AfD, partido de extrema-direita alemão criado em 2013 e principal força de oposição ao governo, sob vigilância³³². Apesar do partido não ter sido ligado diretamente a nenhum dos atos de violência, seus representantes são repreendidos pelo seu discurso inflamatório xenofóbico e um deles foi diretamente conectado a um grupo neonazista³³³. A AfD não é a única sob escrutínio. Em Julho deste ano, o ministério da defesa alemão dissolveu uma companhia de forças especiais do exército após a descoberta de que aproximadamente 350 membros tinham ligação com projetos neonazistas e haviam desviado 62 quilos de explosivos e 37 mil munições³³⁴.

A violência, entretanto, não é recurso usado apenas pela extrema direita institucionalizada. Em Junho de 2019, Walter Lubcke, político alemão líder do conselho regional de sua cidade e reconhecido pela sua postura em prol do acolhimento de refugiados, foi assassinado. Seu algoz, um cidadão alemão ligado a grupos neonazistas, está sendo investigado também pela morte de outro indivíduo, um imigrante iraquiano que aguardava asilo político³³⁵. Walter foi o primeiro político assassinado no país desde o fim da segunda guerra, e sua morte foi apenas a mais chocante de uma série de atividades violentas realizada por militantes

³³⁰ BBC Brasil (2015).

³³¹ Beaumont (2020).

³³² BBC (2020a).

³³³ Oltermann (2020).

³³⁴ Charleaux (2020).

³³⁵ BBC (2020c).

extremistas. Nos últimos anos terroristas de extrema direita assassinaram imigrantes, e atacaram uma sinagoga a tiros. Foram também reportados ataques a lojas, e carros de cidadãos alemães que se posicionaram contra grupos de extrema-direita³³⁶.

No Brasil, observa-se uma ampla legitimação da violência no bolsonarismo e essa talvez seja a característica que o faça destoar mais da direita tradicional ou mesmo de outros setores dentro da nova direita. O exemplo é dado pelo próprio presidente que tem no uso das mãos em posição de armas uma assinatura, que glorifica torturadores da ditadura militar e promete “fuzilar a petralhada”. Essa atração pela violência é replicada na quebra da placa de Marielle Franco por parte de Rodrigo Amorim, então candidato a deputado estadual ou na declaração por parte do então governador fluminense Wilson Witzel de que a polícia “vai mirar na cabecinha... e fogo!”.

A violência permeia todos os aspectos do bolsonarismo, nas ações individuais de figuras públicas ou cidadãos, no discurso grosseiro e nas propostas de políticas públicas predatórias contra grupos marginalizados. Ela é usada como elemento mobilizador de uma forma que em muito remete às “paixões fascistas” elencadas por Paxton (2004).

4.2.6. Obscurantismo

Termos como *fake news*, pós-verdade e “fatos alternativos” se tornaram lugar comum nos últimos anos, bem como um crescente movimento de negação da ciência, esbravejada por movimentos antivacina, negacionistas climáticos e, mais recentemente, grupos que disputam ou mesmo rejeitam completamente a gravidade da pandemia de Covid-19. O mesmo ocorre em outros campos do conhecimento com criacionistas demandando incessantemente um espaço no currículo escolar, ao passo que revisionistas do Holocausto se sentem cada vez mais à vontade para negar fatos amplamente documentados.

Na internet, a cada dia se torna mais difícil discernir verdade e mentira, com um número constantemente crescente de *trolls* e perfis falsos interagindo nas redes, e a interferência de *bots* e *cyborgs* interferindo nos algoritmos com enxurradas de likes e comentários programados por

³³⁶ McGuinness (2019).

máquinas³³⁷. Ouve-se falar cada vez mais que vivemos no período da “pós-verdade”, termo que ganhou popularidade principalmente após a eleição de Donald Trump e o referendo de sobre o *Brexit*³³⁸, duas ocorrências marcadas por graves acusações de uso ilegal de dados de usuários e utilização de robôs em redes sociais para influenciar os resultados.

Michiko Kakutani identifica no pós-modernismo o ponto inicial, mesmo que involuntário, para o declínio da verdade que hoje observamos, sustentando que o relativismo estaria em ascensão “desde as guerras culturais de 1960”³³⁹. À época, sustenta a autora, o relativismo era usado pela “nova esquerda”, que argumentava a inexistência de verdades universais a fim de “expor os preconceitos do pensamento ocidental, burguês e primordialmente masculino”³⁴⁰.

Apesar de conceder que existem diferentes linhas e interpretações, Kakutani aponta que, de modo geral, o argumento pós-moderno passava pela negação de verdades objetivas, na medida em que toda experiência, e conseqüentemente todo conhecimento, seria “filtrado pelos prismas de classe, raça, gênero e outras variáveis”³⁴¹. O pós-modernismo consagra, assim, o princípio da subjetividade. O problema, levanta a autora, estaria na usurpação e distorção desse conceito por setores da direita, que o utilizam para uma argumentação reducionista de que fatos não existem, de que “o passado é simplesmente uma construção ideológica”³⁴² e que teorias científicas, que jamais são neutras, são apenas construções sociais.

Nesse sentido, uma das estratégias da nova direita no que diz respeito à desinformação é importada do manual utilizado pela indústria do tabaco estadunidense na segunda metade do século XX: “identificar um punhado de supostos especialistas para refutar a Ciência estabelecida ou argumentar que mais pesquisas seriam necessárias”. Monopolizar as pautas de debate em torno de argumentos falsos em tópicos de discussão repetidos à exaustão, enquanto questionam a legitimidade de estudos e pesquisadores legítimos. Baseando-se no direito de “liberdade de expressão”, grupos com ideias absurdas ganham visibilidade em certos setores da grande mídia,

³³⁷ Kakutani (2018), p. 12

³³⁸ Perini-Santos (2020)

³³⁹ Kakutani (2018), p. 17

³⁴⁰ *Ibid.*,

³⁴¹ *Ibid.*,

³⁴² *Ibid.*,

os quais sob um argumento de neutralidade e uma suposta obrigação de apresentar ambos os lados de uma questão, acabam por lhes conferir uma credibilidade desmedida.

Pesquisas indicam que notícias falsas podem possuir um alcance maior e mais rápido do que as verdades por produzirem um estímulo psicológico ao seu compartilhamento “pelo senso de novidade e urgência sobre a informação recebida”³⁴³. A multiplicação de *fake news*, entretanto, não ocorre de maneira espontânea, mas através de custosos aparatos organizados para tal³⁴⁴ e do uso de ferramentas automatizadas de publicação e compartilhamento de conteúdo.

Por serem capazes de propagarem uma quantidade enorme de informações, essas ferramentas podem, por exemplo, poluir o debate sobre um tema com informações reais, porém irrelevantes para a discussão. Sua ação pode, também, “produzir uma opinião artificial, ou dimensão irreal de determinada opinião ou figura pública” ao compartilhar números expressivos de materiais sobre determinado tema que “se espalham na rede como se houvesse, dentre a parcela da população ali representada, uma opinião muito forte sobre determinado assunto”³⁴⁵.

Conforme já havia ocorrido em outros países, o processo eleitoral brasileiro de 2018 contou com a influência de ferramentas de automação em mídias sociais, o que diferenciou o caso brasileiro dos demais foi o protagonismo dos aplicativos de mensagem instantânea, e em especial o WhatsApp. O WhatsApp possui mais de 120 milhões de brasileiros em sua plataforma, compondo 10% da base mundial de usuários do aplicativo.³⁴⁶³⁴⁷

O aplicativo ganhou as manchetes às vésperas do segundo turno eleitoral com a publicação de uma matéria pela Folha de São Paulo, denunciando a compra, por parte de empresas privadas, de pacotes de disparo de mensagens instantâneas em massa contra o PT em contratos envolvendo dezenas de milhões de reais⁴⁶. Nesse sentido, pesquisas identificaram fortes indícios de automação (total ou parcial) na propagação de conteúdo político pelo WhatsApp durante o processo eleitoral³⁴⁸. O uso dessa estratégia pelo bolsonarismo não se limitou ao período eleitoral e hoje se reproduz através do gabinete do ódio. Trata-se de uma estrutura não oficial (e não reconhecida pelo presidente e seus aliados) de assessores da família Bolsonaro,

³⁴³ Machado e Konopacki (2018), p. 14

³⁴⁴ Perini-Santos (2020)

³⁴⁵ Ruediger et al (2017), p. 10

³⁴⁶ 66% dos (internautas) brasileiros usam mídias sociais como fontes de notícia e quase metade recorre ao WhatsApp para tal fim⁴⁴⁵. (REUTERS, 2018)

³⁴⁷ Reuters (2018), p. 10

³⁴⁸ Machado e Konopacki (2018), p. 9

bancada com dinheiro público e destinada a apoiar “uma rede de blogs bolsonaristas e perfis em redes sociais que espalham desinformação e ataques contra jornalistas, políticos, artistas e veículos de imprensa críticos ao presidente”³⁴⁹.

A estratégia da nova direita passa também por um ataque sistemático à educação, e especialmente às universidades. No Brasil tivemos cortes e restrições nos orçamentos de pesquisa, um ministro da Educação que acusa as universidades públicas de “balburdia”, na Hungria ocorreu o fechamento da Universidade Central Europeia, enquanto na Turquia milhares de acadêmicos foram dispensados por decreto emergencial, alguns sendo presos ou tendo seus passaportes confiscados³⁵⁰.

4.2.7 Neoliberalismo

Nos debates sobre a eventual ascensão ou não do fascismo (ou de alguma versão atualizada dele) no Brasil contemporâneo, a questão econômica é uma que tende a gerar intenso debate. Um dos principais motivos para tal é o debate entre aqueles sustentam que a defesa de uma agenda neoliberal seria inconciliável com a caracterização de uma figura ou movimento fascista de um lado, e outros que descartam esse argumento de incompatibilidade.

Para compreender melhor a questão será preciso aqui levantar respostas, mesmo que breves, para três perguntas: 1) como se define o neoliberalismo?; 2) em que medida a política defendida pela nova direita brasileira é neoliberal?; 3) que papel (se algum) cumpre a natureza da política econômica da nova direita na sua caracterização ou não como fascista?.

Começando pela definição de neoliberalismo, ele pode ser entendido como uma política econômica que “procura trazer todas as ações humanas ao domínio do mercado”. O neoliberal defende a proteção da propriedade e uma intervenção mínima por parte do Estado, sob o argumento de que “o bem-estar humano será tanto maior quanto mais livres os indivíduos para empreender”³⁵¹. Os resultados da implementação de uma política neoliberal, todavia, vão variar de acordo com fatores locais. Enquanto no centro global o neoliberalismo implica no desmonte

³⁴⁹ Melo (2020)

³⁵⁰ Perini-Santos (2020)

³⁵¹ Lessa (2019), p. 48.

do estado de bem-estar social e privatização de bens públicos, nos países periféricos observa-se ainda um conseqüente declínio na soberania e autodestinação nacional³⁵².

O libertarianismo em sua acepção original levaria, logicamente, a uma posição progressista no que diz respeito a questões culturais, de liberdade sexual ou consumo de drogas, por exemplo. Embasado em uma retórica em prol da liberdade individual, parece contraditório, em um primeiro olhar, a costura entre preceitos econômicos libertários com um conservadorismo cultural moralista, visto que o primeiro reproduz uma lógica de estímulo ao consumo, a partir da criação de “necessidades”, enquanto o último trabalha com a “repressão dos desejos”³⁵³.

Não obstante, observa-se uma proximidade importante entre o neoliberalismo econômico, e uma dominação da “agenda moral” pelo fundamentalismo religioso³⁵⁴. A convergência entre ambos se dá no entendimento do Estado como “inimigo comum”, “seja por regular as relações econômicas, seja por reduzir a autoridade patriarcal ao determinar a proteção aos direitos de outros integrantes do núcleo familiar”³⁵⁵. Essa harmonia de interesses leva a uma dinâmica em que neoliberalismo defende a dissolução das políticas públicas de solidariedade em favor da responsabilidade individual. Esse processo tem como consequência uma “desagregação”, a qual leva a população a buscar alento na religião e na família, fazendo dos princípios morais “um contrapeso ao caos a que o liberalismo leva”³⁵⁶.

No que diz respeito ao histórico de implementação do neoliberalismo no Brasil, apesar de os governos petistas terem adotado postulados neoliberais herdados das gestões anteriores, o governo Temer vai colocar políticas dessa natureza em posição de ainda maior destaque. Durante seu governo foram articulados projetos de austeridade, dentre os quais podemos citar o teto de gastos públicos e a reforma trabalhista, os quais contaram com amplo apoio da bancada evangélica.

No que diz respeito a Bolsonaro, não se observam, até 2015, posições nítidas dele sobre política econômica em geral, tendo o político, entretanto, votado ao longo de seus mandatos “contra o fim do monopólio estatal do petróleo, e das telecomunicações, contra o teto salarial

³⁵² Ibid.,

³⁵³ Ibid., p. 51.

³⁵⁴ Miguel (2018), p. 20-21.

³⁵⁵ Ibid., p.20.

³⁵⁶ Lessa (2019), p. 52.

para servidores públicos, contra várias privatizações e todas as tentativas de reforma previdenciária”³⁵⁷. Entretanto, o então parlamentar começa a adotar um discurso mais neoliberal em 2018, quando escolhe Paulo Guedes para seu conselheiro econômico. O próprio Bolsonaro assumia: “não entendo nada de economia”³⁵⁸, mas seu argumento era de que esse não era papel do presidente, e garantia ao seu eleitorado que Guedes detinha todas as soluções.

Com passagens pela FGV, Ibmec e Instituto Millenium (o qual ajudou a fundar), Guedes é cria da Escola de Chicago. Sua nomeação como superministro prometia a implementação de um projeto ultraliberal, baseado em uma visão considerada por pensadores de sua própria *alma mater* como ultrapassada³⁵⁹. Essas reformas estruturais, voltadas à flexibilização do mercado (pautado no ataque a direitos estabelecidos no ordenamento brasileiro) encontraram amplo apoio, não apenas do grande capital, mas junto aos setores médios da população para quem o discurso de meritocracia vem ganhando cada vez mais força, impulsionado pela “ascensão do pentecostalismo, com sua teologia da prosperidade”³⁶⁰.

Nesse ponto, somos obrigados a conceder que o traço liberal acima descrito não seja característico da maioria das experiências identificadas como fascistas, e tampouco fizesse parte da doutrina integralista, a qual consideramos historicamente como a mais inegável experiência fascista brasileira. Isso não quer dizer necessariamente que haja uma “relação inequívoca entre fascismo e estatismo”³⁶¹. Nesse sentido, vale pontuar que o primeiro Ministro da Fazenda de Mussolini, Alberto De Stefani, era um economista liberal, cujo projeto focava em políticas de “livre comércio, redução de impostos, privatizações e cortes de gastos e empregos públicos”³⁶².

Ainda nesse sentido, cabe destacar que Ludwig von Mises, pensador liberal cujo nome ficou estampado em *think tanks*, slogans e mesmo camisetas da nova direita brasileira, “exaltava as virtudes do líder dos camisas-pretas italianos pelo resgate que este promovera da propriedade privada”³⁶³. Mises via no fascismo um “improviso emergencial” cujo caráter ditatorial “seria progressivamente abandonado devido a sua afinidade com o liberalismo”³⁶⁴. Segundo o liberal,

³⁵⁷ Gaspar (2018).

³⁵⁸ Ibid.

³⁵⁹ Mena (2019).

³⁶⁰ Singer et al (2020).

³⁶¹ Ibid.

³⁶² Ibid.

³⁶³ Singer et al (2020).

³⁶⁴ Augusto (2016), p. 138.

passado o “primeiro fluxo de raiva”, a política fascista se tornaria cada vez mais moderada em função de “que a visão liberal tradicional continua a ter uma influência inconsciente nos fascistas”³⁶⁵.

Ademais, mesmo que se tente argumentar que os governos fascistas clássicos não adotaram uma política econômica liberal, o discurso de meritocracia repetido à exaustão pela nova direita brasileira carrega elementos significativos da ideia fascista de que "o trabalho liberta". O discurso de Hitler de que programas de bem-estar social privam "os indivíduos de sua capacidade de independência econômica"³⁶⁶, oferecendo benefícios a minorias não merecedoras, não se distancia muito da revolta neoliberal contra programas de distribuição de renda como o Bolsa Família, ou de reparação histórica como cotas universitárias.

O resultado do primeiro ano de mandato do capitão e da atuação de Guedes como superministro, entretanto, não entregou o prometido, terminando 2019 com um crescimento de apenas 1,1% do PIB, o que deixou os primeiros traços de um gosto amargo para seus apoiadores da Faria Lima. Logo em seguida, o advento da pandemia trouxe novas complicações para o cenário econômico, fazendo-se necessária a articulação de um programa que amparasse a população. Anunciado em sua primeira versão por Paulo Guedes em março, o auxílio emergencial estava previsto para ser composto por parcelas de duzentos reais que seriam pagas durante três meses para trabalhadores informais. O legislativo pressionou por uma majoração do valor, para R\$ 500, que acabou sendo elevada para R\$ 600 por proposta do presidente³⁶⁷.

A apropriação de última hora do projeto de benefício por parte do executivo tinha como objetivo esvaziar a eventual vitória parlamentar e evitar um cenário de derrota para o presidente. O impacto do programa, entretanto, foi extremamente positivo para o governo federal, cuja popularidade junto a setores de baixa renda aumentou. Aqui é possível observar um ponto claro de atrito entre os interesses do presidente e o projeto da equipe econômica de Guedes, responsável por colocar uma série de obstáculos para a implementação do benefício³⁶⁸.

Esse, entretanto, não foi o primeiro conflito envolvendo o superministro. Em abril deste ano, o governo federal apresentou o Plano Pró-Brasil, um programa de recuperação econômica

³⁶⁵ Ibid.

³⁶⁶ Stanley (2018), p. 154.

³⁶⁷ Roubicek (2020a).

³⁶⁸ Henrique (2020).

baseado em investimentos em obras públicas para o pós-pandemia. O plano foi articulado e anunciado pelos ministros Braga Netto (Casa Civil) e Marinho (Desenvolvimento Regional), sem a participação de Guedes, que havia se posicionado claramente contra o programa. A ausência de Guedes foi notada também durante o lançamento do programa Casa Verde e Amarela, encabeçado por Marinho. Outro ponto contencioso no executivo girou em torno do teto de gastos, com Guedes defendendo uma agenda de austeridade e propondo cortes em outros programas sociais para financiar o programa Renda Brasil, postura que desagradou o presidente³⁶⁹.

Se o liberalismo de Bolsonaro já era seletivo antes³⁷⁰, agora que provou da popularidade inerente a um programa social como o do auxílio emergencial, a tendência é que a postura do presidente fique cada vez mais contraditória. Com um ministro da economia desgastado, uma crescente preocupação com uma reeleição e a proximidade cada vez maior com representantes da política tradicional, com práticas marcadamente fisiológicas, a tendência é que o governo de Bolsonaro se afaste cada vez mais do projeto ultraliberal proposto em 2018. Para os que se apegam à pauta econômica para eximir o bolsonarismo do rótulo de fascista, pode ser importante uma mudança de estratégia.

4.2.8 A luta “contra a corrupção”

Apesar de ter contado com o apoio nas ruas de grandes grupos de direita no período que antecedeu o golpe, uma vez instaurada, a ditadura militar usou estratégias fundamentalmente antimobilizadoras, sob um argumento de contenção das lutas sociais representadas no discurso alarmista pela ameaça comunista. Com poucas exceções, o fazer política direitista seguiu esse modelo durante décadas, pautando-se em um projeto de passividade e desmobilização popular³⁷¹.

Em março de 2015, entretanto, o Brasil assistiu a uma nova leva de manifestações dando palco pela primeira vez em 50 anos à mobilização de massas a partir da direita. Se o evento de

³⁶⁹ Roubicek (2020b).

³⁷⁰ Poupando, por exemplo “os militares da reforma da Previdência e os caminhoneiros do aumento do preço do combustível” (CARTA CAPITAL, 2019)

³⁷¹ Melo (2016), p. 67-68.

Junho de 2013 foi extremamente complexo e plural, as manifestações de 2015 tiveram um recorte bem definido, ficando aquele ano “marcado na história do Brasil como o da volta da direita organizada para as ruas”³⁷², vestida de verde e amarelo sob ferozes gritos pelo “combate à corrupção”.

O uso da bandeira anticorrupção não é estratégia exclusiva da extrema-direita brasileira. Conforme apontam Levitsky e Ziblatt (2018),

As iniciativas governamentais para subverter a democracia costumam ter um verniz de legalidade. Elas são aprovadas pelo Parlamento ou julgadas constitucionais por supremas cortes. Muitas são adotadas sob o pretexto de diligenciar algum objetivo público legítimo - e mesmo elogiável -, como combater a corrupção, limpar as eleições, aperfeiçoar a qualidade da democracia ou aumentar a segurança nacional³⁷³.

Por exemplo, parte importante da primeira campanha presidencial de Donald Trump, com o slogan “drene o pântano” (*drain the swamp*). A estratégia tampouco é novidade em terras brasileiras, tendo a agenda “anticorrupção” permeado momentos históricos na política nacional, como na crise política que levou ao suicídio de Getúlio Vargas. O tema também cumpriu papel importante na campanha que levou ao golpe de 64, apenas não possuindo mais centralidade do que o discurso alarmista sobre a ameaça comunista³⁷⁴. Irônica, mas não surpreendentemente, e apesar do quanto tentem negar certos setores da direita brasileira, o regime militar foi marcado por uma série de notórios casos de corrupção.

A agenda ganhou forças novamente durante a campanha de Fernando Collor de Mello em 89, a ironia se fazendo presente mais uma vez durante a derrubada de seu governo, acusado de envolvimento em casos de fraude e corrupção. Conforme explicam Hoeverler e Melo (inserir ano), a essa altura a luta contra a corrupção se configura como um importante eixo de reprodução da própria democracia liberal, “tendo assim uma funcionalidade específica em sua legitimação e na canalização do descontentamento popular”³⁷⁵.

A corrupção é, nas palavras dos autores “algo intrinsecamente ligado à reprodução da sociedade capitalista, pois se trata da burla que lubrifica as promíscuas relações entre o Estado e

³⁷² Hoeverler e Melo (2016), p.57.

³⁷³ Levitsky e Ziblatt (2018), p. 81.

³⁷⁴ Hoeverler e Melo (2016), p.59.

³⁷⁵ Ibid., p.60.

o grande capital”³⁷⁶. No Brasil, isso fica evidenciado pela forma como o tema do combate à corrupção dominou o debate político entre 2015 e 2018 demonstra uma importante conexão com a agenda neoliberal.

Primeiro o tema esteve intimamente ligado a um desafio a impostos supostamente abusivos que, no discurso daqueles que se aglomeravam em torno do pato da FIESP, acabariam por ser desviados. Ainda, o uso da camisa da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) por parte dos manifestantes anticorrupção demonstra uma visão seletiva do tema, na medida em que concentra na classe política todos os vícios, “isentando a esfera privada de qualquer escrutínio”³⁷⁷, mesmo ela sendo responsável por grande parte dos caso de corrupção. Nesse sentido, a agenda anticorrupção atual se baseia na premissa que atrela o Estado à ineficiência e impunidade, em oposição ao mercado que seria puro e eficiente.

Entretanto, o debate sobre o tema é sequestrado no senso comum por um enfoque moralista, de forma similar ao que ocorre com o punitivismo social, sendo enxergado como resultado de desvios de caráter por parte de indivíduos, e não como uma questão estrutural. Ao restringir o debate sobre a corrupção a uma questão de desonestidade de políticos individuais, ignora-se a existência de um sistema de relações entre os poderes político e econômico, composto por corruptos e corruptores, tanto na esfera pública quanto na privada, todos visando vantagens próprias³⁷⁸.

Esse tipo de pensamento leva a conclusões absurdas, como a de que seria preferível eleger um candidato já rico, pois este “não teria motivo para roubar”, além de contribuir para uma visão maniqueísta, a partir da qual a solução para o problema estaria em um punitivismo seletivo de bodes expiatórios, que serve de chamada para uma cobertura jornalística sensacionalista. Assim, o conteúdo político do debate sobre a corrupção fica abafado por um discurso moral hipócrita, contribuindo para um projeto cada vez mais despolitizante.

Nas manifestações de 2015, ao lado da luta anticorrupção, “o grande fator de coesão e mobilização social” foi o antipetismo, que serviria de combustível para agentes como o MBL ou o próprio Bolsonaro, os quais “construíram boa parte de sua popularidade na ideia de que o PT

³⁷⁶ Ibid., p.61.

³⁷⁷ Lima e Chaloub (2020).

³⁷⁸ Fernandes (2019), p.237 e Miguel (2018), p. 25.

seria o partido mais corrupto do Brasil”³⁷⁹. O antipetismo entretanto, foi com o tempo sendo extrapolado junto à população para um antipartidarismo generalizado, e um “discurso de negação da política tradicional”³⁸⁰.

Essencial para esse processo foi a atuação da Operação Lava Jato. A Lava Jato foi essencial para o processo em curso de degradação institucional e negação da política partidária. Essa aversão aos partidos estabelecidos, todavia, “não se dá pela crítica aprofundada a qualquer um deles - mas pela rejeição passional a todos, especialmente aos da esquerda”, abstendo-se “da criação de um projeto inovador consistente, mas pela postura violenta de repúdio pela busca de um líder que canalize tal sentimento”³⁸¹.

Além de ter sido marcada por um evidente viés ideológico, punitivista e seletivo, e recorrentes “abusos de um judiciário hiperinflacionado e militante”³⁸², e frequentes desrespeitos às garantias processuais dos envolvidos, a operação se construiu sob uma lógica de espetáculo midiático em que cada etapa se desenvolvia tal qual um episódio de seriado desenhado para capturar e manter a atenção do público³⁸³. A espetacularização dos processos judiciais contribuiu para a criação da dicotomia entre o político corrupto demonizado e o juiz que protagoniza o “mocinho” bastião da justiça.

O culto à personalidade do juiz, mais especificamente (até recentemente) de Sérgio Moro, unido à “perseguição à esquerda, criminalização da política alinhada ao fortalecimento do aparato repressivo e de polícia política, viés elitista de manutenção de privilégios e supressão de pautas igualitárias e de minorias”³⁸⁴, conferem à Lava Jato traços fascizantes, por mais que sejam menos evidentes do que aqueles apresentados por Bolsonaro.

4.2.9 Rejeição da esquerda e o fantasma do comunismo

Conforme mencionado na seção anterior, a agenda anticorrupção foi usada como ferramenta de despolitização e de antagonização da esquerda, especialmente do PT. Esse é um

³⁷⁹ Solano (2018), p.3.

³⁸⁰ Ibid., p.5.

³⁸¹ Reis e Soares (2017), p. 58.

³⁸² Solano (2018), p. 3.

³⁸³ Servem como exemplos os vazamentos seletivos e cronometrados de informações sigilosas e conduções coercitivas amplamente televisionadas (SIMOÕES, 2020, p.6).

³⁸⁴ Reis (2020), p. 7.

elemento essencial na caracterização da nova direita, na medida em que a rejeição à esquerda como um inimigo comum é essencial para a sua coesão. Mencionamos anteriormente que a nova direita não é uniforme e possui, muitas vezes, interesses incompatíveis, entretanto, como colocam Chaloub et al, “grupos caracterizados por ênfases diversas e mesmo argumentos contraditórios acomodam-se do mesmo lado em virtude da ojeriza à outra parte da trincheira”³⁸⁵.

Nesse sentido, centralizar o argumento antiesquerda no PT é eficiente tanto porque “vincula o inimigo ao mais conhecido partido nacional”³⁸⁶, quanto por facilitar a conexão entre a esquerda e o *status quo*. Assim, a nova direita “assume o lugar de contestação antissistema usualmente reivindicado pela esquerda”³⁸⁷.

O sentimento antiesquerdista da nova direita brasileira se reflete para além das fronteiras nacionais, em harmonia com o discurso neoconservador estadunidense. Entretanto, em poucas áreas as contradições inerentes a esse processo de importação ideológica ficam tão evidentes quanto no âmbito da política externa.

A agenda internacional reaganista era pautada por dois eixos principais, sendo o primeiro deles a luta contra a União Soviética. O combate ao comunismo internacional era, assim, usado como discurso justificador da projeção de poder dos Estados Unidos no mundo, na busca pela consolidação do sistema capitalista. O fim da guerra fria e posteriormente o ataque terrorista às torres gêmeas em 2001 fez com que, por quase duas décadas, o militarismo neoconservador estadunidense voltasse seu olhar para o Oriente Médio. Entretanto, a eleição presidencial estadunidense de 2016 e consequente ascensão de Donald Trump à Casa Branca vão resgatar o discurso da ameaça comunista³⁸⁸. Isso ficou evidente no âmbito interno com a insistente campanha do GOP em pintar mesmo os representantes mais moderados do partido Democrata como radicais e comunistas.

Na América Latina, o resgate do fantasma comunista é feito através da “ameaça bolivariana” de Hugo Chávez que, nas palavras de Lacerda (2019), representaria o elemento “mais vermelho” da paleta de cores do processo de resistência antineoliberal da “maré rosada”. A revolução bolivariana de Chávez “teve como marcas a inclusão social e foi guiada pelas

³⁸⁵ Chaloub et al (2018), p. 12.

³⁸⁶ Ibid.

³⁸⁷ Ibid.

³⁸⁸ Lessa (2019), p. 146.

ideias de ‘soberania, de autonomia, e integração dos povos latino-americanos’, de resistência ‘anti-imperialista’³⁸⁹. Seu eco no continente inspirou mudanças em países vizinhos, como a inclusão do plurinacionalismo nas constituições da Bolívia e no Equador.

Enquanto Donald Trump vem fazendo ameaças de intervenção no país de Chávez desde o ano passado, no Brasil, alusões à Venezuela fizeram parte do discurso da nova direita nos mais variados temas como durante o processo de impeachment de Dilma Rousseff e nos debates referentes ao Escola Sem Partido em que o bolivarianismo figura como uma ameaça iminente imposta pelo Partido dos Trabalhadores.

Jair Bolsonaro foi um dos principais políticos a repreender a escolha do PT de priorizar alianças latino-americanas. Segundo Bolsonaro, a “âncora ideológica” bolivariana petista teria sido responsável por um afastamento do Brasil de outros países, e conseqüentemente o motivo para a crise econômica. Não apenas isso, mas Bolsonaro conecta a ameaça bolivariana diretamente com a questão armamentista, argumentando que o projeto comunista estaria por trás dos esforços do PT em “desarmar o cidadão de bem”³⁹⁰.

Aqui vale ressaltar uma importante diferença entre o discurso de política externa da nova direita brasileira e o neoconservadorismo norte-americano. O anticomunismo dos EUA fazia sentido na medida em que se utilizava de um discurso bélico para afirmar uma hegemonia estadunidense. O Brasil, no entanto, é um país periférico, e como tal, ao antagonizar seus vizinhos emergentes, coloca-se em uma posição de maior fragilidade, abrindo mão de possibilidades de parcerias estratégicas sul-sul em favor de um posicionamento completamente subserviente aos interesses norte-americanos.

4.3 AFINAL, É FASCISMO?

Ao longo das últimas páginas analisamos algumas características comuns ao fenômeno que aqui chamamos de “nova direita”. Dentre elas, algumas chamam atenção pela sua proximidade aos elementos levantados ao longo deste trabalho como caracterizadores da

³⁸⁹ Lacerda (2019), p. 147.

³⁹⁰ Lessa (2019), p. 154.

experiência fascista. Podemos citar como exemplos o nacionalismo exacerbado, o uso recorrente da violência, a rejeição ao intelectualismo e à ciência em favor de teorias conspiratórias, a desvalorização da democracia representativa, a demonização de inimigos e o antiesquerdismo.

Devemos ressaltar aqui que a frequência ou intensidade desses traços ao redor do mundo não é uniforme, e tampouco se apresentam nos mesmo formatos. Não apenas isso, mas dentre as experiências contemporâneas de extrema direita, constatamos a existência não de um bloco reacionário coeso, mas de uma multiplicidade de grupos e figuras, muitos das quais com projetos conflitantes. Desta forma, seria equivocado rotular como fascista a “nova direita” como um todo, sendo necessário antes analisar individualmente os diferentes casos, exercício ambicioso demais para o presente trabalho. Propomo-nos, entretanto, a fazer algumas considerações gerais que consideramos essenciais à compreensão do tema.

Adotamos, desde o início, uma perspectiva segundo a qual o fascismo não deve ser entendido como um objeto estático, mas como um fenômeno em constante movimento, tanto no que diz respeito à análise de uma ocorrência específica, quanto com relação ao estudo do tema ao longo do tempo. Nesse sentido, uma experiência fascista passa por diferentes estágios, que incluem a ascensão de um movimento, o enraizamento dele na vida política da sociedade, a obtenção do poder, o exercício desse poder e, por fim, radicalização e entropia. O resgate desse conceito se faz especialmente importante para a análise da “nova direita”. Iremos por partes.

Primeiramente, no que diz respeito à possível ascensão de um movimento fascista que se enquadraria no primeiro estágio proposto por Paxton, consideramos que ela está em pleno curso, tanto de forma global e difusa, quanto em experiências locais mais bem delimitadas. As milícias de extrema-direita nos EUA, que patrulham protestos; grupos de vigilantes húngaros destinados à salvaguarda de tradições; manifestações abertamente anti-imigrantes na Europa; a hostilidade à comunidade LGBT na Polônia³⁹¹, o acampamento dos “300 do Brasil”. Tudo isso deixa claro que há uma crescente aceitação por ideais fascistas ao redor do globo que, em muitos casos, reflete-se na formação de grupos organizados localmente.

O crescimento de partidos de extrema direita como a AfD na Alemanha, Vox na Espanha, Liga na Itália, Jobbik na Hungria, dentre outros, demonstram o enraizamento desses ideais e sua institucionalização no cenário político formal, atendendo àquela que seria a segunda

³⁹¹ BBC (2020b).

etapa proposta por Paxton. No que diz respeito à obtenção do poder, podemos mencionar uma série de chefes de estado cujos discursos e estratégias são compostos, em diferentes medidas, por elementos claramente fascizantes, como os já citados Erdoğan, e Orban. Entretanto, da mesma forma como fizemos ao longo do presente capítulo, vamos nos limitar a uma análise mais aprofundada do caso brasileiro. Antes, porém, acreditamos que merece atenção o caso específico de Donald Trump.

A questão sobre a natureza fascista ou não de Trump vem gerando um grande debate desde 2016. Uma parte dos especialistas, incluindo Jason Stanley, apesar de sustentar que o presidente estadunidense “sem dúvidas abraçou políticas fascistas, atuando a partir do medo do outro estrangeiro e do inimigo interno”, não o rotula como fascista³⁹². Robert Paxton, por sua vez defende Trump não busca ganhos territoriais, limitando-se à uma política de exclusão de imigrantes, algo que o diferenciaria dos fascistas clássicos³⁹³.

Já David Bell, argumenta que o nacionalismo exacerbado de Trump, bem como seus elogios ao uso da violência, racismo e a demanda por uma lealdade absoluta de seus seguidores são todos elementos que remetem à tradição fascista. Entretanto, o autor considera que “Trump não apenas carece de um movimento de massas ao seu comando; ele não fez nenhuma tentativa de criar um”³⁹⁴. Para ele, as milícias em atuação são movimentos marginais e desorganizados e que “as poucas centenas de agentes federais enviados a Portland e outras cidades, embora ameaçadores e abusivos, não equivalem a uma estrutura paramilitar fascista”³⁹⁵.

A nós, parecem evidentes os inúmeros elementos de teor fascista no discurso de Donald Trump, mesmo que o seu exercício de poder (seja por estratégia política, por freios impostos pelo próprio partido republicando ou pela oposição, ou ainda pela força das instituições que asseguram a manutenção da democracia liberal nos EUA) não chegue a tanto.

No que tange o caso brasileiro, concordamos com Bianchi et al na leitura de que o Brasil não vive hoje um regime fascista, *per se*, observando-se, contudo, uma “clara expansão da política fascista”³⁹⁶ que ganha corpo e voz em Bolsonaro. Sua obsessão pela violência e pela morte, a desumanização de seus adversários, a ênfase no nacionalismo (mesmo que incoerente

³⁹² Davis (2020)

³⁹³ Paxton (2020)

³⁹⁴ Bell (2020)

³⁹⁵ Bell (2020)

³⁹⁶ Bianchi et al (2020).

com sua prática) e na família tradicional cristã, o desprezo pelos fatos e pela ciência, e o idealismo punitivo evidenciam aspirações nitidamente fascistas.

Se o bolsonarismo representa o que há de mais patentemente fascista no Brasil hoje, ele, todavia, não esgota suas possibilidades. Conforme colocado por Reis, nada impede a coexistência em um mesmo tempo e local de diversos fascismos, aliados ou inimigos entre si³⁹⁷. Elementos de teor fortemente fascista podem ser encontrados na necropolítica de “segurança” imposta no Rio de Janeiro por Witzel, ou no culto à personalidade do juiz, o desprezo pelas garantias constitucionais e a criminalização da esquerda promovida pela Lava Jato. Essas diferentes correntes da extrema direita brasileira, que em um passado não tão distante atuavam juntas, hoje estão rompidas e buscam projetos próprios, colocando-se, inclusive, como oposição ao governo de Bolsonaro.

Aqui é importante ficarmos atentos. Se por um lado concordamos que o combate ao fascismo deve ocorrer através da formação de uma frente ampla de defesa da democracia, os limites dessa, entretanto, devem ser tais que não permitam a inclusão de fascistas³⁹⁸. Usaremos como exemplo aqui a figura de Sérgio Moro e o “lavajatismo”, “fenômeno político que apresenta o maior perigo de aprofundar o autoritarismo sendo naturalizado como civilizado e legal”³⁹⁹.

Moro, através da Lava Jato, foi responsável não apenas pela criminalização da esquerda, que ficou mais evidente do que nunca na prisão do ex-presidente Lula às vésperas do processo eleitoral, mas pela defesa de um projeto “de massacre estatal às camadas pobres da sociedade”⁴⁰⁰ com o seu pacote anticrime. Apesar de sua relação com a violência ser mais “asséptica” do que a de Bolsonaro, o uso de conduções coercitivas e de abusos em interrogatórios para efeitos midiáticos deixam claro seu desprezo por garantias constitucionais, para todos os que não são “cidadãos de bem”.

Moro foi um dos maiores responsáveis pelos ataques à democracia desde 2016. Sua aliança com Bolsonaro e sua atuação como superministro só chegaram ao fim quando ele

³⁹⁷ Reis (2020), p. 5.

³⁹⁸ Reis (2020), p. 4

³⁹⁹ Ibid., p. 6

⁴⁰⁰ Ibid.

“perdeu o controle sobre o aparato repressivo na disputa pelo comando da PF”⁴⁰¹. O fato de Moro hoje se colocar como oposição ao presidente não pode, entretanto, apagar sua participação ativa e essencial para que chegássemos ao cenário atual. Desta forma:

Uma frente antifascista é um tanto mais restrita que a frente antibolsonarista. Será uma farsa qualquer frente antifascista que não parta do princípio de que a criminalização da política, em particular da esquerda, com ênfase para o antipetismo, é a força-motriz que, copulando com a grande mídia, pariu o neofascismo no Brasil⁴⁰².

Vale ressaltar que nem todos aqueles que contribuíram para o desmonte da democracia brasileira nos últimos anos, especialmente no que diz respeito ao golpe de 2016, sejam fascistas “e poderiam sim se incorporar à luta contra a agenda de ataques às minorias, ao Estado Laico, à autonomia universitária”⁴⁰³. Não devemos nos esquecer, porém, que para muitos dos golpistas de 2016, a construção de uma frente ampla sob sua liderança, e que minimize a participação do PT, “serve não apenas para impor sua agenda ultraneoliberal dentro de uma roupagem democrática e tecnocrata, com o aceite da esquerda”⁴⁰⁴. Assim sendo, se por um lado hoje parece ser necessário “defender a democracia liberal como garantia mínima de liberdade política e de oposição”⁴⁰⁵, esse não pode ser o objetivo final.

⁴⁰¹ Ibid.

⁴⁰² Ibid., p. 7,

⁴⁰³ Ibid.,

⁴⁰⁴ Reis (2020), p. 7.

⁴⁰⁵ Fernandes (2019), p. 73.

5. CONCLUSÃO

No início deste trabalho, propusemo-nos a identificar quais seriam os parâmetros adequados para determinar o que é o fascismo. Com esse objetivo, mergulhamos na literatura sobre o assunto, e identificamos uma série de elementos que caracterizaram a experiência fascista clássica, o mais importante deles, em nossa opinião, seria o uso de “paixões mobilizadoras”, conforme proposto por Paxton (2004), no lugar de uma ideologia coesa. O fascismo seria, assim, marcado por uma manipulação de afetos capaz de instigar massas.

Dentre as paixões fascistas ressaltamos a importância da “nação” idealizada, nostálgica e patriarcal para representar um centro de unidade do “nós”, o qual deve ser protegido, a qualquer custo, das iminentes ameaças externas, de um “eles” representado por tudo aquilo que destoa da identidade construída pelo grupo, seja por etnia, sexualidade, religião, etc. O fascismo seria, assim, marcado pela autovitimização a qual justifica o uso de violência contra seus opositores, em uma lógica de estado de guerra perpétua. Outra característica essencial ao fascismo seria a centralidade do grupo sobre o indivíduo e, dessa forma, do Estado sobre a esfera privada. Notamos a importância da figura do líder e a valorização do trabalho como imperativo moral. Ressaltamos o ataque ao intelectualismo, à cultura e à ciência em favor da propaganda e da manipulação dos fatos.

Buscando compreender em que medida o fascismo poderia ser extrapolado para além da experiência clássica europeia, analisamos uma série de casos latino-americanos. Nesse exercício identificamos no Integralismo de Plínio Salgado uma iniciativa a qual consideramos inegavelmente fascista, dando força à hipótese de que seria possível a ocorrência de um fascismo em contextos diferentes daqueles que levaram à ascensão de Hitler e Mussolini, e que possuíssem peculiaridades próprias, sem que os descaracterizasse como fascistas.

Pretendíamos também, com o presente estudo, determinar em que medida os diferentes elementos da onda neoconservadora, que hoje se expande com velocidade, poderiam ser considerados fascistas. Para isso, identificamos uma série de características comuns ao aglomerado ideológico o qual chamamos de “nova direita”, e dentre elas destacam-se muitas cuja natureza é inegavelmente fascizante, como a mobilização de afetos em torno de temas como o nacionalismo, religião, obscurantismo, violência. Essas, todavia, não estão presentes de uma maneira uniforme nos diferentes movimentos e figuras estudadas, não sendo possível, assim,

rotular de fascista a “nova direita” como um todo, sendo essencial analisar individualmente cada caso, exercício ambicioso demais para o presente trabalho.

Resgatando a classificação de Paxton sobre os cinco estágios do fascismo, concluímos que há uma expansão nas ocorrências da primeira fase fascista em escala global, através da formação de movimentos cujo conteúdo fascizante pode variar em gradação. Identificamos também a presença de ocorrências de institucionalização de ideias fascistas e seu enraizamento nas esferas políticas formais em diversos países, bem como a ascensão ao poder de partidos e/ou figuras com discurso de teor fortemente fascista.

Restringimos uma análise mais aprofundada ao caso brasileiro, dado que um exame detalhado de cada ocorrência da “nova direita”, mesmo se nos confinássemos a um estudo sobre chefes de Estado, seria um exercício cuja dimensão extrapolaria em muito os limites do presente trabalho. Identificamos na nova direita brasileira uma série de características fascizantes, muitas das quais importadas do neoconservadorismo estadunidense. Constatamos que das diferentes correntes dentro da “nova direita” brasileira, o bolsonarismo é aquela que mais resgata tradições fascistas, se aproximando particularmente da experiência Integralista. Notamos também que a presença de elementos fascizantes não se limita à figura de Bolsonaro, estando presente em outros grupos como a bancada evangélica, bancada da bala ou o lavajatismo.

Há uma interessante frase popular em inglês que diz: *“hindsight is always 20/20”*. Sua tradução seria algo similar a “a (visão) retrospectiva é sempre impecável”. Considero esse ditado particularmente interessante para o presente tema. Estudar um objeto vivo é uma aposta em que a nosso esforço venha a gerar mais acertos de análise do que erros, ou que, no pior dos casos, o produto de nossa pesquisa, mesmo se mostre equivocado, contribua para uma eventual claridade no assunto abordado. Nesse sentido, sabemos que este trabalho de forma alguma poderia esgotar a análise sobre os fenômeno da “nova direita”, brasileira ou mundial, muito menos sobre um tema tão vasto quanto o fascismo. Entretanto, acreditamos que o fenômeno do extremismo de direita em clara ascensão ao redor do mundo não deve ser normalizado. Daí a importância de esforços, mesmo que limitados, como o presente estudo, para compreender as forças antidemocráticas em atuação, suas características, táticas e eventuais conexões com experiências passadas, a fim de estarmos mais bem preparados para combatê-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALESSI, Gil. Estatuto do Desarmamento salvou 160.000 vidas, calcula estudo. **El País**. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/05/13/politica/1431545595_563619.html. Acesso em: 24 out. 2020.

_____. Registro de novas armas no Brasil explode em 2020 em meio à alta de homicídios. **El País**. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-27/numero-de-novas-armas-registradas-no-brasil-explode-em-2020-em-meio-a-alta-de-homicidios.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

ARENDDT, Hannah. **The Origins of Totalitarianism**. San Diego: Harvest Books, 1973.

AUGUSTO, André Guimarães. O que está em jogo no 'mais Mises, menos Marx'. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). **A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p. 137-146.

BALLOUSSIER, Anna Virginia. Após eleger uma 'bancada', MBL rediscute atuação e cogita Partido. **Folha de São Paulo**. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/11/apos-eleger-uma-bancada-mbl-rediscute-atuacao-e-cogita-partido.shtml>. Acesso em 24 out. 2020.

BBC. **A cronologia da crise que levou à renúncia de Evo Morales na Bolívia**. 2019a. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-50367271>. Acesso em 25 out. 2020

BBC. **Europe and right-wing nationalism: a country-by-country guide**. 2019b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-36130006>. Acesso em: 24 out. 2020.

BBC. **Evo Morales: por que a decisão da Justiça da Bolívia de deixar o presidente disputar o 4º mandato divide o país**. 2018a Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46452050>. Acessado em 25 out. 2020

BBC. **Germany to spy on far-right AfD's Flügel faction**. 2020a. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-51850840>. Acesso em: 24 out. 2020.

BBC. **Poland LGBT: Diplomats from 50 countries call for end to discrimination**. 2020b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-54317902>. Acesso em: 24 out. 2020.

BBC. **Walter Lübcke: Man on trial admits to killing German politician**. 2020c. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-53662899>. Acesso em: 24 out. 2020.

BBC. **Windrush generation: Who are they and why are they facing problems?**. 2018b. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/uk-43782241>. Acesso em: 24 out. 2020.

BBC BRASIL. **#SalaSocial: PM de SP republica 'selfies' de policiais com manifestantes em seu**

perfil oficial. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/04/150413_salasocial_pm_selfies_protesto_rb. Acesso em: 24 out. 2020.

BEAUMONT, Peter. Kenosha: teen charged with murder after two Black Lives Matter protesters killed. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/2020/aug/26/jacob-blake-shooting-gun-battle-in-kenosha-on-third-night-of-unrest>. Acesso em 24 out. 2020

BELL, David A. Trump is a racist demagogue. But he's not a fascist. **Washington Post**. Disponível em <https://www.washingtonpost.com/outlook/2020/08/26/trump-not-fascist/>. Acesso em 25 out. 2020

BERMAN, Sheri. **The Primacy of Politics**. New York: Cambridge University Press, 2006.

BIANCHI, Bernardo et al. **Democracy and Brazil: collapse and regression**. New York: Routledge, 2020.

BUTLER, Daren. With more Islamic schooling, Erdogan aims to reshape Turkey. **Reuters**. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/investigates/special-report/turkey-erdogan-education/>. Acesso em: 24 out. 2020.

CALIL, Gilberto. O integralismo no pós-guerra: a formação do Partido de Representação Popular (1945-1950). *Tempos Históricos*, v. 02, n. 01, p. 117-142, mar. 2000.

_____. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus: Revista de História*, v. 16, n. 1, 13 dez. 2010.

_____. Peculiaridades e paradoxos do nacionalismo integralista (1932-1964). **Revista História: Debates e Tendências**, [S.L.], v. 13, n. 1, p. 33-47, 17 jun. 2013. UPF Editora. <http://dx.doi.org/10.5335/hdtv.13n.1.2999>.

CARNEIRO, Lucianne; ALMEIDA, Cássia. Carta del Lavoro e encíclica católica estão entre as influências da CLT. **O Globo**. 2013. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/carta-del-lavoro-enciclica-catolica-estao-entre-as-influencias-da-clt-8233534>. Acesso em: 24 out. 2020.

CARTA CAPITAL. **O neoliberalismo seletivo de Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/blog-do-socio/o-neoliberalismo-seletivo-de-bolsonaro/>. Acesso em: 24 out. 2020.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. *A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2018a.

_____. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. In: SOLANO, Esther (ed.). *O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil*, p. 41-46. São Paulo: Boitempo, 2018b.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura**: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2019.

CHALOUB, Gilberto et al. Direitas no Brasil Contemporâneo. In: **Teoria e Cultura**: programa de pós-graduação em Ciências Sociais UFJF, v. 13, n. 2, dez. 2018.

CHARLEAUX, João Paulo. A infiltração de neonazistas no Exército alemão. *Nexo Jornal*. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/07/06/A-infiltra%C3%A7%C3%A3o-de-neonazistas-no-Ex%C3%A9rcito-alem%C3%A3o>. Acesso em: 24 out. 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiúza; SARAIVA, Hildebrando. Redução da Maioridade Penal no Brasil: a quem interessa o encarceramento de nossa juventude?. In: **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

COLOMBO, Sylvia e MELLO, Patrícia Campos. Evo Morales renuncia à presidência da Bolívia. **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2019/11/evo-morales-renuncia-a-presidencia-da-bolivia.shtml>. Acesso em 25 out. 2020.

CRUZ, Isabela. Qual o impacto da política de armas do governo Bolsonaro. *Nexo Jornal*. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/entrevista/2020/06/14/Qual-o-impacto-da-pol%C3%ADtica-de-armas-do-governo-Bolsonaro1>. Acesso em: 24 out. 2020.

CRUZ, Sebastião Velasco. Elementos de reflexão sobre o tema da direita (e esquerda) a partir do Brasil no momento atual. In: **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CUEVA, Agustin. La Cuestión del Fascismo. In: **Revista Mexicana de Sociologia**, v. 2, abr-jun, 1977.

DEMOCRACY NOW. **Is Donald Trump a fascist?**: Part 2 of interview with Robert Paxton, father of fascism studies. Part 2 of Interview with Robert Paxton, Father of Fascism Studies. 2016. Disponível em: https://www.democracynow.org/2016/3/15/is_donald_trump_a_fascist_part. Acesso em: 20 out. 2020.

ECO, Umberto. **O fascismo eterno**. São Paulo: Record, 2019.

ESTADÃO. **Eleições 2018**: apuração 1º turno. 2018. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/eleicoes/2018/cobertura-votacao-apuracao-primeiro-turno>. Acesso em: 20 out. 2020.

FAGANELLO, Marco Antônio. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. In: **Direita Volver**: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

FERNANDES, Sabrina. **Sintomas Mórvidos**: a encruzilhada da esquerda brasileira. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FRAYER, Lauren; PATHAK, Sushmita. At Site Of Razed Mosque, India's Modi Lays Foundation For Controversial Hindu Temple. **NPR**. 2020. Disponível em: <https://www.npr.org/2020/08/05/899247507/at-site-of-razed-mosque-indias-modi-lays-foundation-for-controversial-hindu-temp>. Acesso em: 24 out. 2020.

G1. **Nº de pessoas mortas pela polícia cresce no Brasil no 1º semestre em plena pandemia; assassinatos de policiais também sobem**. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/09/03/no-de-pessoas-mortas-pela-policia-cresce-no-brasil-no-1o-semester-em-plena-pandemia-assassinatos-de-policiais-tambem-sobem.ghtml>. Acesso em: 24 out. 2020.

GARCÍA, Pio et al. La cuestión del fascismo en América Latina. In: **Cuadernos Políticos**, n. 18. out-dez, 1978.

GASPAR, Malu. O fiador. **Revista Piauí**. 2018. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 20 out. 2020.

GREENWALD, Glenn. Bolívia devolve poder a partido de Evo Morales, um ano após golpe aplaudido pelos EUA. **The Intercept Brasil**. 2020. Disponível em <https://theintercept.com/2020/10/19/bolivia-partido-evo-morales-golpe-eua/>. Acesso em 25 out. 2020.

GRELLET, Fábio. Negros são 75% dos mortos pela polícia no Brasil, aponta relatório. **UOL**. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2020/07/15/negros-sao-75-dos-mortos-pela-policia-no-brasil-aponta-relatorio.htm>. Acesso em: 24 out. 2020.

GUARDIAN. **Protests erupt in US after the deaths of George Floyd and Breonna Taylor – in pictures**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/us-news/gallery/2020/may/29/george-floyd-breonna-taylor-protests-photos>. Acesso em: 24 out. 2020.

HENRIQUE, Guilherme. As disputas em torno do auxílio emergencial para informais. **Nexo Jornal**. 2020. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/01/As-disputas-em-torno-do-aux%C3%ADlio-emergencial-para-informais>. Acesso em: 24 out. 2020.

HOEVELER, Rejane; MELO, Demian. A agenda anticorrupção e as armadilhas da ‘pequena política’. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). **A Onda Conservadora**: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p 57-66.

HOROWITZ, Jason. Salvini’s Standoff at Sea Highlights Italy’s War on Rescue Ships. **New York Times**. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/08/16/world/europe/salvini-italy-migrants-open-arms.html>. Acesso em: 24 out. 2020.

KAKUTANI, Michiko. **A Morte da Verdade**: notas sobre a mentira na era Trump. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2018.

KESSLER, Glenn et al. President Trump has made more than 20,000 false or misleading claims. **The Washington Post**. 2020. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/politics/2020/07/13/president-trump-has-made-more-than-20000-false-or-misleading-claims>. Acesso em: 20 out. 2020.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Edições do Graal, 2009.

LACERDA, Marina Basso. **O Novo Conservadorismo Brasileiro**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2019.

LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. **Como as democracias morrem**. São Paulo: Zahar, 2018.

LIMA, Pedro Luiz; CHALOUB, Jorge. Corruption and Neoliberalism in Contemporary Brazil. In: **Democracy and Brazil**: collapse and regression. New York: Routledge, 2020.

LIMA, Rômulo. Bolsonaro and the Current Stage of the Brazilian Social Crisis: Historical continuities as a backdrop for the present situation. In: **Democracy and Brazil**: collapse and regression. New York: Routledge, 2020.

LIPSET, Seymour M. O Homem Político. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

LOTT, Diana. Tribunal eleitoral confirma vitória avassaladora de Arce na eleição presidencial na Bolívia. **Folha de São Paulo**. 2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/10/apuracao-oficial-confirma-vitoria-avassaladora-de-arce-na-eleicao-presidencial-na-bolivia.shtml>. Acesso em 25 out. 2020

LUCIZANO, Eduardo. Maioria dos Partidos adota neutralidade e evita apoiar Bolsonaro ou Haddad. **UOL**. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/10/10/partidos-apoio-segundo-turno-eleicao.htm>. Acesso em: 20 out. 2020.

MACHADO, Caio; KONOPACKI, Marco. Poder computacional: automação no uso do whatsapp nas eleições: estudo sobre o uso de ferramentas de automação para o impulsionamento digital de campanhas políticas nas eleições brasileiras de 2018. Rio de Janeiro: Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro, 2019

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de Contrainsurgência. In: **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 12, n. 3, Brasília, 2018.

MCGANN, James G.. **2019 Global Go To Think Tank Index Report**. 2020. Disponível em: https://repository.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1018&context=think_tanks. Acesso em: 20 out. 2020.

MCGUINNESS, Damien. Far-right fears: Berlin neighbourhood fights back. **BBC**. 2019.

Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-europe-49249098>. Acesso em: 24 out. 2020.

MELO, Demian. A Direita Ganha as Ruas: elementos para um estudo das raízes ideológicas da direita brasileira. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). *A Onda Conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2016. p. 67-76.

MELO, Patrícia Campos. Por que os brasileiros deveriam ter medo do gabinete do ódio. **New York Times**. São Paulo, 04 Ago 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/pt/2020/08/04/opinion/international-world/bolsonaro-gabinete-do-odio.html>. Acesso em: 24 out 2020.

MENA, Fernanda. A Escola de Chicago que Guedes adota nem Chicago mais defende. **Folha de São Paulo**. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/fernanda-mena/2019/11/a-escola-de-chicago-que-guedes-adota-nem-chicago-mais-defende.shtml>. Acesso em: 24 out. 2020.

MICHEL, Henri. **Os Fascismos**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1977.

MIGUEL, Luis F.. A reemergência da direita brasileira. In: SOLANO, Esther (ed.). **O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil**, p. 17-26. São Paulo: Boitempo, 2018.

MORI, Leticia. Os crimes que Sara Winter pode ter cometido ao divulgar nome de criança vítima de estupro. **BBC Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53814658>. Acesso em: 24 out. 2020.

MUSSOLINI, Benito. A Doutrina do Fascismo. In: SILVA, Alberto da Costa. **Fascismo**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

NARLOCH, Leandro. Trechos de Mussolini na CLT não são mera coincidência. **Folha de São Paulo**. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/leandro-narloch/2017/04/1878558-trechos-de-mussolini-na-clt-nao-sao-mera-coincidencia.shtml>. Acesso em: 24 out. 2020.

NEGRI, Antonio. Initial Observations on the Brazilian Disaster. In: **Democracy and Brazil: collapse and regression**. New York: Routledge, 2020.

OLTERMANN, Philip. Germany's AfD thrown into turmoil by former neo-Nazi's expulsion. **The Guardian**. 2020. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2020/may/18/germany-afd-thrown-into-turmoil-by-former-neo-nazi-expulsion-andreas-kalbitz>. Acesso em: 24 out. 2020.

PAXTON, Robert O.. *The Anatomy of Fascism*. New York : Alfred A. Knopf, 2004.

_____. The Five Stages of Fascism. In: **The Journal of Modern History**. v. 70, n. 1. Chicago, 1998.

_____. American Duce: is Donald Trump a fascist or a plutocrat? **Harper's Magazine**.

Disponível em <https://harpers.org/archive/2017/05/american-duce/>. Acesso em 25 out. 2020

PERINI-SANTOS, Ernesto. What is Post-Truth? A Tentative Answer with Brazil as a Case Study. In: **Democracy and Brazil: collapse and regression**. New York: Routledge, 2020.

REIS, Guilherme S.. Como Morre a Democracia. In: **Breviário de Filosofia Pública**, v. 140, p. 97-104. Rio de Janeiro, 2015.

_____. É Para a Frente que se Anda. Mas Qual?: um texto contra os fascismos brasileiros. 2016. Disponível em: <https://revistaescuta.wordpress.com/2020/06/15/e-para-a-frente-que-se-anda-mas-qual-um-texto-contra-os-fascismos-brasileiros/>. Acesso em: 20 out. 2020.

_____. Pela democracia, precisamos jogar fora o termo ‘populismo’. In: **La Libertad de Pluma**, n. 8, ano 2. Argentina, 2019.

REIS, Guilherme S.; SOARES, Giovana. O Fascismo no Brasil: o ovo da serpente chocou. In: **Desenvolvimento em Debate**, v. 5, n. 1, p. 51-71, 2017.

ROCHA, Camila. Direitas em Rede: *think thanks* de direita na América Latina. In: **Direita Volver: o retorno da direita e o ciclo político brasileiro**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

_____. O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?. In: SOLANO, Esther (ed.). **O Ódio Como Política: a reinvenção das direitas no Brasil**, p. 47-52. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. *Think tanks* ultraliberais e a nova direita brasileira. **Le Monde Diplomatique**. 2017. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/think-tanks-ultraliberais-e-nova-direita-brasileira/>. Acesso em: 20 out. 2020.

ROSTICA, Julieta. Apuntes sobre la “Triple A”. In **Desafios**. 23-II, p.21-51, 2011

ROUBICEK, Marcelo. Como o governo se apropria da criação do auxílio emergencial. **Nexo Jornal**. 2020a. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/12/Como-o-governo-se-apropria-da-cria%C3%A7%C3%A3o-do-aux%C3%ADlio-emergencial>. Acesso em 24 out. 2020.

_____. Quais os sinais de desgaste de Paulo Guedes no governo. **Nexo Jornal**. 2020b. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/27/Quais-os-sinais-de-desgaste-de-Paulo-Guedes-no-governo>. Acesso em 24 out. 2020.

SACCHETTI, Maria. ‘Kids in cages’: house hearing examines immigration detention as democrats push for more information. **The Washington Post**. 2019. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/immigration/kids-in-cages-house-hearing-to-examine-immigration-detention-as-democrats-push-for-more-information/2019/07/10/3cc53006-a28f-11e9-b732-41a79c2551bf_story.html. Acesso em: 24 out. 2020.

SANTOS, Theotônio dos. Socialismo e Fascismo na América Latina hoje. In: **Revista de**

Estudos e Pesquisas sobre as Américas. v. 12, n. 1, 2018.

SHANKAR, Soumya. India's Citizenship Law, in Tandem With National Registry, Could Make BJP's Discriminatory Targeting of Muslims Easier. **The Intercept**. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/01/30/india-citizenship-act-cao-nrc-assam/>. Acesso em: 24 out. 2020.

SINGER, André et al. Por que assistimos a uma volta do fascismo à brasileira. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 9 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/06/por-que-assistimos-a-uma-volta-do-fascismo-a-brasileira.shtml>. Acesso em: 20 out. 2020.

STANLEY, Jason. **Como Funciona o Fascismo:** a política do 'nós' e 'eles'. Porto Alegre: L&PM Editores, 2018.

SOLANO, Esther. Apresentação. In: SOLANO, Esther (ed.). **O Ódio Como Política:** a reinvenção das direitas no Brasil, p. 13-16. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. A bolsonarização do Brasil. In: Democracia em Risco: 22 ensaios sobre o Brasil de hoje. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

_____. **Crise da Democracia e extremismos de direita.** 2018. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/14508.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

SOLER, Lorena; PREGO, Florência. The Right and Neo-Golpismo in Latin America. A comparative reading of Honduras (2009), Paraguay (2012), and Brazil. In: **Democracy and Brazil:** collapse and regression. New York: Routledge, 2020.

TABER, Mike; RIDELL, John. Introdução. In: ZETKIN, Clara. **Como Nasce e Morre o Fascismo.** São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

TRINDADE, Helgio. Fascismo e neofascismo na América Latina. In: MILMAN, Luis; VIZENTINI, Paulo F.. **Neonazismo, Negacionismo e Extremismo Político.** Rio de Janeiro: UFRGS, 2001.

_____. Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30). Porto Alegre: Difusão Europeia do Livro, 1974.

TRÓTSKI, Leon. Fascismo, o que é e como combatê-lo?. In: SILVA, Alberto da Costa. **Fascismo.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2019.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO, Esther (ed.). **O Ódio Como Política:** a reinvenção das direitas no Brasil, p. 91-96. São Paulo: Boitempo, 2018.

WOLF, Frieder O.. A Return to The Part of a New Beginning? Why Brazilian Case Merits Broader Discussion. In: **Democracy and Brazil:** collapse and regression. New York: Routledge, 2020.

ZETKIN, Clara. **Como Nasce e Morre o Fascismo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.